

Instituto Politécnico de Portalegre

Escola Superior de Educação e Ciências Sociais

Dissertação de Mestrado em Educação Especial, Especialização no Domínio Cognitivo e Motor

Transição para a vida pós-escolar de jovens com Necessidades Específicas – Um Estudo de Caso

Inês Maria Torres Espadinha, Aluna n.º 21090

Fevereiro de 2023

Instituto Politécnico de Portalegre

Escola Superior de Educação e Ciências Sociais

Dissertação de Mestrado em Educação Especial, Especialização no Domínio Cognitivo e Motor

Transição para a vida pós-escolar de jovens com Necessidades Específicas – Um estudo de caso

Orientadora: Professora Doutora Maria Luísa de Sousa Panaças

Inês Maria Torres Espadinha

Dissertação apresentada na Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Portalegre para obtenção do Grau de Mestre em Educação Especial.

Fevereiro de 2023

Instituto Politécnico de Portalegre
Escola Superior de Educação e Ciências Sociais

JÚRI

PRESIDENTE: Professora Doutora Maria Elisabete da Silva Tomé Mendes

ARGUENTE: Professor Doutor Carlos Manuel Barbas do Rosário

ORIENTADORA: Professora Doutora Maria Luísa de Sousa Panaças

Agradecimentos

Agradeço em primeiro lugar ao meu marido e filhos que sempre me apoiaram, nos meus estudos ao longo de toda a minha vida académica.

Um agrdecimento particular à estimada Professora Doutora Maria Luísa Panaças e a todos os professores do Instituto Politécnico de Portalegre, Escola Superior de Educação e Ciências Sociais que, pela segunda vez, me ajudaram a construir e a aperfeiçoar o meu perfil de docente de educação especial com consequências diretas no amadurecimento da minha prática docente e enriquecimento pessoal.

Por último, e não menos agradecida, a todos os pariticipantes (Famílias e Representantes das Entidades) que aceitaram gentilmente colaborar comigo na esperança da construção uma comunidade inclusiva.

Evidentemente que não esqueço todo o apoio da minha estimada colega e amiga Joaquina Duarte, com a qual percorri um caminho desconhecido rumo à inclusão.

A todos e a todas o meu humilde obrigada.

Resumo

A inclusão social de jovens com NE, após a escolaridade obrigatória, é um assunto de interesse das sociedades contemporâneas. No contexto de uma cidade do Alto Alentejo, onde se sentem todas as vicissitudes sociais das comunidades do interior, construímos este estudo de caso. A motivação advém da consciência e prática reflexiva, enquanto professora de educação especial, na perspetiva de contribuir para a valorização da diversidade, a diferença considerada um recurso e um valor para a educação. Consideramo-la promotora do desenvolvimento profissional e pessoal pois o ensino é uma atividade de aprendizagem e os professores assumem a responsabilidade pela sua ao longo da vida.

Na tentativa de atendermos às necessidades destes jovens e das suas famílias, neste espaço temporal da sua vida, seleccionámos cinco famílias.

Identificámos as respostas sociais existentes numa comunidade específica, seleccionando sete representantes das entidades locais, recorrendo à entrevista semiestruturada para a recolha de dados.

Pensamos contribuir para uma consciencialização coletiva, promotora da inclusão social pós-escolar, ao nível da participação/realização pessoal dos jovens adultos com NE.

Pretendemos divulgar os resultados deste estudo e sensibilizar/informar a comunidade, através da elaboração de um documento orientador (folheto), com informação útil a esta população.

Os resultados apontam para a valorização da escola inclusiva e para a confirmação da necessidade de uma boa rede de suporte social, como promotoras do investimento na adaptação e desenvolvimento do sujeito para a vida na comunidade. Confirmamos que os conceitos Inclusão e Qualidade de Vida partem do pressuposto comum, o direito da pessoa com deficiência à igualdade de acesso ao espaço comum, da vida em comunidade.

Palavras-chave: Escola Inclusiva, Redes de Apoio Social e Qualidade de Vida.

Instituto Politécnico de Portalegre

Escola Superior de Educação e Ciências Sociais

Abstract

Social inclusion of young people with SEN, after compulsory schooling, is a matter of interest to contemporary societies. In the context of a city in Alto Alentejo, where all the social vicissitudes of inland communities are felt, we built this case study. Motivation comes from awareness and reflective practice as a special education teacher, with a view to contributing to the appreciation of diversity, difference considered a resource and a value for education. We consider it a promoter of professional and personal development, as teaching is a learning activity and teachers assume responsibility for its development throughout life.

In an attempt to meet the needs of these young people and their families, in this time frame of their lives, we have selected five families.

We identified the existing social responses in a specific community, selecting seven representatives of local entities, using semi-structured interviews for data collection.

We intend to contribute to a collective awareness, promoting post-school social inclusion, in terms of participation/personal fulfilment of young adults with SEN.

We intend to disseminate the results of this study and raise awareness/inform the community, through the preparation of a guiding document (leaflet), with useful information for this population.

The results point to the appreciation of the inclusive school and to the confirmation of the need for a good social support network, as promoters of investment in the adaptation and development of the subject for life in the community. We confirm that the concepts Inclusion and Quality of Life are based on the common assumption, the right of people with disabilities to equal access to common space, to life in the community.

Keywords: Inclusive School, Social Support Networks, Quality of Life.

Instituto Politécnico de Portalegre

Escola Superior de Educação e Ciências Sociais

Abreviaturas

Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão - CACI

Centro de Recursos para a Inclusão - CRI

Direção Geral de Educação - DGE

Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva - EMAEI

Instituto Nacional de Reabilitação - INR

Medidas de Suporte à Aprendizagem e à Inclusão - MSAI

Necessidades Educativas Especiais - N.E.E.

Necessidades Específicas – N.E.

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico- OCDE

Organização Mundial de Saúde - OMS

Organização das Nações Unidas – ONU

Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória - PASEO

Plano Individual de Transição - PIT

Programa Educativo Individual - P.E.I.

Qualidade de Vida - QdV

Índice

Introdução.....	5
Capítulo I - Revisão da Literatura.....	8
1.1 Escola Inclusiva.....	8
1.2 Legislação e princípios orientadores	12
1.3. Sociedade Inclusiva	20
1.4. Suporte Social.....	25
1.4.1. Redes de Suporte Social.....	27
1.5. Suporte Social e Qualidade de Vida.....	30
Capítulo II – Método	35
2.1. Metodologia.....	35
2.2. Problemática	38
2.3. Objetivos	39
2.5. Participantes	43
2.6. Instrumentos	45
2.7. Procedimentos	47
Capítulo III – Resultados.....	53
3.1 Resultados das entrevistas às famílias.....	53
3.2 Resultados das entrevistas aos representantes das Entidades.....	73
3.2 Discussão dos Resultados	103
3.2.1. Discussão dos resultados das entrevistas às famílias	103
3.2.2. Discussão dos resultados das entrevistas aos representantes das entidades	107
Conclusões e Implicações	111
Referências	118
Anexos	124

Introdução

Terminada a escolaridade obrigatória dos alunos com MSAI (Medidas de Suporte à Aprendizagem e à Inclusão) surgem outras etapas a nível pessoal e, obviamente, das suas famílias. O percurso dos jovens estudantes de hoje na comunidade em estudo, tal como noutras comunidades, só faz sentido enquanto uma fase da vida de cada um, na promoção do seu desenvolvimento, pessoal e social, como veículo facilitador de inserção social na vida adulta. Assim, a transição para a vida pós-escolar é uma etapa extremamente significativa na vida de qualquer jovem, sobretudo para os que têm necessidades específicas de educação, pois estes necessitam de apoio para a construção de um projeto de vida digno que lhes permita o seu reconhecimento como cidadãos ativos. É à escola, enquanto instituição social formal, que compete, em primeira instância, promover, para além da aquisição das competências de literacia e numeracia, as competências requeridas para a vida social como as que se referem ao mundo do trabalho, contribuindo para a inclusão plena Colôa, (2014). Por outro lado, permite-lhes, a nível pessoal, a construção do sentimento de pertença e competência, eficácia e bem-estar, perspetivando a melhoria da sua qualidade de vida. Se a escola prepara para o futuro, então que a sociedade/comunidade local permita a vivência do mesmo.

Sabendo que a inclusão das pessoas com deficiência em todas as áreas da vida comunitária, bem como uma maior participação cívica, é uma meta a atingir na presente década, de acordo com a Estratégia para a Inclusão das Pessoas com Deficiência, publicada em Diário da República, 1.ª Série, N.º 169, 31 de agosto de 2021, questionamos a existência de suportes sociais individuais ou organizados em rede, das diferentes instituições, entidades e serviços de uma comunidade específica, que respostas sociais locais oferecem e como apoiam estes jovens e as suas famílias, neste período particular dos seu ciclo vital. Torna-se claro a necessidade de fazer um estudo (levantamento) das respostas sociais existentes na comunidade/cidade, aqui apresentada, que contribuem para a inclusão dos jovens com necessidades específicas, ao terminarem a sua escolaridade obrigatória.

Sentimo-nos motivados, enquanto docentes de educação especial, como cidadãos com responsabilidades diretas na educação de muitos jovens da comunidade educativa em que estamos inseridos, para levar a cabo este estudo, contribuindo obviamente para a inclusão dos mesmos, em articulação próxima com as suas famílias e as diferentes respostas sociais a nível local. Torna-se essencial uma estreita colaboração com as famílias desde cedo, para a construção de um futuro com respostas adequadas e que permitam a realização

peçoal dos cidadãos em causa, sendo esta a perspetiva que encaramos no percurso deste desafio, profissional e pessoal.

O presente trabalho de investigação insere-se no âmbito do curso de Mestrado em Educação Especial, Domínio Cognitivo Motor, apresentado como um estudo de caso, onde se analisa uma realidade comunitária, que se pretende inclusiva e tem como principais objetivos:

1. Fazer um estudo de caso, de natureza social, do levantamento de respostas locais de inclusão dos jovens adultos, à saída da escolaridade obrigatória;
2. Perceber as necessidades destes jovens e das suas famílias, neste espaço temporal da sua vida.
3. Dar a conhecer os resultados deste estudo ao poder local, seus parceiros, e comunidade local.
4. Sensibilizar/informar a comunidade, através da elaboração de um documento orientador (tipo folheto), com informação útil aos jovens com necessidades específicas e suas famílias.

Este trabalho está organizado em três capítulos: No capítulo I - Revisão da Literatura - debruçamo-nos sobre o conceito de escola inclusiva com princípios, orientações e normas, enquanto alicerce do desenvolvimento de competências como combinações complexas de conhecimentos, capacidades e atitudes, que se pretende que os jovens portugueses alcancem, no final da escolaridade obrigatória, com vista à promoção da sua inclusão social. Falamos também sobre o que entendemos sobre sociedade inclusiva, encontrando fundamentos teóricos sobre esta questão, na tentativa de compreender as relações existentes na organização da sociedade em que vivemos, enquanto macro organização, analisando as suas estruturas sociais, as relações que se criam entre si e o impacto nos outros. Analisamos o conceito de suporte social, como este se organiza e como contribui para a qualidade de vida dos jovens com necessidades específicas e suas famílias, neste período específico do seu ciclo vital. Caminhamos no sentido de buscarmos um entendimento consensual acerca de várias questões levantadas anteriormente relacionadas com o conceito de Inclusão, deficiência, suporte social/qualidade de vida e que respostas sociais existem, compreendendo e despertando para as tomadas de decisão das políticas sociais e particulares, a nível local.

No segundo capítulo abordamos as questões do método utilizado nesta investigação, e justificamos o porquê da abordagem que seleccionámos. Assinalamos a problemática e os

objetivos e damos conta do contexto onde este estudo foi realizado. Em seguida apresentamos os instrumentos utilizados e, por fim, caracterizamos os participantes.

No terceiro capítulo apresentamos e discutimos os resultados da investigação em curso, analisando-os de uma forma descritiva, dando um relevo acentuado aos dados recolhidos e tratados com base na análise de conteúdo.

Finalmente terminamos com as conclusões e implicações deste estudo.

Capítulo I - Revisão da Literatura

Neste capítulo estudaremos o conceito de escola inclusiva, com princípios, orientações e normas, enquanto alicerce do desenvolvimento de competências como combinações complexas de conhecimentos, capacidades e atitudes, que se pretende que os jovens portugueses alcancem, no final da escolaridade obrigatória, com vista à promoção da sua inclusão social. Estudaremos o conceito de sociedade inclusiva, encontrando fundamentos teóricos sobre esta questão, na tentativa de compreender as relações existentes na organização da sociedade em que vivemos, enquanto macro organização, analisando as suas estruturas sociais, as relações que se criam entre si e o seu impacto nos outros. Completaremos este capítulo com uma abordagem teórica ao conceito de suporte social, suas origens e como se organiza para contribuir para a qualidade de vida dos jovens com necessidades específicas e suas famílias, no período específico do seu ciclo de vida, saída da escolaridade obrigatória.

1.1 Escola Inclusiva

A escola é, sem dúvida, um espaço importante na vida de qualquer indivíduo, contribuindo para a construção deste enquanto ser humano integrado numa sociedade. É à escola, enquanto instituição social formal, que compete, em primeira instância, promover, para além da aquisição das competências de literacia e numeracia, as competências requeridas para a vida social, como as que se referem ao mundo do trabalho, contribuindo para a inclusão plena. Ao chegarmos à escola deparamo-nos com a diversidade humana, portanto cabe ao educador/professor questionar-se sobre as melhores estratégias a adotar a fim de proporcionar um contexto educativo facilitador da aprendizagem e desenvolvimento de cada aluno. Nesta perspetiva, as diferenças dos alunos deverão ser valorizadas e promotoras na sua inclusão dentro do espaço educativo. Para Rodrigues (2011), a Educação Inclusiva assenta em “três pilares”: rejeição da exclusão, educação conjunta de todos os alunos e eliminação de barreiras da aprendizagem. Deste modo, a escola terá de ser reestruturada a fim de corresponder às necessidades de todos os alunos. De acordo com Rodrigues (2011), compreende-se assim que “A Educação Inclusiva não é para alunos diferentes, não são só diferentes os alunos com uma condição de deficiência, muitos outros alunos sem condição

de deficiência identificada não aprendem se não tiverem uma atenção particular ao seu processo de aprendizagem” (p. 5).

Desde 2007 que a *European Agency for Development in Special Needs* tem vindo a elaborar estudos e relatórios que visam facultar a implementação de políticas educativas inclusivas nos países membros da União Europeia. Em 2009 este organismo elaborou orientações específicas para 23 países, incluindo Portugal, no que diz respeito à sua legislação, participação e financiamento, mais concretamente com a elaboração de um estudo sobre o tema “Desenvolvimento de um conjunto de indicadores para a educação inclusiva na Europa “(Kyriazopoulou, & Weber, ed., 2009). Dele surge o relatório que tem vindo a nortear os diferentes países parceiros no caminho da construção de uma escola inclusiva.

Em 2018, com a publicação do Decreto-Lei n.º 54/2018, a Escola Portuguesa compromete-se com a Inclusão, assumindo-a como um valor transversal a toda a Escola. De acordo com este Decreto-Lei, a Educação Inclusiva é um desafio que envolve a Escola numa verdadeira transformação organizacional e pedagógica e implica considerar três dimensões que lhe estão subjacentes. A dimensão ética, que fundamenta a sua génese, respeitando e valorizando a diversidade humana, propondo-se a educar todos os alunos a partir das suas diferenças que podem ser de género, etnias, de deficiência e de processo de aprendizagem. A dimensão da política educativa, que promove a ação das escolas e a relação com as suas comunidades educativas, gerindo os seus recursos na sua organização por forma a distribuí-los equitativamente. Nesta dimensão é dada prioridade à formação de professores e fixação de mais professores especializados em educação especial, constituindo equipas pedagógicas com dinâmicas de trabalho colaborativo. Por último, a dimensão das práticas educativas, onde se preconiza a gestão contextualizada e flexível do currículo, associada à diferenciação pedagógica permanente, como estruturantes da ação pedagógica, tendo em conta *todos* os alunos na relação com as tarefas/atividades das aprendizagens (DGE, 2018).

Não se pretende que a escola inclusiva seja permissiva do facilitismo, que a educação baixe o seu nível, que não se exija um verdadeiro empenhamento do aluno na aprendizagem, mas sim que esta acompanhe/oriente o aluno para que este ultrapasse as dificuldades que a aprendizagem lhe apresenta (Rodrigues, 2011). A educação inclusiva implica aceitar todos, responsabilizando-se a fazer tudo que seja necessário para facultar a cada jovem da comunidade e a cada cidadão de uma democracia, o direito de pertença a um grupo, a não

ser excluído, ser simplesmente aceite, tratado e respeitado de forma igual aos demais indivíduos da sociedade. Assim, se este objetivo da inclusão for alcançado, todos terão o privilégio de viver numa sociedade mais equilibrada e rica. Conforme nos diz Correia (2001), “uma escola inclusiva é uma escola que pretende dar resposta às necessidades de todos os alunos, sejam quais forem as suas características onde toda a criança é respeitada e encorajada a aprender até ao limite das suas capacidades” (p. 128). Por analogia, poder-se-á dizer que uma sociedade será tanto mais inclusiva se oferecer uma panóplia de ofertas/respostas organizacionais que aceitem e respeitem todos os seus indivíduos, onde todos se sintam proactivos e realizados. A escolarização deve promover para todos os alunos as competências e o sentimento de bem-estar promotores da efetiva qualidade de vida. Este conceito, pela sua dimensão multifatorial e eminentemente pessoal, implica novas formas de atendimento à diversidade, assim como novos recursos.

Neste enquadramento e em resultado de um longo processo de auscultação de diversos intervenientes a nível nacional e internacional, com especial enfoque para a participação de Portugal no projeto *Future of Education and Skills - OCDE, 2030*, (OCDE, 2019) da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico - OCDE, 2030 (DGE, 2022), bem como na iniciativa “A Voz dos Alunos, a construção de um currículo para o século XXI” (Despacho n.º 6605-A/2021) foi reafirmada pela Direção Geral de Educação a liberdade de atuação para garantir melhores aprendizagens a todos e o respeito pela autonomia das instituições e dos seus profissionais que passa, necessariamente, por criar as condições que permitem às escolas portuguesas responder com qualidade a estes novos desafios.

Atualmente, em Portugal, a política educativa assume a educação como um meio privilegiado de promover a justiça social e a igualdade de oportunidades, constituindo um dos princípios que enformam a sua política, a promoção de um ensino de qualidade e sucesso para todos os alunos ao longo dos 12 anos de escolaridade obrigatória (DGE, 2022). A promoção de um ensino de qualidade implica garantir que o sucesso se traduza em aprendizagens efetivas e significativas, com conhecimentos consolidados, que são mobilizados em situações concretas que potenciam o desenvolvimento de competências de nível elevado, e por sua vez, contribuem para uma cidadania de sucesso no contexto dos desafios colocados pela sociedade contemporânea (DGE, 2022).

De acordo com a Portaria n.º 223-A/2018, onde se lê:

A presente portaria vem regulamentar o referido decreto-lei quanto às ofertas educativas do ensino básico, designadamente o ensino básico geral e os cursos artísticos e especializados. Em concreto, materializa a execução dos princípios consagrados no decreto-lei, definindo as regras e procedimentos inerentes à conceção e operacionalização do currículo daquelas ofertas educativas, bem como da avaliação e certificação das aprendizagens, tendo em vista o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (pág. 3790-(2)).

Compete à escola a assunção da certificação da escolaridade obrigatória, com base nas competências e decisões relativas aos indicadores de aprendizagem significativas dos alunos, à saída da escolaridade obrigatória. Deste modo, torna-se também prioritária a clarificação das diferentes opções de certificação para alunos com condição de deficiência, pelo que a atual legislação, nomeadamente com a Portaria n.º 194/2021 de 17 de setembro, onde se lê:

O Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 70/2021, de 3 de agosto, que estabelece o currículo do ensino básico e do ensino secundário, confere aos alunos que concluem os ensinos básico e secundário nas diversas ofertas do sistema de educação e formação o direito à emissão de diploma e de certificado com identificação do nível de qualificação de acordo com o Quadro Nacional de Qualificações e do nível que lhe corresponde no Quadro Europeu de Qualificações (pág.14).

Independentemente dos diversos percursos vivenciados pelos jovens durante os seus últimos anos de escolaridade obrigatória, a maioria anseia por uma transição para a vida adulta onde lhes seja permitida a livre escolha, a vida independente e a realização pessoal. Porém, não existe nenhuma receita universal para que o processo de transição para a vida adulta se realize com sucesso. Muitas vezes as dificuldades que os jovens experimentam, advêm de uma falta de consciência clara sobre si mesmos, ou de uma ausência de perspetivas de futuro a médio prazo de vida independente. Torna-se essencial uma estreita colaboração com as famílias, desde cedo, para a construção de um futuro próximo. A este período de transição é necessário agregar uma maior reorientação de atitudes e práticas dos jovens; mais recursos humanos que estabeleçam efetivas relações com os pais e com os profissionais que os acompanham, no sentido de contribuírem para a inclusão futura. Esta

interação de relações contribui para a formação do autoconceito positivo do jovem sobre si mesmo se, todos os que com ele se relacionam, o tenham também (Pereira, 2000). Este autoconceito positivo é vital para os jovens com deficiência pois aumenta a sua autoestima e autoconfiança e permite a possibilidade de maior sucesso de adaptação a novas situações, em contextos sociais diferenciados, desempenhando tarefas, funções ou rotinas diárias que até aqui ainda não experienciaram. Relendo Pereira (2000), poder-se-á dizer que “a transição para a vida ativa deve ter em conta o desenvolvimento biopsicossocial do jovem e também a sua “educação” e formação” (p.106), ou seja, o treino que adquiriu nos diferentes serviços ou contextos que experimentou, pressupondo que teve o devido acompanhamento e supervisão de um tutor, todos estes recursos são facilitadores da entrada na vida adulta. É fundamental que se tenham em conta, não só as expectativas dos jovens, como as das próprias famílias (pais) e dos outros adultos profissionais que acompanham os jovens, no que diz respeito à aquisição de competências básicas para a entrada, persistência e resiliência em contextos de trabalho útil, de emprego protegido ou aberto. O trabalho, para a maioria dos jovens com deficiência, é essencial tal como para qualquer outro jovem, pois através dele adquirem independência e posição social. Através do emprego, trabalho, são reconhecidos e aceites socialmente, pois desempenham uma função social que lhes confere independência e responsabilidade, bem como uma realização pessoal. No entanto, existem ainda outras situações em que os jovens realizam trabalho não remunerado que devem ser consideradas como atividades produtivas e promotoras de realização e valorização pessoal. Nestas situações, os jovens podem participar em programas de trabalho voluntário, útil, que lhes permite desenvolver interações sociais extrafamiliares, contribuindo de igual forma para a sua realização pessoal, autoestima e bem-estar. Em Portugal, desde 1992 existem serviços públicos que se ocupam de prestar apoio aos jovens nesta transição da vida escolar, com qualquer nível de ensino, com ou sem diploma, são eles o Ministério do Emprego e Segurança Social e o Instituto de Emprego e Formação Profissional (Pereira, 2000).

1.2 Legislação e princípios orientadores

Atualmente em Portugal uma das prioridades da ação governativa é a implementação de uma escola inclusiva que visa assegurar a oportunidade de todos os alunos serem valorizados, independentemente da sua situação pessoal e social, possibilitando a aquisição de aprendizagens significativas, facilitadoras da sua inclusão social, corrigindo

desigualdades. Tal compromisso tem por base a definição da UNESCO enquanto processo que visa responder à diversidade das necessidades de todos os alunos, proporcionando-lhes o aumento da participação na aprendizagem e na vida da comunidade escolar. Este princípio orientador foi reiterado por Portugal com a ratificação da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e o seu protocolo opcional, adotada na Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque, no dia 13 de dezembro de 2006, tendo sido aprovada pela Resolução da Assembleia da República n.º 56/2009, de 30 de julho e reafirmada na “Declaração de Lisboa sobre Equidade Educativa”, em julho de 2015. Este compromisso visa também dar cumprimento aos objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU.

Para apoiar todos os fundamentos da Educação Inclusiva e a sua implementação nas escolas existem documentos orientadores e normalizadores. Entre os vários referimos os seguintes: o Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, que vincula o compromisso com a inclusão e um outro documento, com relevante destaque que aqui evidenciamos, o Decreto-Lei n.º 55/2018 de 6 de julho, Perfil dos Alunos à saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO), que está estruturado com Princípios, Valores, Visão e Áreas de Competências, (enquanto combinações complexas de conhecimentos, capacidades e atitudes), que se pretende que os jovens portugueses alcancem no final da escolaridade obrigatória. Estes documentos em conjunto com as Orientações Curriculares da Educação Pré-escolar (OCEP), os normativos relativos ao currículo do ensino básico e secundário (com as respetivas Portarias n.º 223 e 226/A, Direção Geral de Educação), bem como os normativos das Aprendizagens Essenciais e da Educação Para a Cidadania são os impulsionadores e os alicerces da implementação de alterações a nível organizacional do sistema educativo, pois perspetivam a promoção de uma mudança a nível das lideranças das escolas, dos professores e dos alunos.

O Decreto-Lei n.º 54/2018 não questiona todo um percurso alunos com necessidades educativas especiais”, põe de parte a conceção da necessidade de categorizar para posteriormente intervir e pressupõe que qualquer aluno ao longo do seu percurso escolar, pode necessitar de medidas de suporte à aprendizagem.

Este documento teve a sua primeira alteração em 2019, com a Lei n.º 116/2019 de 13 de setembro e destaca diversas respostas educativas perspetivando a mobilização dos vários recursos complementares das áreas da saúde, emprego, formação profissional e segurança social:

- Enumera princípios efetuados por Portugal, em relação à inclusão, mas conduz à assunção de um compromisso com a mesma;
- Redireciona o papel da escola, o modo como esta vê os alunos e como ela se organiza para atender a todos eles;
- Desiste da compartimentação da escola e da segmentação do processo de ensino aprendizagem;
- Rejeita uma conceção restrita de “medidas de apoio” para práticas de atitudes e valores éticos que devem ser orientadores de toda a ação educativa da escola.
- Afirma o princípio da Educabilidade Universal, vinculando a capacidade de aprender e de se desenvolver, que todas as crianças e alunos têm.
- Garante princípio da Equidade no que diz respeito ao acesso dos apoios necessários para a aprendizagem e desenvolvimento das crianças e alunos.
- Assume o princípio da Inclusão onde o direito do acesso à participação plena e efetiva de todos os alunos, aos diversos contextos educativos, tendo por base o planeamento educativo personalizado e centrado no aluno, de modo a que se encontrem respostas educativas, de acordo com as suas potencialidades, necessidades, interesses e preferências, através de uma abordagem multinível.
- Defende o princípio da Flexibilidade, promovendo a flexibilidade do currículo, dos espaços, dos tempos escolares, contribuindo para que a ação educativa através da implementação de métodos, tempos, atividades e instrumentos, possam responder à singularidade de cada aluno.
- Faz respeitar o princípio da Autodeterminação respeitando a autonomia pessoal do aluno, não só os seus interesses e as preferências, mas também a sua própria identidade cultural e linguística, permitindo o direito de participação do mesmo, sempre que possível, nas tomadas de decisão.
- Garante o princípio da Parentalidade elencando o envolvimento parental, respeitando o direito dos pais/encarregados de educação à participação e à informação de todos os aspetos do processo educativo do seu filho.
- Assume o princípio de Interferência mínima, onde apenas devem participar exclusivamente os técnicos, cuja ação se revele necessária ao desenvolvimento pessoal e educativo das crianças e dos alunos, respeitando a sua vida privada e familiar.

O eixo central da atividade da escola relaciona-se com o currículo e as aprendizagens dos alunos, o que implica reconhecer a diversidade dos seus alunos como uma mais valia e encontrar formas de lidar com essas diferenças, assegurando a adequação dos processos de ensino e aprendizagem às características individuais de cada aluno, com base num modelo de intervenção multinível, que permite e prevê transformações na gestão do currículo, nas práticas educativas e na sua monitorização. A escola deve incluir nos seus documentos orientadores linhas de atuação para a criação de uma cultura inclusiva. Para tal, é necessário que a escola mobilize e rentabilize os meios e recursos de que dispõe, para que todos possam participar na vida da comunidade educativa, ainda que essa participação seja bastante variável. Paralelamente, a escola deve potenciar ao máximo a sua autonomia e a dos seus profissionais, designadamente o reforço da intervenção dos docentes de educação especial, enquanto agentes ativos das equipas educativas. Estes, em trabalho colaborativo com os restantes técnicos especializados, professores titulares e com a concordância das famílias/encarregados de educação, depois de ouvidos, definem e implementam estratégias de acompanhamento e de diversificação curricular, assegurando os princípios da educação inclusiva e as medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão adjacentes a cada aluno.

O Decreto-Lei n.º 54/2018, no capítulo II (p. 2921), consagra as medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão que têm como finalidade a adequação do currículo às necessidades e potencialidades de cada aluno. Tais medidas são implementadas tendo em conta os recursos e os serviços de apoio alocados à escola e a sua implementação ocorre em todas as modalidades e percursos de educação e formação, destinando-se a garantir que todos os alunos têm igualdade de oportunidades no acesso e na frequência das diferentes ofertas educativas e formativas.

A determinação das medidas a implementar a cada aluno é da competência da Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI), feita com base em evidências, a partir da análise de toda a informação disponível sobre o aluno. Esta equipa elabora ainda o Relatório Técnico Pedagógico (RTP), ouvidos os pais/encarregados de educação do aluno (art.º 21.º e art.º 22.º), enquanto documento auxiliar e regulador da ação educativa dos diversos intervenientes.

Esta equipa tem competências também de monitorização e de avaliação das referidas medidas, no que diz respeito à sua eficácia, na resposta às necessidades educativas de cada

criança/aluno. Sempre que sejam propostas adaptações curriculares significativas é também elaborado um Programa Educativo Individual (art.º 24.º) para o(a) aluno(a), (art.º 21.º).

No caso dos alunos que estão abrangidos também por medidas adicionais de suporte à inclusão e à aprendizagem, além do Programa Educativo Individual que contém a identificação e operacionalização das adaptações curriculares significativas, enumeram-se as competências e as aprendizagens a adquirir pelo aluno, identificando-se as estratégias de ensino e as adaptações no processo de avaliação. Este deve ser complementado por um Plano Individual de Transição (PIT). Este documento tem como principal objetivo a promoção da transição para a vida pós-escolar desde que possível, a transição para o início de uma atividade profissional e, sempre que possível, o aluno participa na sua construção. Sendo este um assunto que nos interessa particularmente, sobre ele tecemos algumas considerações mais adiante.

Para a implementação das medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão podem também ser adstritos outros recursos humanos organizacionais ou da comunidade, externos à escola, mas que são seus parceiros, como por exemplo: técnicos especializados das equipas de saúde local, das equipas de Intervenção Precoce, instituições da comunidade, Centros de Recursos para a Inclusão, Segurança Social, Serviços de Emprego e Formação Profissional, Estabelecimentos de Educação Especial, Centros de Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação (CRTIC) e outros.

De uma maneira sucinta podemos dizer que as medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão estão organizadas em três níveis de intervenção distintos, podem ser mobilizadas ao longo do percurso escolar do aluno, em qualquer momento e, por vezes, ser extintas em algum ciclo de escolaridade

Medidas Universais (art.º 8.º) - correspondem às respostas educativas que a escola dispõe para todos os alunos, na promoção da participação e da melhoria das aprendizagens. Podem ser aplicadas a alunos que necessitam de medidas seletivas ou adicionais, com o objetivo de potenciar o seu desenvolvimento pessoal, interpessoal e de intervenção social.

Medidas Seletivas (art.º 9.º) - Visam colmatar as necessidades de suporte à aprendizagem não ultrapassadas pela aplicação de medidas universais.

Medidas Adicionais (art.º 10.º) - Estas medidas têm por objetivo colmatar as dificuldades acentuadas e persistentes de alguns(as) alunos(as), ao nível das capacidades comunicativas, da cognição ou aprendizagem e requerem a intervenção de serviços

especializados. Em primeira instância, convocando a intervenção do docente de educação especial, assumindo um papel de relevo no apoio aos demais docentes do aluno, enquanto dinamizador, articulador, para a definição de estratégias de diferenciação pedagógica, no reforço das aprendizagens. É um recurso especializado e especialista em diferenciação de meios e materiais de aprendizagem que devem ser implementadas primordialmente em sala de aula.

No que diz respeito ao Capítulo V, este decreto lei (54/2018) regulamenta, nos seus artigos 29.º e 30.º, a progressão e a certificação de todos os alunos. Assim, no que diz respeito à progressão realçamos o seguinte: os alunos abrangidos por medidas universais e seletivas de suporte à aprendizagem e à inclusão fazem a sua progressão nos termos definidos pela lei. Os alunos abrangidos por medidas adicionais à aprendizagem e à inclusão, fazem a sua progressão nos termos definidos no Relatório Técnico Pedagógico e Programa Educativo Individual.

Estes documentos assumem um destaque primordial no processo escolar destes alunos, consagrando os princípios da educabilidade universal, da equidade, da inclusão, da flexibilidade e da autodeterminação.

Ainda no que diz respeito à Certificação, o mesmo decreto, no seu art.º 30.º, diz-nos que todos os alunos, no final do seu percurso escolar, têm direito à emissão de certificado e diploma de conclusão da escolaridade obrigatória e, quando aplicável, com a identificação do nível de Qualificação Nacional com correspondência no Quadro Europeu de Qualificações. No caso dos alunos que seguirem o percurso escolar com adaptações curriculares significativas, nos seus certificados deve constar o ciclo ou nível de ensino concluído, bem como a informação curricular relevante do seu Programa Educativo Individual, juntamente com as áreas e as experiências desenvolvidas durante a aplicação do seu PIT e de acordo com as Portarias n.º 223-A/2018, de 3 de agosto e 226-A/2018, de 3 de agosto.

As escolas dispõem de mecanismos legais e organizacionais para preparar a transição para a vida pós-escolar de todos os alunos, nomeadamente através de ações de orientação escolar e vocacional, implementando estratégias dinâmicas, trabalhando sempre em articulação com a comunidade local para a implementação de uma oferta educativa diversificada e diferenciada. Quando os(as) alunos(as) necessitam de apoio adicional para identificar autonomamente as dificuldades e potencialidades para a concretização dos seus objetivos pessoais e profissionais, de forma clara e objetiva, é importante dar-lhe a conhecer

possibilidades diversas. O contacto direto com diversos contextos reais fora da escola exige técnicas de formação adequadas. A todos, independentemente das suas capacidades e habilidades, espera-se que atinjam o seu potencial máximo, para que se tornem cidadãos ativos e responsáveis a nível da sua autonomia e estabilidade emocional assegurando-lhes igualdade de oportunidades, tanto na preparação para o prosseguimento de estudos, como para a vida pós-escolar.

Compete às escolas a definição de objetivos para a promoção da inclusão educativa e social de todos os jovens. A transição para a vida pós-escolar é um processo que coloca muitas questões de vária ordem aos alunos e às famílias, pois neste período alicerça-se um projeto de vida futura. Implica recolher informação, conhecer outros contextos de vida ativa externos à escola, refletir e tomar decisões face à vida pós-escolar, visando garantir a todos os alunos a capacitação necessária para uma vida futura com qualidade. Respetivamente aos alunos com adaptações curriculares significativas, reforça-se um apoio acrescido no planeamento do seu projeto de vida. Entende-se que este processo seja mais orientado e centrado na pessoa, com uma identidade pessoal única. Ao assumir os princípios da autodeterminação, equidade e igualdade de oportunidades, a escola vai possibilitar a estes jovens e suas famílias uma tomada de decisão sustentada e informada sobre as opções a seguir na sua vida uma vez concluída a escolaridade. Para alguns jovens, este processo de transição necessita de ser planeado e trabalhado com mais antecedência, para que se consiga responder aos desafios de uma vida tão autónoma e integrada quanto possível, no presente e no futuro. Surge assim a necessidade de elaborar um plano individual de transição (PIT) que é, de acordo com o Manual de Apoio à Prática (DGE, 2018):

Um documento dinâmico que complementa o PEI três anos antes da idade limite da escolaridade obrigatória, no sentido de preparar a vida pós-escolar dos alunos que frequentam a escolaridade com adaptações curriculares significativas. Um documento que contém informação específica sobre o processo de transição: interesses e competências do aluno (académicas, vocacionais, pessoais e sociais), expectativas do aluno e dos pais, entre outras. Um documento que estabelece o processo de transição, expressando o projeto de vida do aluno. Um documento que responsabiliza todos os intervenientes no processo de transição, incluindo o aluno, os pais e define as etapas e ações a desenvolver. Um organizador de todas as ações permitindo uma

avaliação sistemática; flexível e passível de ser adequado de acordo com as mudanças de interesses e experiências (p. 38).

Importa referir que o propósito dos dois documentos (PEI e PIT), não é duplicação da informação, acrescentando mais tarefas administrativas e burocráticas aos profissionais (professores/técnicos). Pelo contrário, ambos devem ser usados para registar e para manter: reflexões acerca da situação do aluno/estudante, enquanto organizador de um projeto de futuro pessoal. Por exemplo, acordos conseguidos com os locais e as entidades promotoras de uma inclusão social pós-escolar, definir as estratégias, os objetivos a atingir nas áreas a investir e nas atividades a realizar, referir orientações vocacionais estabelecidas com base nos interesses, potencialidades e competências do aluno. Ambos devem adotar mecanismos de supervisão e acompanhamento, perspetivando o progresso do aluno/estudante a qualquer momento, mesmo quando acontecem alterações de vária ordem, (ex. transitar para outra escola, a família mudar-se para outro local).

Ao longo de todo o processo desde a sua conceção, implementação e conclusão das medidas neles expressas, é essencial o envolvimento dos jovens respeitando as suas escolhas relacionadas não só com a sua futura vida profissional, mas também com aspetos de ordem familiar, afetiva, social e de lazer. PEI e PIT constituem-se documentos abrangentes na medida em que devem incluir todas as áreas a trabalhar ou a discutir com os alunos/estudantes, pais e profissionais.

De acordo com as recomendações no documento “Planos Individuais de Transição Apoiar a Transição da Escola para o Emprego”, de *European Agency for Development in Special Needs Education* (2006),

Um PIT tem de garantir ao jovem o aconselhamento e o apoio de que necessita antes, durante e depois do período de transição. Também as famílias precisam de ser parceiros ativos como advogados e como apoiantes pelo que a situação familiar (valores culturais e recursos) deve ser tida em conta pelos profissionais (p. 28).

Em Portugal a implementação do PIT deve ser concretizada três anos antes da idade limite da escolaridade obrigatória. Assim sendo, cerca dos 15 anos de idade, todos os alunos com PEI devem ter também um PIT, sendo que se complementam e contribuem equitativamente para uma transição pós-escolar, gradual e adequada a cada jovem. Com base no respeito pela sua individualidade, com especial relevo para a exigência de um

planeamento centrado no jovem/aluno, podemos contribuir para assegurar qualidade de vida a estes jovens nos domínios do seu desenvolvimento pessoal, da sua autodeterminação, relacionamento interpessoal, participação, direitos de oportunidades académicas e funcionais para todos os alunos, contribuindo para o seu bem-estar físico, emocional e material.

1.3. Sociedade Inclusiva

Desde longa data que a Organização das Nações Unidas (ONU) e diversas Organizações não Governamentais de Pessoas com Deficiência têm vindo a chamar a atenção para os Direitos das Pessoas com Deficiência. Em Portugal os trabalhos realizados pelo Instituto Nacional de Reabilitação (INR, 2021) e outras organizações internacionais, como a Agência Europeia para as Necessidades Especiais e Educação Inclusiva (2021) e a “Estratégia para a Inclusão das Pessoas com Deficiência”, do Conselho da Europa, assim como o Conselho Nacional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CNADS), têm vindo a desenvolver princípios orientadores e recomendações organizacionais, que visam a inclusão das pessoas com deficiência, garantindo-lhes o pleno exercício dos Direitos de Cidadania, subjacentes a todos os cidadãos de uma sociedade democrática, como exemplo dessas recomendações surge a nível nacional a “Estratégia para a Inclusão das Pessoas com Deficiência” de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros, publicada em Diário da República, 1.ª Série, N.º 169, 31 de agosto de 2021.

A necessidade de aprofundar e melhorar o trabalho realizado, reforçando e garantindo uma inclusão social das pessoas com deficiência em todas as áreas da vida comunitária e uma maior participação cívica são as metas a atingir num futuro próximo, de acordo com as recomendações dos organismos atrás mencionados. Para que tal aconteça é fundamental que se desenvolva uma consciência coletiva de reconhecimento que a inclusão é um objetivo estratégico para a valorização de todos os cidadãos a atingir na presente década. Ter uma sociedade inclusiva é o desejo de viver numa sociedade mais justa, contribuindo para uma maior qualidade de vida e maior bem-estar de todos os intervenientes neste processo. Assim, haverá certamente uma maior igualdade de oportunidades em toda a comunidade envolvente e para todos os indivíduos pertencentes à sociedade de que faz parte o indivíduo com necessidades específicas.

O que nos interessa exatamente é tomar conhecimento efetivo de uma realidade social, num contexto comunitário específico, sabendo que em teoria todos somos a favor dos

direitos humanos mas, no dia a dia, surgem algumas dificuldades, as quais tomam forma quando se mantém a necessidade de os mesmos se evidenciarem e de se reivindicarem, pois muitas vezes surgem vozes que apregoam que tais direitos sendo humanos, não são para todos, pois nem todos são meritórios dos mesmos, atendendo à sua condição biopsicossocial. De acordo com Rodrigues (2019) “vivemos em sociedades complexas e de um crescimento contínuo, onde o número de incertezas, morais, políticas, organizacionais, afetam as relações sociais em todos os domínios de qualquer comunidade” (p. 10). Ainda assim, e com base nos caminhos já percorridos, outros há a percorrer, no sentido de tais incertezas se diluírem. O mesmo autor refere que não solicitamos uma homogeneidade social, mas alertamos para que se respeite toda a diversidade social, que é real. Segundo Edgar Morin, citado por Rodrigues (2019), tal diversidade contribui para “a existência de múltiplos contextos que se entrelaçam e coabitam, criando relações entre eles. Essas relações estabelecem-se positivamente, numa lógica de rede e não num sentido de hierarquia, dando espaço à disseminação, influência e interação entre estruturas”. (pp. 10, 11).

O autor refere também que tais estruturas são diferentes, mas que comunicam horizontalmente, apresentando-se como integrantes de um específico sistema social. Desta forma entende-se que, numa sociedade/comunidade complexa, se criam estruturas e sistemas que não foram planificados anteriormente às diversas situações, mas que surgem como respostas sociais e resultam da interação dos seus vários elementos, como é o caso das associações ou grupos coletivos de pais ou amigos, clubes, etc.

Partilhando as ideias dos autores atrás referidos, observamos que a adesão das sociedades atuais ao conceito de inclusão é indiscutível, pois o mesmo está presente nos ideais de algumas áreas sociais como sejam a educação inclusiva, a saúde inclusiva, o desporto e arte inclusiva, a segurança social inclusiva, alimentação inclusiva, contribuindo todos, cada um a seu modo, para a construção de uma sociedade inclusiva. No entanto, cada indivíduo tem um conceito próprio de inclusão, o que permite uma interpretação e interação particular na relação com a diferença. Surgem, então, diversas práticas que por vezes se afastam dos princípios universais dos direitos dos jovens com deficiência.

De acordo com Colôa (2014), é necessário clarificar e melhorar a implementação de alguns princípios orientadores para a construção de uma sociedade inclusiva. Na perspetiva

deste autor, atualmente ainda são um obstáculo à verdadeira inclusão dos jovens com condição de deficiência os seguintes aspetos:

1 – O acesso dos jovens à participação plena, após a escolaridade obrigatória, quer na implementação de programas que assegurem a continuidade da sua educação/formação, quer a nível de programas de emprego. Torna-se urgente a articulação interministerial, dos diversos contextos integrados nos organismos públicos, privados, ou associações permitindo a diversificação da experimentação em atividades, ações a desenvolver na sociedade/comunidade como alternativa de formação.

2 – O envolvimento das famílias e dos próprios jovens com condição de deficiência, sempre que possível, no que diz respeito às tomadas de decisão presentes e futuras. Este princípio é um dos que carece de um tratamento especial pois está relacionado com as expectativas das famílias e dos jovens, no que diz respeito ao autoconceito, dos jovens com condição de deficiência, que por vezes ainda são vistos pela sociedade em geral e por algumas famílias, num estágio de “infância eterna”. Este facto não permite o acesso às diferentes estruturas sociais de formação/educação e de emprego, principalmente quando o jovem tem um nível de incapacidade elevado, no seu atestado multiuso, limitando-se assim a sua participação.

3 – A promoção da autodeterminação e defesa da pessoa/jovem com condição de deficiência. O direito a escolher o que quer para si, sem por em causa a sua condição.

4 – A promoção das atitudes positivas e proatividade dos decisores e empregadores em relação às necessidades dos jovens e outras pessoas, com condição de deficiência. Para que tal aconteça, consideramos que é necessário disponibilização de profissionais qualificados, assistentes pessoais, tutores, consultores familiares ou individuais, para promoverem a inclusão dos jovens com necessidades específicas, nas diferentes etapas de transição à vida adulta, na entrada no mundo social próximo, quer seja através do pleno emprego, quer através do emprego protegido, no desenvolvimento e participação em ações de voluntariado, ou a permanência em programas ocupacionais, que lhes permitam o sentimento de pertença no meio social externo à família, contribuindo para o seu bem-estar.

Deste modo, os apoios devem ser desenvolvidos com base em redes sociais de proximidade em que o fator apoio profissional deve ser integrado com o fator pessoal, equacionando-se não só a pessoa com necessidades especiais, como a sua família e amigos.

Quando as escolas, enquanto organizações sociais e socializantes, fundamentam as suas orientações educativas em pilares de boas práticas inclusivas contribuem para a capacitação de todos os intervenientes na construção de uma sociedade inclusiva. Ao permitirem a todos os alunos a vivência do maior número de contextos inclusivos, aumentando a participação de todos nas diversas áreas, entre todas as partes interessadas (ou seja, equipa de professores e outros profissionais, alunos e pais) e a todos os níveis (nomeadamente, política e prática escolares e cultura de escola), contribuem para a inclusão social de todo o seu público alvo.

De acordo com o relatório síntese da Agência Europeia para as Necessidades Especiais e a Educação Inclusiva (2018), com o título “Evidências Da Relação Entre Educação Inclusiva e Inclusão Social” identificam-se três áreas – educação, emprego e vida na comunidade com o objetivo de fornecer evidências a partir de um conjunto de dados de estudos, para explicar de que forma a educação inclusiva está relacionada com a inclusão social. Este relatório analisa o impacto da educação inclusiva na inclusão social examinando as áreas da educação, emprego e vida na comunidade e podemos constatar que:

As conclusões da análise sugerem que existe uma relação entre educação inclusiva e inclusão social nas áreas da educação, emprego e vida na comunidade. Ao mesmo tempo, existem outros fatores que parecem promover ou dificultar a inclusão social. Estes fatores incluem a qualidade da prática inclusiva, a política social, as estruturas e atitudes sociais, o percurso de vida individual, etc. (p. 6).

No que diz respeito à educação inclusiva o mesmo relatório sugere também que os alunos que frequentam escolas que promovem a inclusão aumentam as oportunidades de interação entre pares, contribuindo para estreitas relações de amizade entre alunos com e sem deficiência. Os alunos com deficiência educados em contextos inclusivos onde partilham e experienciam em comum situações de aprendizagem, brincadeiras, visitas ao exterior, acesso a todas as áreas e atividades da escola, podem ter um melhor desempenho a nível académico e social do que os alunos educados em contextos segregados. Frequentar e receber apoio em contextos de educação inclusiva aumenta a probabilidade de matrícula no ensino superior. A relação entre educação inclusiva e matrícula no ensino superior depende de um planeamento de transição eficaz que começa no ensino secundário e que envolve a comunidade, não esquecendo que houve todo um percurso escolar anterior já efetuado.

Ainda com base no relatório síntese referido anteriormente, podemos afirmar que a relação entre educação inclusiva, emprego e vida na comunidade indica que: a natureza do currículo pode limitar ou aumentar as oportunidades de emprego para jovens com deficiência; o acesso a nível do currículo diversificado proporciona qualificações académicas e profissionais que aumentam as oportunidades de emprego; os programas de transição de qualidade, baseados na comunidade, ministrados no ensino secundário, podem aumentar a probabilidade de as pessoas com deficiência terem emprego; frequentar um contexto de educação inclusiva é um dos fatores que aumenta a probabilidade de as pessoas com deficiência virem a ter emprego.

Ainda com base neste relatório podemos aferir que existem outros fatores sociais, como a política social, o mercado de trabalho local, as redes de emprego, as atitudes dos empregadores e as estruturas de emprego acessíveis, que condicionam a sua entrada no mercado de trabalho. Pensamos, pois, que é igualmente importante que se criem pontes de articulação com vista a melhorar a colaboração e interação entre os vários serviços ministeriais, sistemas e diferentes organizações em todos os níveis de intervenção. As políticas em matéria de educação e apoio social são dois fatores interligados e influenciam diretamente o percurso pessoal dos jovens com deficiência para alcançar uma vida independente com qualidade.

A educação inclusiva é um dos fatores que aumenta as oportunidades para uma vida independente. Remetendo-nos para alguns aspetos de vida independente, tais como, ter amigos, ter independência financeira, pertencer a uma rede de relações sociais, participar em atividades de lazer, são as competências que permitem viver a vida em comunidade. Desta forma chegamos ao nível mais desejado que é a inclusão plena. De acordo com Vala e Monteiro (2000):

A psicologia social visa o comportamento dos indivíduos enquanto determinado pelo contexto social próximo, independentemente da especificidade histórica e cultural do grupo social em que esse contexto está presente. Existem diversos fatores que intervêm diretamente na especificidade histórica e cultural das sociedades (p. 64).

Surge então a necessidade de compreender as relações existentes na organização da sociedade em que vivemos, enquanto macro organização, analisando as suas estruturas sociais, as relações que se criam entre si e o impacto nos outros. Resumidamente e de acordo

com Vala e Monteiro (2000), a teoria das relações sociais diz-nos que são diversos os benefícios decorrentes das relações sociais e estes podem “ter um valor idiossincrático e situacional, de que as relações requerem reciprocidade ao longo do tempo e de que estas mesmas relações se desenvolvem e persistem num contexto ecológico” (p.187).

Passamos assim a analisar resumidamente, o que entendemos por suporte social, já que o mesmo surge das relações entre o indivíduo e as diferentes estruturas da sociedade.

1.4. Suporte Social

Muitos investigadores na área das ciências sociais e humanas assinalam o contributo das estruturas sociais para a compreensão e promoção do bem-estar das populações. Podemos referir, como exemplo, os estudos pioneiros de Durkheim 1897/1951, citados por Ornelas (2008), como dando um enorme contributo no estudo do significado atribuído aos laços sociais, nomeadamente na compreensão da relação da dissolução das ligações sociais relativamente à família, igreja, a comunidade, a ausência de papéis e de normas sociais e a maior prevalência do suicídio.

Na área da Antropologia o suporte social é tido como uma unidade da estrutura social, sendo que a mesma é analisada sob vários aspetos tais como: a morfologia das redes sociais, dos indivíduos, as características dos seus laços e também as influências sobre os diferentes níveis de suporte. Também na área do serviço social e em estudos urbanos foram analisadas as redes de ajuda natural baseadas na vizinhança, perspetivando-as como expressão de uma interdependência social resultante de uma partilha de ambientes. Por outro lado, os profissionais ligados à área da Saúde Mental Comunitária, dão ênfase ao estudo dos grupos e organizações de ajuda mútua realçando-os como estruturas de prestação de suporte.

A perspetiva sociológica relaciona a desintegração social dos indivíduos com a perturbação psicológica. Nesta perspetiva surgem vários investigadores Farris e Dunham, (1939) citados por Ornelas (2008), estudaram diversos grupos sociais, populações específicas onde inventariaram diversos fatores como, por exemplo, as ruturas ou barreiras na comunicação entre as pessoas que influenciaram a incidência da doença mental.

Posteriormente, segundo Ornelas (2008), Hinkle e Wolff, em 1958, desenvolveram um programa sobre ecologia humana com o objetivo de avaliar de que forma os efeitos culturais influenciam o sucesso de adaptação das pessoas ao meio e a novas situações por vezes adversas. Esta investigação foi de um enorme valor não só devido aos métodos rigorosos

utilizados, mas porque essencialmente proporcionou um avanço das ideias inovadoras sobre a inventariação de fatores situacionais e de personalidade. Este estudo veio também realçar uma atenção particular para os estilos de *coping* (lidar adequadamente com uma situação), através da acessibilidade a laços sociais e estratégias compensatórias, tendo por base as formas de vulnerabilidade dos indivíduos perante diversos fatores de *stress* (dificuldades) provenientes do meio envolvente.

De acordo com os pressupostos da ecologia que preconiza o estudo das relações entre as comunidades humanas e o espaço em que estas se desenvolvem, Holmes e Rahe, (1967), referidos por Ornelas (2008), desenvolveram a Escala de Ajustamento Social que proporcionou um maior rigor no estudo das relações humanas com as adversidades do meio e o seu impacto no percurso individual perante a situação de doenças a nível psíquico e/ou físico.

É sabido que as relações sociais surgem como uma componente comum em muitas teorias do desenvolvimento, de tal modo que Bowlby, (1969), citado por Ornelas (2008), reconhece o significado evolutivo da importância do apego, “*attachment*”, como fator de proteção dos mais jovens e vulneráveis. Para este autor o “apego” depende da interação recíproca mãe/filho e não é um processo automático, mas construtivo. Sumariamente, e segundo nos diz Ornelas, (2008), três teóricos, Caplan, Cassel, e Cobb, na década de 70 do séc. XX, criaram as bases para o desenvolvimento de novos modelos relacionados com o suporte social onde sugerem diversos tipos de relações sociais e as atividades nelas contidas (suporte emocional que resulta das relações íntimas; afiliação compensadora baseada nas trocas recíprocas) e necessidade de segurança para proteção do indivíduo em situação de crise. Transformaram este tema, suporte social, em matéria de investigação, tendo por base que o suporte social atua como amortecedor contra os efeitos negativos de *stress*, (dificuldades) quer a nível psicológico, quer somático. O Suporte Social é visto como amortecedor do *stress*, (dificuldades), desempenhando uma função de facilitador da confrontação e adaptação dos indivíduos em situação de crise, ao longo do seu ciclo vital.

Todos estes autores, através dos seus trabalhos, contribuíram para percebermos que as pessoas dispõem de um maior ou menor valor, podendo prevalecer vantagem em algumas, no que diz respeito ao acesso aos recursos e com condições favoráveis para as outras, sendo que outras podem estar em desvantagem com pouco para oferecer ao terem poucas opções, correndo o risco de se envolverem em trocas desfavoráveis ou em relações

pouco satisfatórias. Podemos concluir que o estudo do suporte social é do interesse de várias ciências, pelo que se torna atual e imprescindível ao estudo da temática em causa. Vejamos como ele se estrutura.

Diferentes autores, quando se referem ao Suporte Social, tentam defini-lo em função do conteúdo das relações que este abrange, como o grau de envolvimento afetivo-emocional ou instrumental, a ajuda ou a informação. Assim, e na sua globalidade, deve ter em conta os seguintes aspetos: 1. a quantidade das relações sociais; 2. a sua estrutura formal, como por exemplo a densidade e a reciprocidade; 3. o conteúdo destas relações. Neste sentido dizemos que não há uma definição de Suporte Social, mas sabemos que é um conceito que todos compreendem, que é bastante valorizado enquanto recurso para se ter uma boa vida e é um constructo multidimensional. Barrera (1986), citado por Ornelas (2008), diz-nos que o termo suporte social não deve ser entendido como um conceito generalista enquanto objeto de investigação, sendo necessário subdividi-lo em três categorias: o Envolvimento Social, o Suporte Social Percecionado e o Suporte Ativo.

O Envolvimento Social reporta-se às ligações significativas que as pessoas mantêm entre si, no meio social, pelo que estar-se socialmente envolvido é um fator essencial no sentimento de pertença a uma comunidade. O Suporte Social Percecionado caracteriza-se essencialmente pela satisfação obtida nas relações com os outros e inclui duas dimensões, que são: uma, a perceção do suporte disponível e a outra, a assertividade dos laços de suporte. Por fim o Suporte Ativo consiste nas ações desempenhadas pelos diversos indivíduos na prestação de apoio aos outros. Desta forma, podemos dizer que o termo Sistema de Suporte Social tem sido designado como um conjunto de recursos organizados, é do interesse das várias ciências, pelo que se torna complexo devendo ser enquadrado num contexto ecológico pois contribui para a compreensão das relações entre os indivíduos e o sucesso das mesmas nos diferentes contextos sociais.

1.4.1. Redes de Suporte Social

A família, enquanto unidade orgânica social, ao longo do seu ciclo natural vive diferentes etapas, experienciando momentos de crise naturais ou, por vezes, crises acidentais, sempre que surgem acontecimentos sem previsibilidade no seu percurso natural e comuns à maior parte das famílias. De acordo com Pereira (2000), podemos citar alguns momentos de crise como o nascimento de um filho, a entrada desse filho na escola, a saída

de casa de algum membro familiar, a morte de um membro da família. Porém, quando a família é sujeita a uma situação imprevisível, acidente físico, a morte de algum membro da família, a perda de emprego de um progenitor, o divórcio e também quando nasce um filho com alguma perturbação do desenvolvimento, esta entra em crise accidental, experienciando um momento de rutura no seu percurso natural.

Franco (2009), refere que para qualquer família o nascimento de um filho é um marco de um novo ciclo de vida desta, sendo que este acontecimento tem um significado muito profundo pois, com os filhos se criam e vivenciam muitas expectativas e sonhos, com elevada carga emocional e de realização pessoal, que são postos em causa, provocando desequilíbrio no seio familiar. Em qualquer destas situações existe a necessidade de se alocarem apoios externos à própria família para que de novo a mesma encontre o seu equilíbrio.

As famílias de uma criança com deficiência ou com alteração grave no seu desenvolvimento, podem sentir necessidade de apoio logo após o diagnóstico inicial e essa necessidade pode prolongar-se ao longo de todo o seu ciclo de vida.

Referindo Franco (2019), numa primeira fase sabe-se que o apoio informal, que muitas vezes surge no seio da própria família, é um dos mais importantes para as famílias. Neste âmbito, o apoio do cônjuge é apontado, em vários estudos com pais e mães de crianças portadoras de deficiência, como o mais importante de todos. Numa fase posterior surgem outros apoios a nível dos vários serviços sociais, consoante as necessidades prioritárias da família. Canalizam-se serviços a nível da saúde, da segurança social, da educação, associações e grupos de pais de forma a que as famílias nos diferentes estádios do seu percurso, ao longo do seu ciclo vital, consigam viver em equilíbrio, com tranquilidade e qualidade de vida de todos os seus membros. Desta necessidade advém uma atenção ao estudo dos apoios sociais existentes.

Os conceitos de apoio social e redes de apoio social são importantes no estudo desta problemática, pois permitem uma maior compreensão sobre os indivíduos, as famílias e as comunidades porque, como referem Correia e Serrano (1998), permitem-nos conhecer mais sobre o dia-a-dia das pessoas nas comunidades e também porque sugerem formas alternativas de apoio de forma a satisfazerem as necessidades das famílias. Segundo estes autores as redes de apoio social permitem-nos também observar os acontecimentos que ocorrem nas famílias com crianças e jovens com deficiência, resultante das relações nos diversos contextos de apoio, sem evidenciar apenas os dos tratamentos ou terapêuticos ao

longo do seu ciclo vital. Neste sentido e porque as famílias, enquanto unidades orgânicas sociais, interagem com o exterior das mais diversas maneiras, surge-nos uma panóplia de interações bastante diversas. Cada família tem uma forma diferenciada e única ao longo do seu ciclo vital, bem como um ritmo específico, para lidar com a situação de deficiência, quer em momentos de crise, quer em momentos de regularidade normal. Assim tão válidos se consideram os apoios centrados nas relações familiares, quer as famílias sejam nucleares ou alargadas, como os apoios resultantes das relações com os amigos, das redes de associações de pais, que se agrupam de acordo com as suas necessidades e discutem os seus problemas, ou os que se revestem de um carácter mais institucional/formal que lhes são alocados, a nível dos diversos serviços sociais, de acordo com a comunidade em que se encontram. De acordo com Brandão Coutinho (1999), citado por Brandão e Craveirinha, (2011):

A divisão do “apoio social” em componentes e a subdivisão destas em dimensões, veio facilitar a tarefa dos investigadores que pretendiam avaliar este constructo, permitindo-lhes ir para além da avaliação do apoio social de forma global e focar aspetos particulares, bem como os seus efeitos específicos em determinados indivíduos (p. 29).

Alguns estudos académicos realizados anteriormente, Guadalupe (2010), no âmbito do apoio social, nomeadamente dos apoios em rede, têm procurado compreender as dimensões do mesmo, enquanto promotor das relações entre os seus componentes. Estes estudos, permitem, também, saber até que ponto diferentes aspetos do apoio social podem relacionar-se com as alterações ao nível do funcionamento familiar e individual. Dunst *et al.*, (1988), citados por Brandão e Craveirinha (2011), sugerem que o apoio social pode ser observado segundo cinco componentes que incluem dimensões distintas que se interrelacionam. Assim os apoios estão divididos em diversas categorias:

- 1 - Apoio relacional—quantidade das relações sociais existentes.
- 2 - Apoio estrutural—características das redes sociais de apoio (densidade, estabilidade, consistência, frequência de contactos, e reciprocidade nas relações).
- 3 - Apoio funcional – fonte, tipo (material, instrumental, emocional, etc.) quantidade e qualidade do apoio prestado.

4 - O Apoio emocional – por vezes denominado como psicológico refere-se ao sentimento de estima, de pertença a um grupo e de confiança, e é percebido como expressão de carinho, empatia, cuidados e preocupação do outro.

5 - O Apoio instrumental - compreende as crenças de que nas redes sociais estão disponibilizados recursos tangíveis e práticos, isto é, instrumentais referindo-se, portanto, à disponibilização de ajuda concreta, em termos de bens e serviços.

Por último e resumidamente podemos dizer que uma das dimensões do suporte social que tem sido amplamente estudada refere-se à fonte, sendo usual distinguir duas fontes de suporte social: informal e formal. Em relação à informal incluem-se as pessoas do círculo próximo da família (familiares, amigos, cônjuge, vizinhos ou colegas) e os grupos sociais (clubes ou igreja) que são passíveis de fornecer apoio nas atividades do dia-a-dia. Por outro lado, a fonte formal abrange tanto as organizações sociais formais (hospitais ou serviços de saúde), como os profissionais (médicos, assistentes sociais ou psicólogos) que estão organizados em subsistemas para fornecer assistência às pessoas necessitadas (Dunst & Trivette (1990), citados por Brandão e Craveirinha, (2011). Podemos dizer que esta dimensão é fortemente identificada como o tipo de apoio que uma pessoa recebe efetivamente dos outros. Na visão de diversos autores, incluindo Brandão e Craveirinha (2011), pode ser classificada em três categorias: suporte emocional, instrumental e informacional.

1.5. Suporte Social e Qualidade de Vida

Abordar a qualidade de vida familiar das famílias com crianças e jovens com necessidades específicas e relacioná-la com os apoios ou redes de suportes sociais é também um desafio que tentamos responder no estudo a que nos propusemos.

Qualidade de Vida é um conceito de dimensão multifatorial, eminentemente pessoal. Prende-se com as novas formas de atendimento à diversidade e com novos recursos para a plena participação e inclusão social do indivíduo, no direito a tomar decisões e a fazer escolhas sobre a sua vida.

Atualmente, compreender as redes de suporte social permite adquirir competências e capacidades, por parte das famílias e seus filhos com necessidades específicas, como forma de encontrarem a melhor resposta para cada situação nova, ao longo do seu ciclo vital.

Neste sentido, encontrar o apoio social através das redes de suporte social locais existentes, é uma questão que requer conhecimento de causa, compreendendo a sua

categorização que, como já referimos, pode ser de diversas dimensões. Destacamos o conceito de que o suporte social é protetor do indivíduo, pois permite suavizar as consequências negativas de determinados acontecimentos ou momentos de crise sobre a sua saúde, o bem-estar físico e psicológico do mesmo e/ou da família (Minkler, 1992; Thoits, 1982), citados por Brandão e Craveirinha (2011).

Por outro lado, perspetivando uma intervenção preventiva baseada na mobilização do suporte social, esta será tanto mais eficaz ao envolver-se separadamente com uma destas funções e, em simultâneo, analisando o contributo de cada uma nessa intervenção. De acordo com Correia e Seabra-Santos (2018), tendo em conta que a família é uma rede de relações recíprocas com as suas próprias características e necessidades e reconhecendo a individualidade dos seus elementos, importa olhar para a unidade familiar como “uma estrutura orgânica social, com a sua própria história compartilhada por valores, tradições, objetivos, crenças e prioridades” (Leal, 2008), citado por Correia & Seabra-Santos (2018, p. 2).

Um outro conceito não menos importante nesta abordagem ecológica da família enquanto unidade social é o conceito de qualidade de vida familiar. Segundo um estudo realizado por Pinto, Macedo e Dias (2013) desde a década dos anos 60 do séc. XX, que este conceito tem sido do interesse das várias ciências e assumiu um enfoque de relevo quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) aponta a satisfação de outros fatores, para além do bem-estar económico e financeiro, como são o bem-estar físico, mental, social ou outros.

É nesse contexto que a OMS, desde 1991, tem dedicado esforços para definir um modelo mais consensual entre culturas, com o aparecimento do *World Health Organization Quality of Life Group* (Grupo WHOQOL) e de instrumentos que o permitam avaliar. Assim, propõem uma definição de Qualidade de Vida como a perceção do indivíduo acerca da sua posição na vida, no contexto de cultura e sistema de valores em que se insere e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações (WHOQOL Group, 1995, p. 1405), citado por Serra *et al.* (2006).

Como podemos constatar trata-se de um conceito multidimensional que aborda questões intimamente ligadas não só à satisfação, mas também à condição pessoal que os indivíduos vivenciam, na qualidade e quantidade das redes sociais de suporte que experienciam, da satisfação profissional, da autodeterminação, dos aspetos económicos e abordagem inclusiva. Este conceito tem vindo a assumir também relevo e está intimamente

ligado às políticas públicas de apoio para as famílias das crianças e jovens com necessidades específicas como promotoras de uma melhoria da sua qualidade de vida. Nesse contexto, faz sentido olhar a Qualidade de Vida não só a um nível individual, mas também familiar. Zuna *et al.* (2010), referidos por Correia, & Seabra-Santos (2018) definem a Qualidade de Vida Familiar (QdVF) em famílias de pessoas com Deficiência Intelectual (DI) como “uma perceção subjetiva de bem-estar da família, para a qual contribuem todos os seus membros e em que as necessidades individuais e familiares interagem” (p.3).

Por sua vez, Park *et al.* (2003), também referidos por Correia e Seabra-Santos (2018), dizem-nos que a Qualidade de Vida Familiar é assegurada quando as necessidades da família são acauteladas e os seus elementos apreciam a sua vida em conjunto. Este bem-estar concretiza-se quando uma família tem oportunidade de realizar atividades que consideram importantes. Nos estudos realizados em Espanha (Verdugo, Córdoba & Gómez, 2005; Balcells-Balcells, Giné, Guàrdia-Olmos & Summers, 2011) e na China (Hu, Wang & Fei 2012), citados por Correia & Seabra-Santos (2018), os autores comprovaram a existência de cinco fatores que contribuem para o constructo da Qualidade de Vida Familiar (QdVF) que são: Importância, Oportunidades, Realização, Iniciativa, Estabilidade e Satisfação. Os mesmos autores constataram que certos aspetos das condições de vida, como habitação e transporte, o rendimento familiar e a severidade da deficiência eram preditores da satisfação com a Qualidade de Vida Familiar. De acordo com os estudos realizados por diversos autores, nomeadamente Pinto, Macedo & Dias (2013), que foram um estímulo a estudos posteriores nesta área, podemos perceber que toda a intervenção de um suporte social verdadeiramente capacitante focada na família está associada a uma qualidade de vida da mesma. Este estudo denota ainda a necessidade de maior atenção e acompanhamento a estas famílias, tanto a nível social como nas diferentes políticas, definindo estratégias de intervenção adequadas e coerentes, para que as mesmas adquiram competências pessoais dos seus membros, ao longo de todo o seu ciclo vital.

Numa altura em que se desenham estratégias e se definem políticas para a promoção da qualidade de vida de crianças e jovens, é importante considerar o papel das famílias, das suas competências e das dificuldades com as quais têm que lidar para prestar os melhores serviços educacionais e assistenciais, ao longo de toda a sua existência. Tais competências têm impacto direto no seu equilíbrio emocional ao ajustamento a um filho com necessidades

específicas, na gestão dos seus recursos económicos, na prevenção do desgaste físico e na sua realização pessoal, contribuindo assim para o seu bem-estar.

Segundo Verdugo (2000), falar da qualidade de vida da família impõe relacioná-la com o impacto que a deficiência provoca na família. Assim, existe uma vasta disparidade de situações familiares que se prendem com o tipo de deficiência e o seu grau, os recursos familiares, o nível de capacitação das famílias, assim como os diversos recursos da comunidade em que a família se insere. Para este autor a atenção centra-se na família dando enfoque não só ao apoio clínico e social prestado à pessoa com deficiência, mas também na colaboração da família em relação ao apoio recebido, pois esta é o ambiente natural e tranquilo do desenvolvimento pessoal. O autor sugere que os profissionais dos diversos suportes sociais que prestam apoio a estas famílias devem informar e planificar com a família as possíveis respostas, envolvendo a colaboração dos diferentes membros da família, dos que querem colaborar, dando oportunidade aos diversos membros e respeitando a colaboração de cada um. Dessa forma, abrem-se mais possibilidades de colaboração e de maior participação, independentemente de quem representa a criança ou o jovem, de quem tem o poder de decisão, sendo que essa decisão será partilhada por todos os intervenientes, incluindo o próprio.

Guadalupe (2016), numa perspetiva ecológica, afirma que esta teoria está de acordo com a Teoria dos Sistemas Ecológicos de Urie Bronfenbrenner ensaiada na sua obra *The Ecology of Human Development: experiments by nature and design* de 1979 (1996), que procura explicar o comportamento, o conhecimento, as competências e as escolhas do sujeito a nível da orientação, do suporte e da estrutura oferecida pela sociedade.

Correia e Seabra-Santos (2018), destacam os trabalhos de Schalock e Verdugo que, em 2003, apresentaram um modelo com a finalidade de impulsionar a aplicação do conceito em diferentes tipos de serviços e programas. Integrando estudos anteriores estruturam um modelo multidimensional que é constituído por três fatores macro, que integram oito dimensões. Assim, o fator da qualidade de vida *independência* integra dimensões como o desenvolvimento pessoal (educação, competências, comportamentos adaptativos) e autodeterminação (capacidade de tomada de decisão, autonomia, sentido de controlo e definição de objetivos pessoais). O fator *participação social* integra as dimensões de relações interpessoais (sociais, interações e amizades), inclusão social (participação na comunidade, papéis desempenhados e apoios) e direitos (humanos e legais). E por fim, o fator *bem-estar*

integra as seguintes dimensões: emocional (segurança, percepção de satisfação, ausência de stress), bem-estar físico (estado de saúde, exercício físico) e material (pela situação e recursos financeiros).

Estes dados reforçam a ideia de que, eventualmente, a manutenção da qualidade de vida não depende da idade do adulto ou da criança/jovem (e, por conseguinte, da distância temporal do diagnóstico e do acompanhamento) mas sim da condição da pessoa com deficiência e dos apoios/suportes sociais que esta pode ter.

Para Guadalupe (2016), estes suportes sociais podem ser agrupados e diferenciam-se em microssistemas enquanto os mais próximos da pessoa/família, quando se situam a nível familiar, “formatando” numa relação íntima e imediata, o desenvolvimento do ser humano. Por sua vez, este microssistema existe num exossistema que afeta a vida dos indivíduos e é constituído por estruturas comunitárias e por sistemas sociais organizados politicamente (saúde, educação, emprego, etc.). Por último, o macrossistema é constituído por acontecimentos históricos e memórias coletivas, valores culturais, filosofia, padrões económicos e de proteção social, condições sociais de vida, etc. Todos eles são úteis e contribuem para o desenvolvimento pessoal de cada indivíduo/jovem inserido num contexto social específico. Todos contribuem com indicações importantes para a definição de estratégias adequadas e coerentes, considerando as particularidades que cada tipo de necessidade específica exige, visando potenciar a qualidade de vida dos que deles beneficiam.

Capítulo II – Método

Neste capítulo iremos abordar o método utilizado nesta investigação. O método é sempre um fator chave para um trabalho científico e, por isso, começaremos por justificar o porquê da abordagem que selecionámos. Em seguida assinalaremos a problemática e os objetivos, daremos conta do contexto onde este estudo foi realizado, caracterizamos os participantes entrevistados, os instrumentos utilizados e, por fim, os respetivos procedimentos.

2.1. Metodologia

Neste estudo optámos por descrever a tomada de decisão sobre a metodologia a definir com base no conceito deste paradigma, como a forma de o fazer, obedecendo a procedimentos e seguindo modelos com padrões previamente estabelecidos que são aceites e válidos em metodologias de investigação. Objetivamente existem dois paradigmas que são aceites como válidos: o paradigma fenomenológico ou qualitativo e o paradigma positivista ou quantitativo. Ambos são de igual importância no campo das ciências sociais e contribuem para o bom desempenho e harmonia dos diversos estudos do nosso dia a dia, no mundo em que vivemos.

Com base na questão problemática deste estudo: “Que respostas sociais existem na comunidade para os jovens adultos com Necessidades Específicas, quando terminam a escolaridade obrigatória?”, pensamos que, por se tratar de uma questão que proporciona informação do que se pretende investigar, já que aborda a compreensão de fenómenos e de problemas que surgem num contexto de uma comunidade real, podemos defini-la como uma metodologia qualitativa.

Para realizar uma investigação qualitativa é imprescindível definir o seu objeto empírico, isto é, o conjunto de métodos e técnicas a utilizar no decurso da mesma. Assim, as técnicas a utilizar na pesquisa serão: a contextualização da pesquisa, a abordagem teórica, a entrevista e a análise de conteúdo. Como nos dizem Lessard, Michelle e Goyette (1994),

a investigação qualitativa parece, portanto, dar lugar de relevo ao contexto da descoberta antes e durante a recolha dos dados: as questões, as hipóteses, as variáveis ou as categorias de observação normalmente não estão totalmente formuladas ou predeterminadas no início de uma pesquisa (p. 102).

Optámos pela utilização deste método pois ele permite a recolha, análise e processamento de dados, dando informação qualitativa dos mesmos obtida a partir de entrevistas, observações, grupos focais. De acordo com Ruas (2021), o paradigma fenomenológico ou qualitativo tem as seguintes características: “A investigação tem como objetivo explorar, interpretar, descrever e explicar uma determinada situação, evento ou fenómeno, e criar teorias a partir da validação dos resultados dessa investigação” (p.111).

Neste sentido todo o processo de investigação, de acordo com o mesmo autor, é tratado de forma holística pelo que as variáveis são desconhecidas, sendo que as regras de todo o processo são flexíveis, ajustando-se ou alterando-se ao contexto da investigação. O investigador assume o papel de moderador/facilitador da investigação, pois ele está envolvido no processo de recolha de dados e informação, sendo ele o próprio a realizar as entrevistas e a tratar a informação. Tendo presente os objetivos e a especificidade desta investigação o paradigma conceptual da abordagem qualitativa pareceu-nos ser o método mais adequado a um estudo que procura a globalidade e a compreensão dos fenómenos, estuda a realidade sem a fragmentar e sem a descontextualizar, uma vez que seria impensável abranger todo o universo institucional/empresarial da comunidade em estudo por falta de tempo e de recursos financeiros. A investigação qualitativa, segundo Sparks e Smith (2014), citados por Minayo e Costa (2018), dá um relevo acentuado aos dados recolhidos, tratados com base na análise de conteúdo. Podemos dizer que este método qualitativo realça o interpretativismo, a importância de estudar o todo, focando-se na experiência subjetiva dos indivíduos, analisando globalmente o modo como as pessoas percebem, criam e interpretam o seu mundo, nos diversos contextos, ao longo da sua vida.

Nesta metodologia utiliza-se a entrevista semiestruturada, individual ou em grupos focados para a recolha de dados e estas são aplicadas em amostras pequenas, pois a análise dos mesmos assenta numa reflexão lógica indutiva, partindo do particular para o geral. Ramos e Naranjo (2014), citados por Ruas (2021), dizem-nos que “a indução é um método de raciocínio que permite, a partir de factos singulares, passar a generalizações concretas, onde se discutem hipóteses de grande importância cognoscitiva que, depois de verificadas, podem conduzir a teorias científicas fiéis” (p.130).

Ruas (2021), refere ainda Gil (2010) que sustenta o método indutivo por oposição inversa ao dedutivo porque parte do particular para o geral e coloca a generalização como produto posterior do trabalho inicial da coleta de dados particulares. Há ainda a referir que a

fiabilidade dos dados nesta metodologia é baixa, pois os entrevistados podem mudar a sua opinião oferecendo informações diferentes consoante o contexto da investigação. Não obstante, a mesma permite uma alta perceção de como acontecem os fenómenos porque a informação recebida dos entrevistados é bastante detalhada e fundamentada nas crenças e vivências de cada um.

Consideramos que esta investigação é do tipo indutivo, assente na metodologia fenomenológica e assume-se descritiva na caracterização do contexto onde a população alvo (participantes) está inserida, bem como na descrição/caraterização das instituições/serviços, entidades desta comunidade e na apresentação dos resultados.

É conduzida fundamentalmente por dois métodos de recolha de dados e informação. Em primeiro lugar pela recolha da informação que se obtém através dos dados de relatórios publicados de caracterização da comunidade, das instituições, organizações/entidades estudadas para contextualização das mesmas. Em segundo pela aplicação das entrevistas semiestruturadas aos participantes, descrevendo não só o contexto onde esse grupo está inserido, mas também os conceitos, valores, as suas necessidades, atitudes e aspirações, nesta fase da sua vida. De acordo com Ruas (2021), citando Yin (2003) e Watkins (2004),

um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenómeno contemporâneo dentro do seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenómeno e o contexto não estão claramente definidos. Tem como objetivo não só a exploração como a compreensão de um fenómeno, num determinado contexto particular. O estudo de caso é “um modelo de análise intensiva de uma situação particular” (pp.136 e 137).

Consideramos ainda que este estudo se pode caraterizar explanatório pois visa compreender o conceito de inclusão nas respostas inclusivas socialmente organizadas, existentes na comunidade em estudo para responder aos jovens com necessidades específicas e suas famílias à saída da escolaridade obrigatória.

Ainda de acordo com os mesmos autores supracitados por Ruas (2021), o “estudo de caso visa compreender em profundidade o “como” e os “porquês” de uma unidade social, nomeadamente nos aspetos que interessam para o investigador” (p. 135). Assim, assumindo o seu carater particularista, procuramos compreender o que mais essencial e característico há no caso em estudo, contribuindo para a compreensão global de um certo fenómeno de

interesse, numa comunidade específica. Existem três tipos de estudo de caso: i) de exploração, quando o investigador procura descobrir novas problemáticas; ii) descritivo, quando o cerne da investigação é o caso e o objetivo é a sua análise detalhada sem pretensões de generalizações e iii) práticos, quando o objetivo é essencialmente utilitário, como por exemplo o diagnóstico e avaliação de uma determinada realidade. Nesta perspetiva enquadrámos o nosso estudo num caráter prático, como contributo útil para a comunidade.

A elaboração de um plano/desenho é fundamental em qualquer investigação. Esta consiste na organização e num esquema de orientação dos trabalhos, deve aparecer descrita no projeto de investigação e deve ter em conta os objetivos propostos e uma fundamentação teórica, de forma a construir as referências necessárias ao seu desenvolvimento metodológico.

2.2. Problemática

Além das pressões internas com as quais a família luta desde o nascimento de uma criança com deficiência, também terá de enfrentar as pressões exercidas pelas forças sociais externas, uma vez que a sociedade tem dificuldade em conviver com as diferenças, sendo este um dos principais conflitos sentidos pelas famílias e pelos jovens, principalmente à saída da escolaridade obrigatória pois, a partir desse momento e em muitas situações, o jovem fica apenas afeto à instituição família enquanto unidade orgânica social.

A cidade/comunidade aqui em análise tem naturalmente evoluído nas diferentes vertentes sociais (a nível de criação/fixação de empresas, serviços, cultura e lazer), bem como na alteração da sua demografia. No entanto, tais evoluções, no que respeita à inclusão de jovens adultos com necessidades específicas, merece uma atenção (estudo) cuidada no sentido de melhor se encontrarem respostas sociais abrangentes a nível das diferentes instituições, serviços e empresas.

Já em 2006, conforme nos diz Rodrigues, para que a inclusão aconteça é necessário a criação de serviços de qualidade e também a mudança de atitude dos docentes, não centrando a atenção apenas nas carências. Se a escola caminha neste sentido importa saber em que direção ruma a comunidade local em que está inserida, pois ambas se complementam e se espelham.

Será que, na comunidade em análise, existe disparidade entre as orientações e normas consagradas e as respostas sociais existentes para os jovens com necessidades específicas?

As autarquias, através dos seus serviços, as comunidades intermunicipais e as diversas instituições que promovem e apoiam algumas respostas já existentes na comunidade, quer sejam públicas ou privadas, podem ser facilitadoras na etapa pós escolaridade obrigatória como estruturas de suporte e apoio social à inclusão destes jovens e suas famílias. Não obstante, é de realçar, ainda com base na consciencialização coletiva, que as necessidades de todos e de cada um têm igual importância, sejam essas necessidades de qualquer natureza e que todos os recursos devem ser utilizados de forma a garantir a cada pessoa uma igual oportunidade de participação. Importa também refletir sobre as expectativas que os jovens e suas famílias têm para si mesmos.

É, pois, refletindo sobre esta problemática que levantámos as seguintes questões:

Que respostas sociais existem na comunidade para os jovens adultos com Necessidades Específicas quando terminam a escolaridade obrigatória?

As respostas (apoios) existentes respondem às necessidades específicas destes jovens e suas famílias?

Como poderão as diversas instituições e serviços da comunidade contribuir para a inclusão social destes jovens?

Pensamos que este estudo poderá contribuir, ainda que de uma forma indireta, para a sensibilização da comunidade local no alicerçar de uma forma de estar e ser social, na construção de uma consciência coletiva a nível dos cargos de chefia dos diferentes setores, na abertura à disponibilidade para a existência de uma comunidade que promove a inserção/inclusão social dos seus membros, independentemente das suas condições biopsicossociais e habilidades.

2.3. Objetivos

Tendo em conta as questões anteriormente levantadas pretende-se elaborar um estudo de caso, de natureza social, uma vez que se restringe a uma comunidade específica

não comparada com outra, sobre que respostas existem e como estas promovem a inclusão de jovens adultos com deficiência.

De um modo geral pretende-se dar uma contribuição para a tomada de uma consciência coletiva para a inclusão social pós-escolar ao nível da participação/realização pessoal dos jovens adultos com necessidades específicas.

Sabemos que existem respostas locais das diferentes instituições e organismos. Estas respostas vão ao encontro efetivo das necessidades/potencialidades dos jovens e suas famílias, são satisfatórias? De que forma? Como se poderão melhorar? Na tentativa de dar resposta a estas questões iremos ao encontro dos diferentes serviços, instituições e organismos com responsabilidades civis na área social.

Pretende-se inventariar as redes de suporte social e perceber como promovem a inclusão de jovens com deficiência na comunidade em estudo.

Tendo em conta as questões de partida os objetivos deste trabalho são:

Objetivos gerais:

1. Analisar o marco teórico, a evolução da legislação e normativos legais no que diz respeito à:
 - Educação inclusiva.
 - Inclusão social de jovens com necessidades específicas
 - Suporte social e qualidade de vida das famílias
2. Identificar as necessidades das famílias no que diz respeito aos apoios que lhes são prestados.
3. Inventariar recursos físicos, humanos e institucionais que promovem a inclusão social dos jovens com necessidades específicas e suas famílias, na comunidade local.

Objetivos específicos:

1. Fazer o levantamento das respostas locais que promovem a inclusão social.
2. Identificar as conceções dos participantes sobre a inclusão social dos jovens com necessidades específicas à saída da escolaridade.
3. Conhecer as necessidades das famílias.
4. Dar a conhecer os resultados ao poder local, seus parceiros e comunidade local de forma a contribuir para a consciencialização dos decisores políticos e gestores sobre políticas de inclusão e sua necessidade.

5. Sensibilizar/informar a comunidade através da elaboração de um documento orientador (tipo folheto), com informação útil aos jovens com necessidades específicas e suas famílias. Contribuir para a construção de uma comunidade local inclusiva.

2.4. Contextualização do estudo

A comunidade em estudo é uma cidade portuguesa, na região do Alentejo e na sub-região do Alto Alentejo, com cerca de 7000 habitantes. É a terceira maior cidade do distrito.

É sede de um município com 839,71 km² de área e 16 722 habitantes no total. A análise demográfica tem como objetivo caracterizar e prospetar o ordenamento espacial da população. Assim, com esta breve análise, pretendemos dar a conhecer a evolução da população residente no Concelho, com ênfase na estrutura etária e distribuição espacial. Em 2013 e devido à reorganização territorial, as freguesias do concelho passaram de 7 para 5, mantendo-se o limite geográfico de 4 freguesias tendo-se verificado a agregação da sede de concelho com duas freguesias mais próximas geograficamente. Esta agregação foi posterior aos Censos de 2011 pelo que não se encontra retratada em todas as tabelas por inexistência de dados.

O concelho registava em 2011, um total de população residente de 16 722 indivíduos. Segundo dados da Pordata tem perdido cerca de 200 habitantes anualmente, situando-se em 2015 em 15 818 habitantes. Esta diminuição influenciou outro dado de caracterização demográfica do concelho, a densidade populacional do território: de 21,6 hab/Km², em 2001, passou para 19,9 hab/Km², em 2011, o que representa um decréscimo na densidade populacional de 1,7% em 10 anos. Apesar do decréscimo registado, a sua densidade populacional é ligeiramente superior à verificada no Alto Alentejo, mas bastante inferior à média nacional. A União de Freguesias da sede de concelho apresenta-se como a Freguesia com mais população, aglutinando cerca de 67% do total da população do concelho.

Ao compararmos os dados dos Censos 2011 relativamente ao total de crianças e jovens entre os 0 e os 14 anos no concelho, com os dados extraídos do Anuário Estatístico do Alto Alentejo 2015 (publicação do INE) verificou-se que, nesta faixa etária, a população diminuiu em cerca de 256 crianças/ jovens sendo que na faixa etária seguinte disponibilizada pelo INE (15-24 anos) a população também diminuiu em 131 jovens. Quando analisadas as taxas brutas de natalidade verificamos que, entre 2011 e 2015, se tem registado uma

estabilização neste indicador demográfico, contrariando a tendência de diminuição ocorrida na década anterior.

O concelho situa-se numa área com grande vocação agrícola e florestal, mas, à semelhança do país, estas atividades têm sido progressivamente abandonadas ao longo dos anos, representando atualmente uma baixa fatia no total dos postos de trabalho do concelho. Em relação à População Ativa por Setor de Atividade, o setor primário detém 13,19% da população ativa.

O setor secundário abarca 20,84% da população ativa do concelho.

Ao nível da indústria é um dos concelhos do Alentejo com maiores tradições, o que se reflete nos índices de população ativa dedicada à indústria, sendo que os setores industriais que mais empregam no concelho são os setores agroflorestal (cortiça), agroalimentar e aeronáutica.

Por último, é o terceiro setor aquele que detém maior número de trabalhadores e trabalhadoras. Mais de metade da população ativa do concelho (65,97%) desenvolve atividade em empresas/instituições locais destinadas aos serviços e prestações de cuidados à comunidade.

Cerca de 53,70% da população residente detém um nível de instrução muito baixo, cujos impactos ao nível do desenvolvimento económico e social são bastante penalizadores, constituindo um dos grandes desafios ao nível do Plano Estratégico de Ação Social no concelho. Contudo, a comunidade reúne um conjunto de potencialidades ao nível das estruturas educativas locais que poderão a médio prazo reverter esta situação.

Ao nível da Rede Educativa o concelho possui uma diversidade de oferta educativa desde a primeira infância, creches, educação pré-escolar ao ensino secundário, com ofertas formativas diversificadas, passando pelo ensino artístico, vocacional, profissional e tecnológico especializado.

Ao nível de espaços culturais possui um Centro de Artes e Cultura e Centro de Formação e Cultura Contemporânea – CAC, local onde decorre grande parte das atividades culturais. A infraestrutura abrange diversos serviços dedicados à cultura, arte contemporânea, passando por áreas como o teatro, a dança, a pintura, a escultura ou a fotografia e biblioteca municipal. Nestes espaços decorrem atividades variadas das quais salientamos os laboratórios de criatividade dinamizados por artistas plásticos que expõem as

suas obras no CAC tendo como público-alvo os alunos do Agrupamento de Escolas e workshops de gastronomia internacional.

Em termos de equipamentos desportivos a comunidade possui uma rede de infraestruturas desportivas que potenciam a elevada dinâmica desportiva que o concelho detém tais como: Estádio Municipal, Campo Sintético, Pavilhão Municipal, Pavilhão Gimnodesportivo, 3 Polidesportivos, Piscinas Municipais Descobertas, Piscinas Municipais Cobertas, Parque Radical e Espaços de Desporto e Lazer.

2.5. Participantes

Neste ponto apresentamos os participantes neste estudo: 5 famílias de pessoas com perturbações do desenvolvimento e 7 responsáveis de entidades da comunidade. A informação foi recolhida a partir da entrevista (Anexo A).

2.5.1. Famílias

Passamos a caracterizar as 5 famílias participantes que designaremos por A, B, C, D e E.

Família A – É uma família constituída por 3 membros, pai, mãe e filha com 32 anos. A participante é a mãe, com 64 anos, Licenciada em Educação Básica, professora aposentada. A problemática da filha é Deficiência Mental Ligeira, tem 32 anos, com o 9.º ano de escolaridade, que à data da entrevista se encontra a frequentar um curso de formação profissional no centro de formação do Centro de Recursos para a Inclusão de uma instituição da comunidade local com equivalência ao 12.º ano de escolaridade. Parece-nos interessante a colaboração desta família, na perspetiva de formação continua ao longo da vida com o objetivo de maior capacitação pessoal e profissional.

Família B – É uma família constituída por 3 membros, avó materna, mãe e filho único, com 17 anos. A participante é a mãe (solteira), com 48 anos, licenciada em Matemática Aplicada e formadora credenciada. A problemática do filho é Problemas no Desenvolvimento Neurológico e Visual, Défice Cognitivo, tem 17 anos e, à data da entrevista, encontra-se a frequentar o 12.º ano de escolaridade, Curso profissional de Fotografia, no Agrupamento de escolas de referência, da comunidade local.

Família C – É uma família constituída por 4 membros, pai, mãe, filha mais nova com 6 anos e filho mais velho com 17 anos. A participante é a mãe, com 40 anos, tem o 12.º ano de escolaridade e o curso profissional de cabeleireira que atualmente não exerce, sendo mãe a tempo inteiro. A problemática do seu filho é Perturbação do Espectro do Autismo e à data da entrevista encontra-se a frequentar o 11.º ano de escolaridade, Curso profissional de Fotografia, no Agrupamento de escolas de referência da comunidade local.

Família D – É uma família constituída por 3 membros, pai (está aposentado), mãe e filha com 16 anos. A participante é a mãe, com 51 anos, tem o 9.º ano de escolaridade e é Assistente Operacional do Município da Comunidade local. A problemática da sua filha é Trissomia XXI, à data da entrevista encontra-se a frequentar o 10.º ano de escolaridade, Curso profissional de Ação Social no Agrupamento de escolas de referência, na comunidade local.

Família E – É uma família constituída por 4 membros pai, mãe, filho (estudante universitário) e filha com 16 anos. A participante é a mãe, com 39 anos, tem o 12.º ano de escolaridade, é Assistente Operacional no Centro de Saúde da Comunidade Local. A problemática da sua filha é Perturbação Cognitiva Motora/Espinha Bífida e à data da entrevista encontra-se a frequentar o 8.º ano de escolaridade no Agrupamento de escolas de referência, na comunidade local.

2.5.2. Representantes de entidades locais

Procurámos auscultar a opinião de representantes das diferentes entidades, instituições e estruturas sociais existentes na comunidade que, depois de selecionadas e aqui apresentadas, passamos a descrever, resumidamente, no que diz respeito à sua identidade e função. (Anexo B)

E1 - Presidente Associação Comercial e Industrial - Sexo feminino, tem 36 de idade, é Secretária de Administração há 10 anos, tem uma licenciatura em Direito, exerce as funções de Gestão e Administração da associação.

E2 - Presidente do Clube Desportivo Local - Sexo masculino, tem 57 anos de idade, tem uma licenciatura em Gestão Comercial e Marketing, é Presidente da Direção do Futebol Clube.

E3 - Presidente da Direção do Centro de Recuperação Infantil/Juvenil, (CRIPS) - Sexo feminino, tem 42 anos de idade, é licenciada em Psicomotricidade. Exerce o cargo de presidente da Direção desta instituição há três anos

E4 - Responsável do Instituto de Emprego e Formação Profissional/ Centro de Emprego - Sexo feminino, tem 43 anos de idade, é licenciada em Psicologia Clínica e exerce o cargo de Coordenadora e Psicóloga Clínica da resposta de Formação e Emprego, é coordenadora há 15 anos e é psicóloga Clínica há 19 anos.

E5 - Presidente da Câmara Municipal - Sexo masculino, tem 45 anos, é licenciado em Engenharia Química pela Universidade de Coimbra, encontra-se no exercício de funções num terceiro mandato, pelo que tem experiência no cargo.

E6 - Coordenador/Diretor do Centro de Saúde – Sexo feminino, tem 67 anos, é licenciada em Medicina e Cirurgia pela Faculdade de Medicina de Lisboa. Exerce o cargo de Diretora/coordenadora do Centro de Saúde há oito anos consecutivos, coordenando todos os serviços nele existentes.

E7 - Presidente da Associação de Pais do Agrupamento de Escolas da Comunidade – Sexo feminino, tem 48 anos de idade, licenciada em Direito, representa a associação em todas as atividades que lhe estão inerentes nos diferentes órgãos de gestão e administração do agrupamento de escolas.

2.6. Instrumentos

Neste estudo optámos por utilizar a entrevista individual semiestruturada quer às famílias, quer às entidades selecionadas para a recolha de informação.

Foram desenvolvidas duas entrevistas semiestruturadas, uma vez que este tipo de entrevistas permitem o foco no modo de entender diversos conceitos do mundo, num determinado contexto específico e as experiências vividas na comunidade em análise, bem como os significados que os indivíduos lhes atribuem.

De acordo com Hastie e Hay, (2012), citados por Minayo e Costa (2018), na investigação qualitativa,

as entrevistas são extremamente úteis pois permitem, através de uma conversação sobre um tema de interesse comum, entre o entrevistado e entrevistador, num

ambiente natural, a observação/reflexão sobre um determinado fenómeno ou conceito, o que sentem ou o que pensam sobre ele (p.19).

Na investigação qualitativa não é só a experiência subjetiva dos participantes que é importante, mas a própria subjetividade do investigador deve ser tida em conta, o que lhe exige uma pré-preparação da temática a abordar a nível dos conhecimentos específicos, permitindo maior profundidade analítica.

Foi desenvolvida uma entrevista dirigida a encarregados de educação e uma outra entrevista dirigida a representantes de serviços da comunidade local.

Esta técnica de recolha de dados permite recolher opiniões divergentes sobre temas ou domínios de questões complexas, analisando-as com maior detalhe. Por outro lado, esta técnica permitirá recolher as diferentes perspetivas dos participantes sobre a temática abordada, contribuindo para a recolha dos diferentes pontos de vista, revelando as conceções dos participantes sobre os tópicos e questões relevantes para o estudo.

Para realizar as entrevistas semiestruturadas foram elaborados guiões (anexos, A e B). Recorremos a consulta de escalas existentes que abordam questões semelhantes, com indicadores devidamente selecionados e aferidos por autores e investigadores da área. Pensamos possibilitar, assim, um aprofundamento dos temas/questões mais pertinentes, para atender aos objetivos propostos da questão de partida, a apreender alguns facilitadores/barreiras existentes no momento específico da vida das famílias dos jovens com necessidades específicas.

Desta forma julgamos contribuir para a construção de uma consciência de grupo sobre sociedade inclusiva, redes sociais, suporte social e sua função.

A análise de conteúdo, parece-nos ser a mais adequada ao estudo, obrigando a manter uma grande distância em relação a interpretações espontâneas e às nossas próprias interpretações, possibilitando um controle posterior do trabalho de investigação.

As entrevistas semiestruturadas foram conduzidas de acordo com um guião com questões de resposta aberta, colocadas de forma flexível.

Foram constituídas categorias temáticas prévias, de acordo com a temática em estudo.

Guião das entrevistas aos encarregados de Educação

Para a entrevista aos Pais/encarregados de educação constituímos as seguintes categorias prévias:

Categoria A - Dados Demográficos da Família. Objetivo: Caraterização social familiar.

Categoria B - Inventariar as necessidades das famílias. Objetivo: Compreender as necessidades das famílias dos jovens com necessidades específicas à saída da escolaridade obrigatória.

Categoria C - Conceção de Comunidade inclusiva. Objetivo: Perceção geral do grupo relativamente a resposta comunitária à problemática da deficiência.

Categoria D - Qualidade de Vida. Objetivo: Perceber as perspetivas das famílias no que diz respeito à sua qualidade de vida.

Guião das entrevistas aos representantes das instituições locais

Foram definidas as seguintes categorias prévias:

Categoria A - Dados Demográficos do Participante Objetivo: Caraterização social;

Categoria B - Inventariar as respostas dadas na comunidade. Objetivo: Compreender os apoios prestados aos jovens com necessidades específicas à saída da escolaridade obrigatória e suas famílias.

Categoria C - Conceção de Comunidade inclusiva. Objetivo: Perceção geral do participante relativamente à problemática da deficiência dos jovens à saída da escolaridade obrigatória, e a resposta comunitária existente.

Categoria D - Qualidade de Vida. Objetivo: Contribuir para a qualidade de vida dos jovens com necessidades específicas, à saída da escolaridade obrigatória e suas famílias.

2.7. Procedimentos

Tendo em atenção o problema de investigação, a recolha de dados foi feita através do uso da entrevista semiestruturada individual às entidades e também com entrevista semiestruturada aos pais/ encarregados de educação.

As entrevistas são do tipo semiestruturadas ou semidiretivas no sentido em que não são totalmente abertas nem encaminhadas por um grande número de questões precisas. De acordo com Ruas (2021), o investigador apresenta uma série não muito longa de perguntas guias, sobre as quais o entrevistado dará informação, podendo alterar a sua ordem no sentido de chamar o entrevistado ao assunto/tema em questão. Tanto quanto possível o entrevistador/investigador deixará andar livremente o entrevistado para que este possa falar abertamente, expondo os seus conceitos e pensamentos, utilizando as palavras ou expressões que desejar.

A entrevista aos pais/encarregados de educação foi realizada online, via Zoom, envolvendo sessões síncronas, num período entre abril e maio do ano 2022, acordado entre os participantes. Recorreu-se à gravação das mesmas, após a obtenção das respetivas autorizações dos participantes através da Declaração de Consentimento Informado (Anexo C), recolhendo uma maior quantidade de informação num espaço de tempo curto.

Numa primeira parte (Parte I) desta entrevista entregámos previamente um breve questionário individual aos participantes para recolhermos informação sobre os dados demográficos das famílias que recolhemos sem partilhar os dados com os restantes participantes, assegurando o seu anonimato e a sua confidencialidade. (Anexo A, quadros A.1; A.2 e A.3).

Em relação às entrevistas aos representantes das entidades, estas decorreram presencialmente, no ambiente natural dos entrevistados, local de trabalho, durante os meses de junho, julho e agosto do ano 2022.

Após a realização das entrevistas foi feita a sua transcrição textual seguindo-se a análise de conteúdo. A análise das mesmas divide-se em dois momentos: a transcrição textual das mesmas onde se faz a análise de cada uma individualmente, recolhendo o maior número de informação possível. Posteriormente seguiu-se uma análise transversal e comparativa das mesmas incidindo, por exemplo, em saber se uma opinião é partilhada por vários participantes e os seus cambiantes. Após os dados recolhidos e transcritos foram interpretados e discutidos, conferindo-lhes uma dimensão descritiva.

A interpretação e tratamento dos resultados obtidos foram realizados à luz do modelo de análise de conteúdo, exigindo uma categorização e codificação das questões e suas respostas, no sentido de se obter uma interpretação e compreensão do discurso dos entrevistados tendo por base os autores supracitados do campo das Ciências Sociais.

A análise e interpretação da informação obtida no decorrer da investigação seguiram o seguinte processo, segundo o modelo de Miles e Hubermann (1984):

Elaboração de categorias temáticas prévias, segundo os fundamentos teóricos

Elaboração do guião da entrevista

Realização das entrevistas

Transcrição textual das entrevistas

Análise de conteúdo

Elaboração de categorias definitivas

Elaboração de matrizes

Tanto na análise interna de cada entrevista como na análise transversal comparativa tentámos comparar os dados, visto que estes surgem de diferentes fontes no estudo da mesma comunidade. Tentámos verificar nas conclusões se, apesar dos vários pontos de vista dos participantes, as mesmas opiniões e os mesmos conceitos são confirmados entre si e de que forma estas se relacionam com os pressupostos teóricos.

Construímos em seguida matrizes de acordo com Miles e Hubermann (1984) onde inserimos e organizámos o discurso dos entrevistados relativos a uma determinada questão, sem inferências e limitando-nos a reproduzir fielmente as suas palavras.

Este processo permitiu assim estabelecer as categorias definitivas que, no que diz respeito às Famílias, ficaram finalmente configuradas da seguinte forma:

Categoria A: Dados Demográficos da Família

Subcategoria A.1: Informação sobre os participantes.

1. Grau de parentesco que tem com a pessoa com necessidades específicas.
2. Agregado familiar.
3. Idade.
4. Habilitação académica.
5. Profissão.
6. Cuidador principal da pessoa com necessidades específicas.

Subcategoria A.2: Informação sobre a pessoa (Jovem) com necessidades específicas.

1. Problemática do familiar com necessidades específicas.
2. Idade do familiar.
3. Sexo do familiar.
4. Percentagem de incapacidade do familiar.
5. Nível de autonomia do seu familiar
6. Serviços que prestados ao seu familiar

Subcategoria A.3. Informação da situação familiar atual no que diz respeito aos recursos físicos e materiais.

1. Habitação própria e adaptação da mesma às necessidades da família.
2. Suficiência dos rendimentos económicos.
3. Os rendimentos permitem que o familiar com necessidades específicas usufrua de atividades sociais, extrafamiliares.
4. Os recursos disponíveis permitem usufruir de momentos de lazer, férias ou eventos culturais/divertimentos em família.
5. Em situação de ausência de saúde do cuidador principal quem assegura as necessidades básicas das famílias.
6. Os horários de trabalho estão ajustados às necessidades das famílias.

Categoria B - Inventariar as necessidades das famílias.

Subcategoria 1. As famílias encontram respostas adequadas às suas necessidades.

Subcategoria 2. Para recolha de informação, onde se dirigem as famílias.

Subcategoria 3. Que apoio ou ajuda gostariam de ter.

Subcategoria 4. Perante a necessidade de ajuda a quem recorrem ou onde se dirigem.

Subcategoria 5. Na comunidade os jovens com N.E. são bem-sucedidos ou acolhidos.

Subcategoria 6. Ambições das famílias.

Categoria C - Conceção de Comunidade inclusiva

Subcategoria 1. O que é “ser diferente”.

Subcategoria 2. O que é a inclusão.

Subcategoria 3. O que é comunidade inclusiva.

Subcategoria 4. A comunidade é considerada inclusiva.

Subcategoria 5. As respostas existentes na comunidade local estão adequadas aos jovens com necessidades específicas.

Subcategoria 6. Expetativas futuras na comunidade local.

Categoria D - Qualidade de Vida.

Subcategoria 1. As famílias podem fazer tudo o que as demais famílias fazem na comunidade.

Subcategoria 2. As famílias sentem-se seguras e cómodas na comunidade.

Subcategoria 3. As famílias são bem tratadas pelos profissionais das diferentes instituições, serviços públicos ou particulares.

Subcategoria 4. Os jovens com necessidades específicas, respeitam os outros.

Subcategoria 5. Valorização das mudanças necessárias dos e para os jovens com necessidades específicas, ao longo do tempo.

Subcategoria 6. Perspetivas para os jovens com necessidades específicas, num futuro próximo (10 anos).

As categorias no que diz respeito **aos representantes das Entidades** ficaram finalmente configuradas da seguinte forma

Categoria A: Dados Demográficos do Participante

1. O cargo.
2. Tempo de permanência no cargo.
3. As funções.
4. Habilitação académica.
5. A idade.
6. Sexo.

Categoria B - Inventariar as respostas dadas na comunidade.

Subcategoria 1. Tipo de apoio ou ajuda que presta aos jovens com N.E. e suas famílias.

Subcategoria 2. Tipo de apoio ou ajuda que pedem os jovens com N.E. ou as suas famílias.

Subcategoria 3. Colaboração a nível de informação ou de alguma ação prática.

Subcategoria 4. Conhecimento da Estratégia Nacional para a Inclusão da pessoa com Deficiência.

Subcategoria 5. Suficiência dos apoios disponíveis na comunidade.

Subcategoria 6. Num futuro próximo, (daqui a 10 anos) com base nos apoios/respostas prestados, o que perspectiva para os jovens com N.E. a nível local.

Categoria C - Conceção de Comunidade inclusiva

Subcategoria 1. O que é “ser diferente”.

Subcategoria 2. O que é a inclusão.

Subcategoria 3. O que é uma comunidade inclusiva.

Subcategoria 4. A nível local a comunidade é em geral inclusiva.

Subcategoria 5. O que é necessário fazer/ acontecer nesta comunidade, para se tornar inclusiva.

Subcategoria 6. Recetividade da comunidade para a inclusão dos jovens com N.E., nas diversas áreas.

Categoria D - Qualidade de Vida.

Subcategoria 1. Qualidade de vida dos jovens com N.E. e suas famílias, desta comunidade.

Subcategoria 2. Considera que os jovens com N.E. e suas famílias têm recursos económicos, para participarem em atividades e eventos sociais na comunidade.

Subcategoria 3. Os espaços públicos e privados, as empresas, permitem aos jovens com N.E. e suas famílias fazer tudo o que os demais fazem.

Subcategoria 4. Segurança e bem-estar na comunidade para esta população alvo.

Subcategoria 5. Os jovens com N.E. e suas famílias são respeitados e bem tratados, pelos profissionais dos diversos setores da comunidade.

Subcategoria 6. Realização dos projetos de vida pessoais e profissionais destes jovens e suas famílias.

Capítulo III – Resultados

Neste capítulo apresentamos os resultados, primeiramente os resultados das entrevistas às famílias, seguindo-se os resultados das entrevistas aos representantes das entidades.

3.1 Resultados das entrevistas às famílias

Passamos a apresentar os resultados das entrevistas aplicadas às famílias no total de cinco participantes.

Para cada categoria foi efetuada uma descrição global, organizada em forma de quadro (Ver Anexo D), onde se apresentam primeiramente os dados demográficos das famílias, recolhidos anteriormente às entrevistas, assegurando-se o anonimato e a confidencialidade aos cinco participantes que aqui denominamos por A; B; C; D; E.

Categoria A: Dados Demográficos da Família

Nesta categoria tivemos como objetivo fazer uma breve caracterização social familiar quanto à estrutura, constituição do agregado familiar, grau de parentesco dos participantes com os respetivos jovens com necessidades específicas, as idades dos participantes e respetivas habilitações académicas, as profissões e identificação do cuidador principal.

Subcategoria A1 - Caracterização social das famílias

O número de pessoas destes agregados familiares varia entre os três e os quatro elementos. São famílias constituídas por pai, mãe e filhos (variando entre 1 e 2), sendo que uma é constituída por mãe, filho e avó materna. São famílias nucleares, nas quais a relação de parentesco dos participantes com o jovem com necessidades específicas é a de maternidade (mãe) assumindo-se estas como os cuidadores principais dos seus filhos. As suas idades variam entre os 39 e os 64 anos.

Quanto às profissões temos: duas assistentes operacionais (uma no setor de saúde e outra, no setor da educação) uma professora aposentada, uma formadora e uma cabeleireira profissional, sem exercer a atividade.

No que diz respeito às habilitações académicas das participantes podemos observar que uma tem o 9.º ano de escolaridade, duas têm o 12.º ano de escolaridade e duas têm Licenciatura.

No que diz respeito à caracterização social das famílias da informação recolhida às 5 participantes podemos dizer que:

A média de idade das participantes é 48 anos.

Três participantes (B, D e E) têm uma atividade profissional, e encontram-se em pleno exercício das suas funções.

As restantes (A e C), não exercem a sua atividade profissional, (A) por estar aposentada e (C), por incompatibilidade de horários escolares dos filhos, sendo neste momento das suas vidas, mães a tempo inteiro.

A relação de parentesco com os jovens com necessidades especiais, é de mãe e são estas que, assumem o papel de cuidador principal.

Apenas duas têm habilitação académica superior (A, D), uma tem formação profissional(C), as restantes terminaram os seus estudos anos níveis de ensino básico e secundário (B e E), respetivamente.

Subcategoria A.2 - Informação sobre a pessoa com necessidades específicas.

Na segunda subcategoria A.2 recolhemos Informação sobre a pessoa (Jovem) com necessidades específicas, sobre a problemática as respetivas idades, o sexo, o nível de autonomia, a percentagem de incapacidade e os apoios sociais que recebem. Assim:

Espinha Bífida - jovem do sexo feminino, com 15 anos, nível de autonomia baixo; com percentagem de incapacidade entre 70% a 85%.

Perturbação do Espectro do Autismo - jovem do sexo masculino com 17 anos, nível de autonomia baixo, com percentagem de incapacidade entre 70% a 85%.

Síndrome de Dawn - jovem do sexo feminino, com 16 anos, nível de autonomia médio-baixo.

Perturbação do Desenvolvimento Intelectual - jovem do sexo feminino com 32 anos, nível de autonomia médio-baixo, com uma percentagem entre os 70% e os 85% e

Síndrome de William - jovem do sexo masculino, com 18 anos, nível de autonomia baixo e um nível de incapacidade desconhecido por não ter ainda atestado multiusos.

À data da entrevista todos os jovens, recebiam apoios sociais a nível das consultas médicas de especialidade, nos diversos serviços de saúde, terapia da fala particular, (apenas

a jovem com síndrome Dawn), apoio do Centro de Recursos para a Inclusão, apoio de um docente de educação especial no Agrupamento de escolas de referência, sendo que três deles já tinham iniciado o seu Programa de Transição individual (PIT) na instituição CRIPS. A jovem com 32 anos recebe apoio pessoal, social e pedagógico, enquanto formanda no Centro de Formação do CRIPS, através do Programa de Emprego e Qualificação das Pessoas com Deficiência. Todos, à exceção do jovem com 18 anos, recebem apoio da Segurança Social, auxílio económico, subsídio por deficiência, por não ter ainda atestado multiusos.

Podemos observar que os jovens das famílias em estudo têm idades compreendidas entre os 15 e os 32 anos, têm problemáticas diferentes com um médio e baixo nível de autonomia. De acordo com o seu atestado multiusos, as percentagens de incapacidade variam entre os 70% a 85%. Este facto influencia todas as questões seguintes, pois como se pode constatar, são jovens com deficiência grave a nível cognitivo e motor, o que condiciona toda a sua atividade e participação. No entanto, constatamos que as participantes/mães não se mostraram resistentes à revelação destas informações, pelo contrário, revelaram-se bastante conscientes em relação à deficiência/problemática dos seus filhos jovens, pela atitude natural que mantiveram durante toda a entrevista.

Subcategoria A.3 – Situação familiar atual no que diz respeito aos recursos físicos e materiais o objetivo foi obter Informação da situação familiar atual, no que diz respeito aos recursos físicos e materiais, pelo que apurámos o seguinte em função das questões colocadas:

A.3.1 - “Habita em casa própria e esta está adaptada às necessidades da sua família?”

Todos os participantes responderam “sim” sendo que dois deles referiram que

” a têm vindo a adaptar às necessidades da família em função da idade dos filhos.” C e E.

A.3.2 - Os horários de trabalho dos membros familiares estão ajustados às necessidades das vossas famílias?

Três entrevistadas responderam afirmativamente sendo que as restantes responderam não.

“(...) Não, eu fui forçada a desistir do meu emprego, pela incompatibilidade dos horários escolares...” C

“(...) Como o cuidador principal está aposentado, sim...” A

“(...) O meu horário está, mas o do meu marido não, pois ele trabalha noutra localidade e chega tarde a casa...” E

“(...) Sim, provisoriamente...” B

“(...) Sim...” D

Observamos que três mães estão satisfeitas e conseguem conciliar os seus empregos/atividades, com as atividades dos seus filhos (escola). Uma mãe não está satisfeita, pois o seu filho tem tardes livres e regressa a casa, ficando impedida de trabalhar nessas tardes, pelo que se torna difícil arranjar trabalho com esta cláusula. Há ainda a registar a situação de uma mãe que tem horários rotativos semanalmente e nessas circunstâncias, recorre aos avós paternos que asseguram a guarda da sua neta, à saída da escola.

A.3.3. Os Rendimentos económicos satisfazem as necessidades familiares.

Obtivemos as seguintes respostas:

“(...) às vezes...” E

“(...) Sim, ...por vezes...” D

“(...) Não.” C

“(...) Pontualmente...” B

“(...) Sim.” A

No que diz respeito aos rendimentos económicos, pudemos perceber que apenas duas participantes estão satisfeitas, referindo que o seu orçamento consegue satisfazer as necessidades familiares. As restantes não estão satisfeitas pois não têm outros rendimentos

para além dos auferidos dos seus empregos e uma mãe (C), não exerce a sua atividade profissional, estando esta família a usufruir apenas do salário do cônjuge.

A.3.4 – Recursos disponíveis - foi questionado se são suficientes em relação às suas necessidades, se os rendimentos permitem atividades sociais, recreativas e de lazer a nível local ou em outros contextos.

“(...) Sim, vamos adaptando consoante as necessidades e os recursos... não fazemos férias...” C

“(...) Por vezes... desfrutamos da oferta a nível local...” D

“(...) às vezes... Quando saímos a algum sítio, regressamos sempre a casa no mesmo dia...” E

“(...) com alguma dificuldade...” B

“(...) Sim, a minha filha frequenta a hidroginástica, e terapia da fala particularmente, mas não vivemos com luxos...” D

“(...) Sim... mas apenas temos 5 dias de férias em família, por ano...” A

Observamos que: todas estão insatisfeitas, referindo que não vivem “com luxos”, pois não têm outros rendimentos para além dos auferidos dos seus empregos que asseguram as necessidades básicas das famílias. Uma família apenas usufrui de férias cinco dias por ano, as restantes não têm férias e apenas por vezes frequentam atividades de lazer, se estas acontecerem na comunidade.

A.3.5 - Quando estão em situação de ausência de saúde, a quem recorrem para assegurar as necessidades básicas da sua família?

Podemos registar que estas mães/famílias, recorrem ao marido, aos avós, à filha mais velha, respetivamente (C, E e D); irmã da mãe (madrinha), (A) e ao tio, (D).

No que diz respeito ao assegurar as necessidades básicas observamos que estas famílias não recorrem a apoios humanos externos à família próxima ou alargada.

A.3.6. - Os horários de trabalho dos membros familiares estão ajustados às necessidades das vossas famílias?

Três mães estão satisfeitas e conseguem conciliar os seus empregos com as atividades dos seus filhos(escola) com deficiência, (A, B, D). Uma mãe não está satisfeita pois o seu filho tem tardes livres e regressa a casa, ficando impedida de trabalhar nessas tardes, pelo que se torna difícil arranjar trabalho com esta cláusula (C). Há ainda a registar a situação de uma mãe, que tem horários rotativos semanalmente e nessas circunstâncias recorre aos avós paternos que ainda asseguram a guarda da sua neta, à saída da escola, (E).

Após a apresentação dos resultados referentes à **Categoria A - Dados Demográficos da Família** destacamos:

Pelo que observámos durante as entrevistas, as atitudes das entrevistadas não se focaram na negação, mas sim na atitude de aceitação ao falarem de todos os assuntos com crença no futuro destes jovens e responderam com naturalidade e tranquilidade a todas as questões. O papel de mãe está associado ao de cuidador principal, que acresce de uma atenção constante da mãe com o filho, contribuindo para um desgaste contínuo, embora quatro mães tenham o apoio de retaguarda dos maridos e uma o apoio da avó materna.

No que diz respeito ao assegurar as necessidades básicas observamos que estas famílias não recorrem a apoios externos à própria família.

A nível dos recursos disponíveis serem suficientes em relação às suas necessidades, se os rendimentos permitem atividades sociais, recreativas e de lazer a nível local ou em outros contextos, todas as entrevistadas se mostraram insatisfeitas.

No que diz respeito a assegurar as necessidades básicas observamos que estas famílias apenas recorrem a apoios dentro da família próxima ou alargada.

Categoria B - Necessidades das famílias.

Tivemos como objetivo compreender as necessidades das famílias dos jovens com necessidades específicas à saída da escolaridade obrigatória.

Subcategoria B.1 - A nível local encontram respostas adequadas às necessidades das vossas famílias?

Quase todos os participantes responderam afirmativamente, contudo dois responderam que foi difícil obter informação e conseguir a integração dos filhos na creche e jardim de infância.

“(...) Nos primeiros anos de vida da minha filha, não encontrei resposta para as minhas dúvidas. Os serviços médicos não deram muita informação, para além do seu estado de saúde. Só quando começamos a frequentar o “Centro Diferenças” em Lisboa, é que fomos informados das nossas dúvidas e nos deram apoio e ajudaram a encontrar maneiras de lidar com a minha filha, para ela se desenvolver o mais possível.” D

“(...) Não. No princípio da sua escolaridade, dava a sensação que não queriam dar resposta. O meu filho teve que mudar de escola e de concelho. Veio de uma instituição privada, tipo CERCI, que por lei já não podia frequentar unicamente e por isso, teve que mudar de concelho, onde foi recebido na escola do primeiro ciclo...” C

“(..) Sim, de uma maneira geral. Nota-se um certo interesse das entidades em colaborar com algum apoio, mas no período de férias escolares, não há respostas e estes jovens ficam reduzidos ao convívio com os familiares...” B

“(...) Sim, eu encontrei sempre apoio, tanto familiar, como a nível das estruturas escolares, e agora do CRIPS...” A

“(...) Sim. Mas ainda tenho de me deslocar para fora quando preciso de consultas médicas de especialidade...” E

Três participantes indicaram que encontraram algumas respostas na comunidade na infância dos seus filhos a nível de frequência na creche, apoio da Equipa Local de Intervenção Precoce, apoio no Jardim de Infância e na escola. A, B e E. Duas participantes referiram que nos primeiros anos de vida não encontraram respostas, sendo que uma participante teve dificuldade de aceitação/integração na creche, uma vez que era uma instituição particular. Outra participante teve de mudar de concelho para receber apoio na escola, D e C.

A maioria das participantes considera que, no momento presente da vida dos seus filhos, estão a ter alguns apoios pois estes estão a frequentar os últimos anos da escola e

esse apoio ajuda-os a prepararem-se para a entrada na vida adulta. No entanto, consideram que tais apoios ainda são insuficientes, por não existir uma oferta mais diversificada.

Subcategoria B.2 - Recolha de Informação

Obtivemos respostas muito semelhantes das quais selecionamos estas como as mais esclarecedoras. Podemos compreender que as famílias procuram informar-se junto dos que lhes transmitem alguma credibilidade de conhecimento, sobre a deficiência/problemática dos seus filhos.

“(...) No princípio agarrei-me à associação “Vencer Autismo”, via Internet. Hoje procuro e recolho informação na escola e na médica especialista em Coimbra, que é muito acessível, via telefone...” C

“(...) Peço informação na escola e no “Centro Diferenças” ao médico e psicóloga...” D

“(...) Junto dos médicos, professores, assistente social e médico do centro de saúde, amigos...” E

Perante as respostas que obtivemos podemos dizer que as famílias recorrem aos médicos especialistas fora da comunidade, em Lisboa e Coimbra, à escola, aos professores titulares, diretores de turma e professores de educação especial, aos médicos de família, Centro de Saúde, Segurança Social, colegas de trabalho, amigos e à informação disponível na Internet “Associação Vencer Autismo”.

Subcategoria B.3 - “Atualmente que apoio ou ajuda gostariam de ter” apurámos o seguinte:

“(...) Gostaria de voltar a trabalhar, que o meu filho tivesse mais atividades fora de casa, natação, culinária, que o seu horário fosse mais alargado, e sem tardes livres...” C

“(...) Ter mais apoio na escola e terapias através da escola. Apoio de técnicos que os acompanhem fora das aulas, noutros contextos de vida autónoma diária. ...” D e E

“(...) Apoio psicológico para o cuidador principal, e também terapia familiar, para encontrar estratégias mais adequadas, na relação de pais/filha...” A

“(...) Apoio em relação a consulta de oftalmologia e Segurança Social para tratar do Atestado de Multiuso da pessoa com deficiência, para iniciar de apoio financeiro...” B

As participantes indicam a necessidades de apoio psicológico à família (pai e mãe), apoio de mais técnicos na escola e no meio exterior para poderem participar noutras atividades (natação, dança, hidroginástica, música, artes decorativas, conhecimento do meio exterior, etc.), apoio financeiro, apoio da segurança social.

Subcategoria B.4 - “Em caso de necessidade de ajuda a quem recorrem ou onde se dirigem”

“(...) À família, irmã que é a filha mais velha, aos tios ou aos avós...” D

“(...) A família próxima irmão da mãe ou madrinha...” B

“(...) Não recorremos a ninguém, somos só eu e o meu marido...” C

“(...) Familiares (irmão, tios, avós) e amigos...” E

“(...) Recorro à ajuda da madrinha, que é a minha irmã...” A

Observamos que as participantes recorrem novamente à família próxima (avós paternos, e avó materna, irmã, tios e madrinha). Todas estas questões remetem-nos para a fraca ou a não existência de outras redes de apoio social locais que não a família próxima, por exemplo, na assistência de tempos livres destes jovens, ou na prestação de cuidados básicos, em situações temporárias, na impossibilidade dos cuidadores/progenitor. Uma mãe disse que

“em situação de necessidade de consulta de estomatologia (tratamento de cáries dentárias) durante as interrupções letivas, tive de esperar o regresso à escola do meu filho, para iniciar os tratamentos.” C.

Podemos afirmar que algumas participantes/famílias denotam algum cansaço e desgaste emocional, pelo que referem o apoio psicológico como uma necessidade à sua estabilidade emocional. A, C e D.

Subcategoria B.5 - Acolhimento dos jovens com necessidades específicas na comunidade local.

Obtivemos as seguintes respostas:

“(...) Nem sempre. Quando tentamos que pertençam a algum clube de dança ou de atividade de desporto ou lazer, não são aceites, pois dizem que não têm pessoas para os apoiar, nessas atividades...” E

“(...) Não. No princípio da sua escolaridade, dava a sensação que não queriam dar resposta. O meu filho teve que mudar de escola e de concelho. Veio de uma instituição privada, tipo CERCI, que por lei já não podia frequentar unicamente e por isso, teve que mudar de concelho, onde foi recebido na escola do primeiro ciclo...” C

“(...) não, mas tem vindo a melhorar...” C

“(...) Não. Por vezes, as pessoas ao verem um jovem adulto como a minha filha, não levam muito em conta o seu comportamento ou o seu discurso...” A

“(...) Sim. Tenho a felicidade do meu filho pertencer a um grupo desportivo de judo, onde está bem integrado, estabelece boas relações com o mestre e os colegas, participa nos torneios e isto é uma mais valia para ele...” B

“(...) Sim, agora já sinto mais acolhimento e as pessoas já não estranham a presença destas pessoas nos diversos lugares., e tentam colaborar conforme a sua disponibilidade e sensibilidade...” D

A maioria das participantes respondeu que a comunidade ainda não acolhe estes jovens, da forma desejada, no que diz respeito á sua participação em atividades de lazer, desportivas e de ocupação de tempos livres.

Subcategoria B.6 - O que ambicionam para as vossas famílias atualmente?

As participantes responderam:

“(...) voltar a trabalhar, mais atividades para o meu filho de modo a não ter tardes livres...” C

“(...) que o meu marido trabalhe onde residimos...” E.

“(…) Mais espaços complementares com atividades e horários mais flexíveis, noutros contextos, que proporcionem a autonomia dos filhos inclusive férias da família, para o jovem descansar da família e vice-versa…” A

“(…) Que o meu filho conseguisse ficar alguns dias de férias da família, noutros contextos com outros jovens, seus pares…” B

(…) Ambiciono mais interação com o meio social externo à escola, com o acompanhamento devido de um técnico, mais variedade da oferta de atividades que promovam a sua autonomia, pois só frequenta 1 manhã por semana o CRIPS, onde faz outras tarefas em contextos diferentes da escola…” D

Após a apresentação dos resultados referentes à Categoria B - Necessidades das famílias destacamos:

Podemos perceber que estas famílias estão centradas em si mesmas para a resolução das suas necessidades. Revelam a necessidade de descanso de cuidador, gostariam de poder realizar mais atividades em família e que os seus filhos pudessem integrar programas de férias ou de Ocupação de Tempos Livres, pelo que necessitam de atividades e serviços que possam contribuir para o bem-estar da família. Estas participantes/mães acreditam nas potencialidades e capacidades de adaptação/integração e inclusão dos seus filhos aos diferentes contextos, embora reconheçam as dificuldades, pois são mães empenhadas e colaborantes no crescimento e desenvolvimento global dos seus filhos.

Categoria C – Conceção de Comunidade inclusiva

O objetivo foi captar a perceção geral do grupo de participantes no que diz respeito ao conceito de Comunidade Inclusiva e as respostas comunitárias à problemática da deficiência. Questionámos os participantes no que diz respeito às suas conceções sobre o que é ser diferente, o que é a inclusão, se consideram a comunidade local inclusiva, o que pensam sobre uma comunidade inclusiva (como a idealizam) se consideram as respostas sociais existentes adequadas aos jovens com necessidades específicas, nesta fase das suas vidas e por fim, o que pensam que é necessário acontecer. Assim passamos a citar:

Subcategoria C.1 - O que é para vós “ser diferente”?

Obtivemos as seguintes respostas:

“(...) todos somos diferentes, física e mentalmente, somos seres únicos, há um padrão para medir essa diferença “padrão da normalidade” e essa diferença é agravada quando somos dependentes de terceiros a vários níveis...” A

“(...) Nós enquanto seres humanos, concebemos um modelo padrão para todos, mas quando se sai desse padrão, pelas mais diversas razões, somos diferentes...” B

“(...) Somos todos diferentes nas no fundo somos todos iguais. Todos gostamos de estar em... e de ter as condições necessárias á nossa existência...” D

“(...) É aceitar as diferenças que todos temos...” E

“(...) Todos somos diferentes, pois todos somos um ser único, mas há pessoas que são diferentes pela sua falta de autonomia que se reflete na sua independência e que precisam de ajuda de outras pessoas, terceiros...” C

Parece-nos que estas mães encaram a diferença dos seus filhos com respeito, com experiência de saber feito e que os aceitam tal como eles são. Pensamos que de uma forma ou outra, já ultrapassaram a fase do luto.

Subcategoria C.2 - O que é a inclusão?

“(...) A inclusão é uma utopia que pode deixar de o ser, se a educação dos valores sociais tomar esse rumo. O respeito pelo outro e a atenção às suas diferenças, são a base para a inclusão...” A

“(...) É preciso pensar fora do quadrado e aceitar a diferença de cada um, para haver inclusão...” C

“(...) Respeitar as diferenças e as especificidades de cada um de nós...” B

“(...) É um caminhar que se inicia desde a nascença de um filho com capacidades diferentes das outras crianças...” D

“(...) É aceitar as diferenças que todos temos...” E

Pensamos que as participantes são resilientes a este assunto, que vão fazendo o seu percurso de cuidadoras principais na família, com capacidade de resistir à situação, modelando e progredindo no seu “sofrimento” perante as dificuldades diárias, com vontade

de acreditar nos valores de uma sociedade inclusiva, onde a aceitação da diferença e o respeito pelo outro, são os condutores e os objetivos principais, num caminho que percorrem diariamente.

Subcategoria C.3 - O que pensam sobre uma comunidade inclusiva?

“(...) Uma comunidade Inclusiva é uma comunidade em que todas as pessoas que nela estão, sentem que são parte dela, sentem que a diferença é real, que existe, que a respeitam e aceitam. É um bem comum, pois a sociedade sem estas diferenças seria ainda mais egoísta, onde cada um se sente mais fechado em si e cria barreiras, fechando o acesso aos outros...” A

“(...) Todos á nossa medida sentimos as nossas diferenças e vamos aprendendo a viver com essa diferença, mas também não podemos desistir de continuar o nosso percurso...” C

“(...) É em primeiro lugar uma aventura de consciência coletiva e de cada um, na procura de uma realização pessoal, sem ser uma corrida atrás do sucesso, económico ou de outro género...” B

“(...) Seria uma comunidade em que todos pudessem estar integrados num organismo, sem ser só na família e na escola...” D

“(...) É importante que haja integração social, nos diferentes espaços e setores...” E

Podemos perceber que todas as participantes estão de novo em acordo no que respeita aos valores de uma sociedade inclusiva, enquanto pilares da construção de uma comunidade mais justa, mais equilibrada. O sentimento de pertença e de estar incluído é um valor que consideram relevante, perante a diversidade humana, e reconhecem essa diferença como um bem e como um direito universal. Para estas mães a inclusão é um estado de consciência coletiva, que permite a igualdade de participação.

Subcategoria C.4 - A nível local pensam que a comunidade é em geral inclusiva?

Obtivemos as seguintes respostas:

“(...) Não é. Houve um tempo em que evoluiu um pouco, mas atualmente estagnou, pois, as pessoas estão mais centradas em si mesmas...”. “(...) As instituições e as

respostas oferecidas por estas não são suficientes, são muito residuais no que diz respeito à Câmara Municipal, no que diz respeito às atividades desportivas e de “(...) Penso que estamos a tomar consciência da individualidade de cada um, mas ainda há muito trabalho por fazer, a nível coletivo da mentalidade social dos jovens e adultos e também a nível das estruturas de poder...” A

“(...) A nível geral as instituições devem desburocratizar e desbloquear as dificuldades, como por exemplo criar quadros de técnicos, para poderem acompanhar estes jovens em contextos diversos, nas suas atividades nas instituições...” B

“(...) A nível de integração social já se nota uma evolução a nível local, pois já se vê nas ruas algumas diferenças na sinalética, nos equipamentos e espaços públicos, mas ainda é necessário evoluir a nível da mentalidade social, das estruturas de poder local e das instituições. Houve um avanço a nível geral, mas atualmente as pessoas ainda estão mais centradas em si, mais fechadas...” (...) Sim, já se nota alguma vontade por parte de algumas pessoas e organizações, mas ainda há falta de apoios e de mais serviços com outras respostas, no dia a dia destes jovens/pessoas...” D

“(...) Ainda encontramos barreiras aos pedidos dos jovens, no que diz respeito à sua entrada nas atividades sociais, canto, dança, natação, ou participarem em eventos, ou ações de voluntariado...” E.

“(...) É uma comunidade onde todos pertencemos, mas ainda nem todos somos vistos. Neste momento já avançamos mais nesse sentido, mas ainda é preciso conseguir mais recursos e construir mais consciência de todos...” “(...) Sim, já se evoluiu, mas ainda não estão disponíveis os recursos necessários para todos...” C

Encontramos pontos confluentes entre as diversas opiniões que apontam para a existência de uma evolução social no sentido da inclusão/integração. Têm consciência de que algo já foi construído, mas reconhecem que ainda é necessário continuar a trabalhar, em prol da construção da consciência coletiva dos jovens, da educação das gerações futuras para alcançar a inclusão. As participantes apontam a necessidade de se aperfeiçoar o caminho já percorrido para se construir uma consciência coletiva inclusiva, sendo que os responsáveis pelas instituições, são apontados como promotores da construção da desejada

comunidade inclusiva, no que respeita ao assegurar ao direito de participação, da acessibilidade, da equidade de recursos e da igualdade de oportunidades.

Subcategoria C.5 - O que gostariam que viesse a acontecer nesta comunidade.

“(...) Que os jovens se integrem em algum local onde continuassem o seu percurso, com tarefas e objetivos específicos para continuarem a desenvolver-se, pois na escola avançaram bastante e seria bom que assim continuassem...” C

“(...) Nós só temos o CRIPS e não é suficiente, embora já tenha também oferta de formação profissional com parceria com o Centro de Emprego...” B.

“(...) O Município local deve criar e dar mais respostas. Deve também envolver outros parceiros e outras instituições de modo a que estas permitam a presença e a participação destes jovens em atividades diárias. Deve permitir entradas livres destes jovens em atividades de desporto e lazer...” A

“(...) Penso que há um vazio a nível institucional, o que contribui para um vazio pessoal. As instituições não estão recetivas para receberem estes jovens, apenas o Centro de Emprego no Pólo de formação, através do CRIPS, mostra algumas saídas...” E

“(...) Deveriam existir mais recursos humanos para acompanhar estes jovens, nas diferentes instituições, em situação de trabalho, ocupação total ou a meio tempo. Estes jovens não podem perder competências que já têm, mas se ficarem em casa, não as podem aplicar e continuar a desenvolver-se...” D

As participantes consideram que são necessários apoios mais específicos, com técnicos que apoiem estes jovens nas diferentes instituições, que se desburocratizem e desbloqueiem as dificuldades de acesso à participação nos diversos setores. No sentir destas mães/cuidadoras principais ainda há falta de apoios e de mais serviços que possam contribuir para a inclusão destes jovens, como por exemplo monitores/tutores e educadores sociais. No seu sentir faltam também locais para os jovens desenvolverem atividades diárias que lhes proporcionem uma ocupação a tempo inteiro ou a tempo parcial.

Subcategoria C.6 - Perspetivas para um futuro a médio prazo daqui a cerca de 10 anos.

As participantes disseram o seguinte:

“(...) Prevejo maior autonomia pessoal e relacional dos jovens, a possibilidade de terem uma ocupação ou emprego, a tempo parcial ou inteiro...” C

“(...) O que vão fazer no futuro é incerto...gostava que se integrassem num serviço, numa organização, nem que fosse um voluntariado, com o acompanhamento de alguém em que eles confiassem. Que se sentissem capazes e úteis no seu dia a dia...”

D

“(...) Gostaria que fosse possível integrar estes jovens em programas de inserção laboral, que a sociedade estivesse mais recetiva á participação destes jovens. Que as dificuldades burocráticas a nível institucional sejam desfeitas, a nível social uma mudança geral, mais a nível da mentalidade e atitude, para que não houvesse impedimentos gerais...” B

“(...) Não prevejo nada para melhor, estou cética à mudança de atitude das entidades...” A

“(...) Que houvesse uma maior abertura de todos em geral, para receberem estes jovens... E

Duas participantes acreditam e perspetivam uma integração/inclusão em algum setor ou serviço local. Acreditam que é possível uma maior autonomia pessoal e relacional destes jovens, e acreditam (...) *na possibilidade de terem uma ocupação ou emprego, a tempo parcial ou inteiro...* C e D. As restantes mostram-se um pouco mais inseguras e cétricas no que diz respeito à inclusão laboral e social destes jovens, sendo que uma refere que o maior impedimento reside, sobretudo, na mudança de atitude das entidades e instituições. Pensamos que esta questão se relaciona com o tipo de deficiência que existe nos jovens, das suas famílias, do seu grau de incapacidade e do nível de autonomia. Quanto maiores forem as dificuldades de interação e handicaps dos jovens com N.E., mais difícil se torna a sua inclusão o que contribui para uma atitude de incerteza em relação ao futuro e na possibilidade de uma participação/ocupação em algum setor social.

Categoria D - Qualidade de Vida

Tivemos como objetivo perceber as perspetivas das famílias no que diz respeito á sua qualidade de vida, relativamente aos níveis de participação e segurança na comunidade local, no respeito dos outros e no saber respeitar, na valorização das mudanças pessoais do jovem com deficiência e as suas perspetivas de futuro a médio prazo.

Subcategoria D.1 - A nível local a minha família pode fazer tudo o que as demais famílias fazem?

“(...) Sim, não tenho problemas em sair com a minha filha a qualquer lado...” D

“(...) Não, por exemplo eu participar no grupo polifónico da comunidade, porque a minha filha não fica sozinha em casa, e não canta e não me pode acompanhar, também não pode frequentar a universidade sénior...” A

“(...) Não, pois o meu filho tem fobia de cães e gatos e não consegue controlar-se pondo-se em risco ao fugir, para longe...” C

“(...) Não, o meu filho não tem autonomia pessoal, para ficar sozinho em casa, nem para se deslocar sozinho na comunidade...” B

“(...) Sim, posso ir a qualquer lado com a minha filha, mas tenho que a acompanhar sempre para ela não se perder...” E

Constatamos que apenas uma participante referiu que pode fazer tudo os que as demais famílias fazem na comunidade local, sendo que as restantes responderam negativamente, em virtude também do nível de autonomia dos seus filhos e da sua capacidade de adaptação ao meio social.

Subcategoria D.2 - A nível local a minha família sente-se segura e cómoda quando sai a qualquer lugar?

De uma maneira geral todos se sentem seguros, à exceção da participante C:

“(...) Não, atendendo à sua fobia...” C

“(...) Sim, sentimo-nos seguros, no entanto temos de escolher itinerários de acordo com a sua dificuldade visual, evitamos descer e subir escadas...” B

“(...) Sim, não sentimos medo, quando vamos a algum lado...” D e E

“(...) Nem sempre devido à existência de algumas barreiras nos espaços físicos e ao motivo de frequência desses espaços...” A

Duas participantes sentem-se seguras, não sentem medo, D e E. As outras três participantes referem que não se sentem seguras pelo facto dos seus filhos terem barreiras intrínsecas resultantes dos seus handicaps que não lhes permite viver em harmonia com o meio social exterior A, B e C.

Subcategoria D.3 - A nível local a minha família é bem tratada pelos profissionais das diferentes instituições, serviços públicos ou particulares.

“(...) Sim, a nível geral não tenho queixas...” A

“(...) Sim, não tenho queixas...” B

“(...) Não, tanto a nível dos serviços médicos de saúde a nível local como distrital, pois não há paciência para estes utentes. São tratados da mesma maneira que as outras pessoas, o que por vezes, não resulta e por isso não somos entendidos nem bem atendidos. Também existe muita burocracia e falta de recursos humanos nas instituições e infraestruturas, para que os deficientes possam usufruir das mesmas, sem que os pais tenham de estar presentes...” C

“(...) Sim, somos bem atendidos de uma maneira geral., mas falta o cumprimento de algumas promessas, quando perguntamos se vem mais apoio, ou se há natação ou terapia da fala na escola, dizem que sim, mas depois não se faz...” D

“(...) Sim, não tenho razão de queixa...” E

Pudemos apurar que a maioria das participantes sente que as suas famílias são bem tratadas e respeitadas pelos diferentes serviços locais das várias instituições, públicas ou privadas. Apenas uma participante referiu que, a nível dos serviços de saúde local ou distrital, *“não há paciência para atender “de forma diferenciada estes jovens, o que causa constrangimentos à família.*

Subcategoria D.4 - O meu familiar com necessidades específicas, respeita os outros, quando sai à rua?

“(...) Sim, respeita. A minha filha sabe estar nos espaços públicos...” A

“(...) Sim, respeita os outros, sabe estar e tem comportamentos adequados aos contextos sociais...” B

“(...) Por vezes a falta de compreensão dos outros perante alguns comportamentos do meu filho, levam a que possa ser mal-entendido e por isso não o respeitam e isso leva-o a não ser assertivo nas respostas...” C

“(...) Sim, a minha filha sabe respeitar os outros, e quando por vezes tem atitudes menos corretas, nós corrigimos e fazemos ver o seu erro, para que não volte a acontecer...” D

“(...) Sim.” E

Todas as participantes referiram que os seus filhos respeitam os outros, embora por vezes de uma forma mais fora do comum.

Subcategoria D.5 - A minha família valoriza as mudanças necessárias ao familiar com necessidades específicas, ao longo do tempo?

“(...) Sim, valorizamos sempre, desde a sua infância...” A

“(...) Sim, valorizamos os progressos em família, celebrando na maioria das vezes oferecendo reforços afetuosos e de encorajamento para situações futuras, de vez em quando reforços materiais...” B

“(...) Quando há um retrocesso, eu tenho muita tendência a não valorizar e penso que irá superar, mas quando há um avanço, nós valorizamos e mostramos o orgulho que temos...” C

“(...) Sim, nós queremos sempre que eles vão para a frente e não para trás, por isso aqui em casa, apoiamos e incentivamos sempre todos os progressos...” D

“(...) Sim, tentamos acompanhar as mudanças e quando notamos progressos às vezes oferecemos coisas. Por exemplo, quando ela aprendeu o jogo do Boccia, o pai ofereceu-lhe um...” E

Novamente todas as participantes referiram que valorizam as mudanças positivas no desenvolvimento dos seus filhos, que os elogiam afetivamente, e sentem orgulho. Uma participante disse que tenta minimizar os retrocessos, e elogia sempre os progressos.

Subcategoria D.6 - Num futuro próximo, (daqui a 10 anos) o que perspetivam para os jovens com necessidades específicas a nível local.

“(...) Não prevejo nada para melhor. Estou cética à mudança de atitude das pessoas em geral e das próprias entidades, ou organismos...” A

“(...) Perspetivo uma ocupação parcial para o meu filho, onde desempenhe tarefas úteis com as quais ele se identifica (por exemplo acompanhar pessoas idosas de lares, que necessitam de apoio nas deslocações com cadeiras de rodas); maior autonomia pessoal e relacional com jovens...” B

“(...) Talvez que possam ter empregos, ocupações. No caso do meu filho, no ramo da culinária, onde fosse mais capaz de colaborar com outros em algumas tarefas. Que fossem mais autónomos. Que as famílias com jovens com deficiência, em especial estes jovens pudessem viajar, conhecer outros lugares, que às vezes estão perto, mas não podem visitar, por diversas razões, não terem quem os acompanhe e quem os receba, de uma forma diferenciada...” C

“(...) A minha filha diz” eu adorava ir trabalhar no lar ou no jardim de infância...” enquanto mãe, eu gostava que estes jovens pudessem estar ocupados em funções comunitárias/sociais do seu interesse pessoal...” D

“(...) Gostava que houvesse um espaço onde fossem aceites com as suas dificuldades, mas que também, pudessem estar ativos, terem uma ocupação, para treinarem a sua autonomia, para se sentirem bem...” E

Parece-nos que as participantes de uma maneira geral estão pouco satisfeitas com a comunidade, que valorizam os progressos, as mudanças no geral a nível da comunidade, mas acreditam que é possível uma maior e melhor inclusão dos jovens com necessidades

específicas nos diversos serviços e setores, referindo uma melhoria a nível da oferta mais especializada de todos os colaboradores, assim como mais respostas a nível de espaços e estruturas físicas.

3.2 Resultados das entrevistas aos representantes das Entidades

Na continuidade da apresentação dos resultados, passamos agora para as entrevistas com os representantes das entidades. Por motivos alheios á nossa vontade não foi possível entrevistarmos todos os participantes que tínhamos selecionado anteriormente, nomeadamente o Instituto da Segurança Social local, ainda que tenhamos envidado todos os esforços nesse sentido.

No total conseguimos entrevistar sete participantes, que foram anteriormente apresentados e relembramos agora, ACIPS, **E1**; Futebol Clube, **E2**; CRIPS, **E3**; Instituto Formação Profissional I. P., **E4**; Câmara Municipal, Participante **E5**; Centro de Saúde, **E6**; Associação de Pais do Agrupamento de Referência, **E7**. Assim temos:

Categoria A: Dados demográficos dos participantes.

Os participantes cooptados que aceitaram colaborar neste estudo são todos líderes das suas instituições, pois ocupam posição de chefia com poder de decisão. Quatro (4), foram eleitos por sufrágio direto, mediante candidatura (Presidente da Câmara Municipal, Presidente do Futebol Clube, Presidente do CRIPS, Presidente da Associação de Pais do Agrupamento de Escolas da Comunidade, Coordenadora do Centro de Saúde da Comunidade). Os restantes, dois (2), foram indigitados, por inerência das funções que desempenham, como é o caso dos representantes do I.F.P. I. P. e ACIPS, respetivamente. No que diz respeito às habilitações todos têm uma licenciatura e todos têm uma experiência das suas funções, (cinco ou mais anos, no seu exercício) à exceção do Presidente do Futebol Clube (2 anos). A maioria dos participantes são do sexo feminino, cinco (5) e dois (2) são do sexo masculino. A média de idades é 48 anos.

Categoria B: Inventariar as respostas sociais existentes na comunidade, com o objetivo de sabermos quais os apoios prestados aos jovens com necessidades específicas à saída da escolaridade obrigatória e suas famílias.

Subcategoria B.1 - Atualmente que apoio ou ajuda presta a estes jovens e suas famílias?

“(...) A ACIPS em parceria com o CRIPS faz a integração dos jovens no mercado de trabalho e apoio na colocação em estágios...” E1

“(...) Não há um programa próprio de atendimento a estas famílias, todas estas situações, temos conhecimento delas porque são miúdos que são acompanhados desde o nascimento até à idade adulta. No entanto, colaboramos, por lei, é obrigatório, termos um representante do Centro de Saúde em todas aquelas comissões de apoio aos jovens. Penso que mais no pré 18 anos. Após os 18 anos, eu não sei até que ponto, desconheço completamente, se há algum programa institucional do Concelho, seja autarquia seja o que for, que dê apoio a esses jovens. Sei que há uma lei o que se sobrepõe mais a estes jovens é a entrada desses jovens no mercado laboral desde que tenham condições, que nem todos terão condições. Por lei há um programa próprio para esses meninos, jovens, adultos serem integrados no ambiente de trabalho. Sempre que nos é solicitado temos um psicólogo que dá esse apoio aos cuidadores informais, etc. mas é só quando nos é solicitado, seja por outras instituições seja pelo próprio utente em contexto de consulta. Desde que nós saibamos, seja pela família seja pelo próprio, enviamos para a consulta de psicologia para avaliação. A consulta de planeamento familiar, que é o aconselhamento sexual, etc., e é aberta a toda a comunidade. Portanto, seja pelo próprio seja pela família, é atendido de imediato e esclarecido. A nossa grande preocupação, muitas vezes, é o abuso destas jovens, o abuso destas jovens e sempre que nos é solicitado e estou-me a lembrar de 2 ou 3 casos, pela família, como deve calcular quando não têm vontade própria tem que ser o tutor a manifestar essa vontade e assinar o termo de responsabilidade, nós temos aqui os instrumentos, muitas vezes é o implante que se põe por 3 anos pronto e estamos sossegados, chega ao fim de 3 anos tiramos aquele e pomos outro isto é um exemplo percebe e nós podemos fornecer todos esses procedimentos a pedido da família, por imperativo legal, nós não podemos impor nada a ninguém. Se estiver institucionalizado, CRIPS por exemplo, é a própria instituição que nos pede ajuda, primeiro os pais, não se pode abdicar da responsabilidade dos pais, mesmo pela sua “integracia” pelo que for têm que ser elucidados, e ao que eu me recordo, não tenho conhecimento de nenhum caso depois de serem elucidados,

que os pais recusem, não me recordo, mas pode acontecer e aí a instituição que possivelmente terá algum valor decisório e entre todos arranjam uma solução para o bem-estar da jovem ou do jovem, eu falo mais da contraceção...” E6

“(...) o apoio tem sido pontual e só quando solicitado por algum Encarregado de Educação ou professor...” E7

“(...) Apoiar as pessoas com deficiência e incapacidade inscritas no Serviço de Emprego e Formação Profissional da comunidade, com idade ativa e sem estarem abrangidos pela escolaridade obrigatória que apresentem dificuldades no acesso, manutenção e progressão no emprego...” E4

“(...) Atualmente o CRIPS apoia as crianças com necessidades específicas desde que nascem até à fase adulta. Primeiro através da Equipa Local de Intervenção Precoce dos 0 aos 6 anos. Depois até aos 18 anos com o Centro de Recursos para a Inclusão. Já na fase adulta, à saída da escola, depois dos 18 anos temos 2 opções, que podem variar de acordo com as capacidades de cada jovem. Temos a saída profissional, somos Centro de Recursos para o Instituto de Formação Profissional para pessoas com deficiência. Aqui os jovens podem fazer o seu curso, fazer o seu percurso formativo e entram no mercado de trabalho. O principal objetivo é a integração destes jovens na comunidade em termos de mercado de trabalho/emprego. Por último, temos o Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão, que surge da remodelação do Centro de Atividades Ocupacionais (para jovens que não têm capacidades para uma formação e terem um emprego). Desenvolvem atividades ocupacionais, em algumas empresas e serviços desta comunidade, através de uma parceria que temos com o Centro Local de Desenvolvimento Social, numa sensibilização da comunidade. É importante fazer este trabalho para que as empresas tenham alguma abertura e conhecimento através da sensibilização com este setor, pois são potenciais empregadores. O mesmo também é válido a nível dos serviços locais, para que os jovens tenham outro tipo de atividade e ocupação. As respostas passam sempre por uma avaliação. Sempre que há uma inscrição, os jovens são avaliados, depois são apresentadas as hipóteses aos jovens e às famílias, para escolherem...” E3

“(...) Desde já agradeço o interesse por estes assuntos pois é a partir do estudo destes assuntos que se contribui para a construção do bem-estar comum das populações. Como sabe as autarquias não têm competências específicas nesse sentido, no entanto esse é um caminho de base a percorrer, mas não será nunca criar respostas reativas. Esta comunidade tem uma série de dinâmicas já percorridas em vários setores e que são de reconhecido valor, no sentido de prestarem apoio às crianças e jovens em geral, onde estão também os jovens sobre os quais incide este estudo. Desde logo no compromisso dos projetos educativos, nos projetos de apoio na componente de apoio à família, nas atividades extracurriculares, no acompanhamento das crianças e jovens nos períodos de interrupção letiva, Férias Ativas, com o programa de acompanhamento de técnicos da equipa multidisciplinar na área da psicologia, terapia da fala, ação e inclusão social, nos projetos de luta contra a pobreza, nos apoios de projetos equilibrados de associativismo de respostas culturais e desportivas, como é o caso da Escola de Música o coro Polifónico, a Orquestra de Harmónicas, a oferta das diferentes valências do grupo desportivo, Basquetebol, Andebol, Natação, Judo, Escola de Dança, Centro de Artes. É imprescindível ter respostas culturais equilibradas, e na nossa comunidade existe uma diversidade de ofertas a nível do associativismo que sempre deram resposta a todos os que queiram participar...” E5

“(...) O Clube ajuda em termos de seguimento escolar e desportivo dos jovens, apoiando através dos nossos treinadores e diretores. Monitorizando as notas e comportamentos assim como auxilia na aquisição de equipamentos para a prática desportiva...” E2

Parece denotar-se articulação e continuidade nos apoios prestados às famílias e aos jovens com necessidades específicas por parte das entidades, nomeadamente entre o CRIPS, o I.F.P.I.P., A ACIPS e a Câmara Municipal através da existência de parcerias entre elas. As restantes entidades também prestam apoio, mas não muito diferenciado, pois asseguram os serviços que oferecem em geral a toda a população. Observamos que todos os participantes colaboram de acordo com as suas funções, embora de forma diferenciada, no que diz respeito aos apoios prestados. Regista-se, porém, que a associação de pais referiu que o apoio tem sido pontual e só acontece quando solicitado por algum encarregado de

educação ou algum professor. Pensamos que se evidencia a existência de uma rede de apoios na comunidade, embora o nível de oferta de serviços específicos, não seja uniforme.

Subcategoria B.2 - A nível local, o que lhe pedem os jovens com necessidades específicas ou as suas famílias, à saída da escolaridade obrigatória.

“(...) A maioria destes jovens e as suas famílias procuram-nos para colaborarmos com ajuda de encontrar emprego aberto, visto que a Câmara é parceira do CRIPS/Centro de Emprego e Formação Profissional e da ACIPS. Outros procuram-nos para colaborarmos com bolsas de estudo, para prosseguimento de estudos, outras procuram-nos para adaptarmos uma rampa de acessibilidade na sua via pública, ou na própria casa para remodelação ou contributo na compra de algum equipamento mais específico. Outras famílias pedem ajuda financeira ao Município, outras pedem ajuda para habitação social, outras pedem ajuda na deslocação ou transportes. Enfim somos solicitados para colaborarmos, nas mais variadas necessidades e o Município tenta sempre responder, e só não o faz se houver outras instituições, que tenham sido também mobilizadas em algum apoio, como é o caso da Segurança Social, e aí já não colaboramos, para que não haja sobreposição de apoios/ajudas com vista a uma melhoria e rentabilização dos recursos financeiros, ou de apoio social...” E5

“(...) Apoio na integração no mercado de trabalho...” E1

“(...) Infelizmente, tanto os jovens como as suas famílias não solicitam grande apoio, o que mostra o desinteresse pelo seguimento da sua vida académica...” E2

“(...) Quando a família nos contacta há sempre uma avaliação do jovem para saber se é um jovem para formação ou para Centro Atividades de Capacitação Individual. As famílias pedem que os jovens continuem a ser encaminhados e possam aprender uma profissão, e entrem no mercado de trabalho. Geralmente os pais já têm uma noção do que podem fazer os seus filhos’, muitas vezes já vêm encaminhados pelos Agrupamentos de Escolas. As famílias sentem que aqui o jovem continua a ser encaminhado e que aprende uma atividade prática, A nível do CACI, são assegurados os cuidados básicos. Os pais sabem que aqui há a continuidade da atividade de rotina, dos apoios terapêuticos e atividades lúdicas, que contribuem para o bem-estar dos

jovens e da sua saúde. No fundo não é só a aguarda destes jovens, mas também assegurar que estes pais podem continuar a fazer a sua vida, não serem cuidadores durante 24 horas.... “E3

“(...) Como pode calcular não posso falar pelos meus colegas pelo sucesso das consultas. Pela minha vasta experiência de muitos anos, eu posso-lhe dizer que a grande maioria quer ter uma ocupação em que tenham o “seu dinheiro”, o seu dinheiro, o seu bolsinho com algum dinheiro para não andarem a pedir aos pais sempre para ir aqui ir ali. Alguma independência económica, por básica que seja eu penso que é o motor destes jovens. Pode não ser muito, mas o facto de terem algo de seu, para a autoestima deles é muito bom...” E6

“(...) Apoio ao processo de transição para a vida ativa, prestação de informação e aplicação das funções anteriormente descritas em termos práticos...” E4

“(...) Não tenho conhecimento...” E7

Aqui podemos constatar que os jovens e as suas famílias procuram maioritariamente um local de trabalho ou de ocupação dos seus tempos onde se sintam incluídos e continuem a desenvolver-se. Procuram formação específica a nível de competências pessoais e qualificação profissional para poderem ser incluídos em programas de emprego ou em programas ocupacionais, onde se sintam realizados e gratificados economicamente, assegurando também a alternância de guarda destes jovens, contribuindo para o equilíbrio e bem-estar das respetivas famílias.

Subcategoria B.3 - A sua colaboração reveste-se a nível de informação ou de alguma ação prática?

“(...) Que nós tenhamos a nível da Unidade de Saúde um programa próprio para este tipo de jovens não há e talvez não tenha que haver. Se vamos criar uma consulta específica para estes jovens, nós estamos a estigmatizar ainda mais estes jovens. Portanto, são atendidos em contexto normal de consulta embora saibamos que este jovem tem necessidades especiais e colaboramos com todas as instituições que nos pedem qualquer tipo de ajuda. O Atestado Multiusos é da competência da Saúde Pública, nós como médicos de família limitamo-nos a fazer uma informação clínica

das patologias que sofrem, sejam psicológicas, sejam genéticas, seja o que for e depois, aquele Relatório vai para uma Junta que é da Saúde Pública e eles depois é que fazem emissão do Atestado Multiusos. É um processo completamente independente. É a própria família que pede em impressos próprios, facultados pelo Centro de Saúde e que ao pedir junta o relatório com a informação clínica...” E6

(...) Sim. Quando da admissão do jovem no CRIPS...” E4

(...) Enquanto Presidente da Direção, informo as famílias e os jovens sobre as respostas ao nível dos apoios que oferecemos. Enquanto terapeuta, presto apoio direto aos utentes, na área da sua capacitação e reabilitação físico-motora...” E3

(...) Sim. Informação às empresas associadas dos programas de apoio à contratação de pessoa com deficiência, elaboração de candidaturas e apoio à colocação...” E1

(...) Se solicitado qualquer tipo de apoio pode ser prestado. Mas durante o meu mandato não houve nenhuma solicitação nesse sentido...” E7

(...) Como já referi o clube através dos seus treinadores e diretores, colabora tanto a nível da informação como na prática desportiva. Promovemos uma ação em conjunto com várias instituições locais para a inclusão dos jovens, a qual foi bastante positiva e temos planos para continuarmos a promover ações neste âmbito...” E2

“(...) Como já foi referido na pergunta anterior, o Município normalmente atende aos pedidos. Estou a lembrar-me de um jovem com incapacidade motora, do nosso concelho, que foi integrado do Centro de Dia da sua freguesia, aquando o falecimento da sua mãe, que lhe prestava apoio, no âmbito do programa de apoio social. Como sabe a nossa comunidade tem uma instituição Particular de Solidariedade Social, (CRIPS), que presta apoio à maioria destes jovens, e existe uma articulação entre os serviços do Município e a mesma, no âmbito da ação social. Este ano a Autarquia iniciou um novo projeto em articulação com esta instituição “SorInclui +”, encontrando uma resposta para assegurar as pausas letivas destes jovens, uma vez que os seus pais necessitam de continuar a trabalhar, e os programas de férias ativas da autarquia, não respondiam de acordo com as suas necessidades específicas. Por vezes não colaboramos mais, por questões legais e orçamentais...” E5

A maioria dos participantes referiu que não têm programas ou respostas específicas direcionadas para este público, mas todos disseram que colaboram de acordo com os seus programas de ação, por exemplo o Município através dos programas de luta contra a exclusão social e de luta contra a pobreza com alguma ajuda económica, para combater algumas dificuldades pontuais, ajuda para habitação social, na facilitação ou eliminação de barreiras físicas, e aquisição de equipamentos específicos. Colabora com o Instituto de Formação Profissional I.P. permitindo a sua frequência em estágios profissionais e na admissão destes jovens em emprego direto. Colabora também na permissão e admissão à sua frequência em associações de caráter assistencial (Lar/ Centro de Dia), lazer, culturais (escola de música, coro polifónico, centro de artes), desportivas.

A instituição CRIPS tem duas opções de apoio, variando de acordo com as capacidades de cada jovem. Os jovens após a sua avaliação são direcionados para as formações de saída profissional, através da frequência de cursos de formação profissional, através do nosso Centro de Recursos em parceria com o Instituto do Emprego e Formação Profissional local. Aqui os jovens entram no seu curso fazem o seu percurso formativo e normalmente entram no mercado de trabalho, onde o Município é o principal empregador, tendo já admitido cerca de 30 jovens. A outra resposta é direcionada aos jovens que não têm capacidades para formação profissional e terem um emprego e são admitidos no Centro de Atividades e Capacitação para a inclusão (CACI) onde recebem a formação que lhes permite desenvolver atividades ocupacionais em algumas empresas e serviços desta comunidade. Também através de uma parceria que tem com o Centro Local de Desenvolvimento Social (CLDS) e com a Associação Comercial e Industrial local prestam formação e sensibilizam as empresas e serviços locais para que estas tenham abertura e maior conhecimento de forma a estarem recetivos a estes jovens, permitindo-lhes a realização de atividades. Para além destas respostas existem ainda duas outras de caráter assistencial, de acordo com as necessidades de cada jovem, no que diz respeito ao apoio psicológico e psicoterapêutico.

A nível da saúde local também nos foi dito que não existe nenhum programa específico de apoio a estes jovens, mas que eles têm todo o apoio a nível de consultas através dos seus médicos de família, encaminhados para as consultas de outras especialidades, sempre que seja necessário, ou as famílias o solicitem. O Centro de Saúde articula com todas as associações e organismos públicos locais, regionais e nacionais no apoio a estes jovens mais até nas idades pré 18 anos, porque são acompanhados desde o nascimento até à idade

adulta. O Centro de Saúde por força legal colabora com a Equipa Local de Intervenção Precoce, com o gabinete de Saúde Escolar, com o Município, com a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) e com o CRIPS.

A resposta da Associação Comercial e Industrial foi no sentido de uma colaboração direta com a Associação CRIPS através da integração destes jovens no mercado de trabalho e também em candidaturas e admissão a estágios profissionais nas diferentes empresas locais. Estas parcerias mostram que existe um apoio em rede, ainda que por vezes seja pontual, como é o caso do clube desportivo que permite a frequência destes jovens nas diferentes modalidades de oferta em termos de seguimento escolar, monitorizando as notas e ou comportamentos dos alunos e auxilia também na compra de equipamentos para a prática desportiva.

A presidente da Associação de Pais referiu que o apoio tem sido pontual e só quando solicitado por algum Encarregado de Educação ou professor.

Denota-se que o apoio se reveste de um caráter assistencial, por imposição legal. Todos estes organismos e serviços estão dispostos a apoiar estes jovens e suas famílias, mas desde que estas o peçam e o apoio seja possível no âmbito das suas funções, estatutos e respetivas leis orgânicas.

Subcategoria B.4 - Tem conhecimento da Estratégia Nacional para a Inclusão da pessoa com Deficiência?

“(...) Sim, no geral...” E1

“(...) Sim tenho, no entanto ainda há um caminho a percorrer no sentido do mesmo ser implementado, pois existe ainda a necessidade de esclarecer e regulamentar a transferência de competências, bem como a atribuição de verbas próprias para a sua execução a nível nacional. É necessário também um esclarecimento maior e uma melhor prática de articulação dos diversos serviços, no sentido de caminharmos todos no mesmo sentido, o da inclusão em todas as áreas. No entanto o nosso município, tem diversas ações desenvolvidas no âmbito da inclusão no combate à exclusão social, na luta contra a pobreza, como é o caso da ajuda na habitação social e na comparticipação de ajudas a pessoas com baixo rendimento, em articulação com outras entidades Segurança Social, Cruz Vermelha Portuguesa, núcleo Local, Bombeiros Voluntários, Associações Desportivas e Recreativas, Lares, Santa Casa

da Misericórdia, etc. Foi criada uma rede de equipamentos sociais, Centros de Dia, que também prestam apoios domiciliários, que essas famílias também podem beneficiar, as pessoas podem usufruir destes serviços para assegurar as suas necessidades básicas. Existem também outras entidades que colaboram connosco nesse sentido como é o caso do Banco de Alimentos local, que articula com o Banco Alimentar de Portalegre, que está a cargo da Conferência de São Vicente de Paulo (Sociedade de São Vivente de Paulo) ...” E5

“(...) Não.” E7

“(...) Sim.” E2

“(...) Sim, através dos nossos parceiros e da Confederação Nacional das instituições de Solidariedade, a nível distrital através da União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social, nos quais estamos representados e com os quais temos uma aproximação sistemática no sentido de estarmos informados a nível da legislação, como também das ações que se têm vindo ou irão desenvolver, no âmbito das políticas implementadas. De uma maneira geral as políticas são boas e estamos a tentar que sejam feitas ações de sensibilização na comunidade, para que os jovens que frequentam o CACI, possam frequentar e usufruir de outros recursos e espaços, da nossa comunidade, integrados em algumas atividades...” E3

“(...) Sim. O CRIPS, trata-se de uma entidade certificada pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, IP. Enquanto Centro de Recurso Local para o Serviço de Emprego e Formação Profissional da comunidade, bem como certificada pela Direção Geral do Emprego e das Relações do Trabalho para dar e desenvolver ações formativas. Neste sentido, fazemos parte de um conjunto de entidades que desenvolvem o programa de emprego e apoio à qualificação das pessoas com deficiência e incapacidade...” E4

“(...) Tenho reticências...(pausa), quanto a essas estratégias políticas, são bonitas no papel, mas depois... (pausa) ficam sempre a faltar recursos...” E6

No que diz respeito ao conhecimento desta recente publicação legal, a maioria dos participantes disse ter conhecimento, à exceção da presidente da associação de pais do

agrupamento de escolas. Não obstante, os participantes pensam que as políticas a nível concetual estão bem, são boas. Porém referiu-se que existem alguns impedimentos, arestas, que por vezes impedem as suas implementações e relacionam-se não só com as questões financeiras, mas com questões de ordem de atribuição de competências, jurídicas, institucionais e legais. Perceciona-se ainda a necessidade de aligeirar os aspetos burocráticos e também a falta de recursos humanos, pois a população mais jovem é insuficiente, face ao envelhecimento geral da população.

Subcategoria B.5 - Considera que os apoios existentes a nível local a estes jovens, são suficientes para estes serem bem-sucedidos, (incluídos) na comunidade?

“(...) Neste momento seria necessário o aumento dos recursos disponíveis, uma vez que o CRIPS não consegue já dar resposta suficiente em “Lar”, mas julgo já estar uma candidatura em curso, que teve o parecer positivo do CLAS, entidade da qual somos parceiros...” E1

“(...) Os apoios nunca serão suficientes, no entanto penso que temos ferramentas que ajudam esse trabalho, os jovens e principalmente as suas famílias devem ter um papel ativo na procura dessa inclusão, utilizando os apoios e solicitando ajuda às instituições...” E2

“(...) No que diz respeito ao CRIPS, fazemos tudo o que nos é possível, e tentamos que estes jovens sejam o mais possível bem-sucedidos. Reconhecemos que a nível empresarial já temos muitos jovens incluídos. No entanto ainda necessitamos abrir portas aos jovens que frequentam o Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão, para serem também acolhidos dentro do possível, na comunidade... E3

“(...) Sim. Apresentamos uma taxa de certificação de 72,41% e uma taxa de integração profissional de 90%, de acordo com os indicadores de monitorização de resultados da última operação...” E4

“(...) Não são muitos os instrumentos que existem para dar respostas, mas fazemos a ponte entre as diferentes instituições. O importante foi chegar a este patamar e realço aqui o trabalho de parcerias e de construção de pontes, que tem sido feito desde longa data, quer pelos meus antecessores e por todos os intervenientes, quer

a nível público, quer a nível particular. Pode-se fazer mais, muito mais, para reforçar esta estratégia...” E5

“(...) Desconheço.” E7

“(...) Eu gostaria de dizer que estaremos muito melhores, mas não acredito. Deus queira que eu me engane, Deus queira que eu me engane. Todos estes frissons, todos estes conflitos, eu não me refiro só a conflitos bélicos, não, não, não, toda esta estrutura, todo este desmantelar de estruturas, etc. vai demorar muitos anos e não me parece que seja 10 anos, mas alguma coisa irá ser feita, não é? Não podemos dizer aí não consigo fazer nada, está tudo igual. Não, acredito que não esteja muito melhor, mas podem estar a ser lançados novos passos para que realmente as coisas mudem, não é. Eu gostaria realmente de ver muito mais gente aqui no concelho, na nossa comunidade. Gostaria de ver muito mais gente no nosso concelho...” E6

Os participantes consideram que já foi feito um percurso nessa direção, com a criação de parcerias entre as diversas empresas, associações e instituições. Estamos certos de que todos os organismos apoiam estes jovens e as suas famílias, criando algumas respostas na comunidade local. No entanto, esses organismos reconhecem que é possível fazer mais para se encontrarem respostas mais adequadas e diversificadas. Para tal sugerem uma melhoria dos serviços de saúde, onde se incluem as consultas de psicologia, de fisioterapia e de planeamento familiar. Sugere-se a necessidade da realização de mais ações de sensibilização e formação por parte do tecido empresarial, nas diversas associações e serviços dos vários setores, para que estes jovens possam encontrar uma oferta de ocupação que contribui para a sua realização e bem-estar pessoal. Consideram também a necessidade da criação de mais apoios físicos e humanos para atender às respostas específicas destes jovens.

Subcategoria B.6 - Num futuro próximo, (daqui a 10 anos) com base nos apoios/respostas prestados, o que perspectiva para os jovens com necessidades específicas a nível local?

“(...) No que diz respeito ao CRIPS, fazemos tudo o que nos é possível, e tentamos que estes jovens sejam o mais possível bem-sucedidos. Reconhecemos que a nível empresarial já temos muitos jovens incluídos. No entanto ainda necessitamos abrir

portas aos “(...) Voltando atrás, acho que o mercado de emprego não está muito recetivo a estes jovens. Haverá tarefas simples, não podem fazer tarefas muito elaboradas, mas haverá tarefas simples que possam ser feitas. Mas agora vejamos, qual é o núcleo empresarial? Onde é que estes jovens poderiam ser integrados ou em serviços não estou a ver outra situação, aí teríamos só a Câmara Municipal, Misericórdia, Escolas, tudo o que seja funcionalismo público. Para as empresas, sabemos que há benefícios fiscais e de incentivos para esses jovens, mas aí teria que ser um papel muito grande do Centro de Emprego e Formação Profissional a incorporar aqueles jovens em determinada tarefa que eles possam cumprir. Será que também o nosso tecido empresarial está muito recetivo a isso, não sei.? Para tirar o curso de enfermagem tem que ter um atestado seria um risco enorme, temos que ser muito realistas, não é. Tudo o que seja técnico de saúde não podem, inclusivamente auxiliares, os auxiliares que fazem as limpezas com produtos biológicos, etc. têm formação específica na área, não estou a ver alguém com algum défice cognitivo a fazer esse tipo de trabalho, que não é só limpar e mais nada, não é. A incapacidade física depois põe-se os problemas de mobilização dos doentes, etc. que ele pode não conseguir. Agora se me disser jardinagem, se me disser parte administrativa, não, porque tem muitos computadores a não ser que a incapacidade seja com a parte física, aí já pode com a cadeira de rodas. O que é que acontece quando abre concurso não somos nós que abrimos, quem abre é a ULSNA e a ULSNA é que faz depois o concurso, a seleção dos candidatos e depois são colocadas conforme, não somos nós, confesso que nunca me apareceu aqui nunca nenhum candidato admitido portador de deficiência física que pudesse fazer aquela tarefa, entende-se não ter capacidades? Não sei, não pode. Por não ter um braço não pode, agora em cadeira de rodas, sim pode trabalhar numa secretária, não somos nós que escolhemos, cognitivamente está bem, mãos estão bem, só porque está sentado, pode fazer perfeitamente a situação. Mas confesso que não somos nós que fazemos a seleção é a nível central e não sei como é que eles fazem esse tipo de abordagem ou se cumprem as cotas ou não cumprem, porque repare quando se faz um concurso a nível da ULSNA é a nível de toda a ULSNA. Eles até podem fazer a seleção de alguns, só que não estão cá, mas podem estar na sede do distrito, por exemplo, está a entender, a contratação é sempre pelo distrito. O Centro de Saúde, realmente ao fim de 10 anos

lá me vão fazer as obras que eu pedi para aumentar uma ala que era para ter sido á 2/3 anos, mas não há dinheiro, falta de profissionais... Isto está tudo muito complicado, mas eu sou sempre otimista espero que mudem. Não estou a ver a nível da inclusão grandes melhorias, não estou a ver até pela própria desertificação do interior deste país, perdemos população, eu sei porque tenho acesso aos dados on-line, digamos assim. Tem saído muita gente jovem. Somos talvez o concelho mais envelhecido, mas não estamos assim muito bem também, faltam pessoas com outras ideias, que nos ajudem a evoluir...” E6

“(...) Uma maior percentagem de integrações, através da medida de apoio à integração da pessoa com deficiência e incapacidade em emprego apoiado em mercado aberto...” E4

“(...) Espero uma melhor integração e adaptação, as empresas estarem também mais abertas e sensibilizadas para a contratação de pessoa com deficiência...” E1

“(...) Para ser sincero, TODOS teremos de ser muito mais abertos e ativos na procura, na ajuda e nas respostas a estes jovens porque se continuarmos nesta “velocidade” pouco iremos evoluir...” E2

“(...) Não tenho opinião formada sobre o assunto...” E7

“(...) Ambiciono uma melhoria e pela minha parte tudo farei para que isso aconteça, mas faltam-nos as pessoas, estamos cada vez mais com uma perda de habitantes e os que cá estão, cada vez estão mais envelhecidos. Faltam-nos condições de fixação que atraia novos habitantes, com novas qualificações e outras iniciativas, e a criação dessas condições é um dos objetivos do Município. Penso que também é importante aumentar e melhorar a prestação de cuidados de saúde locais, pois a comunidade está geograficamente distante da capital de Distrito, onde estão centralizadas a maior parte das respostas, o que acarreta dificuldades de deslocação a algumas famílias e jovens, que por vezes precisam de serviços mais especializados, nomeadamente no que respeita à saúde mental. Neste momento estamos também a trabalhar com a instituição CRIPS, para aumentar o seu lar residencial, já que esta instituição tem uma abrangência para além desta comunidade dando também respostas a comunidades limítrofes...” E5

Os entrevistados ambicionam mais respostas de inclusão social, nomeadamente através de maior abertura das empresas e instituições para que existam mais ofertas de emprego ou de atividades ocupacionais que permitam uma maior realização pessoal, bem como, uma melhoria na qualidade de vida destes jovens e suas famílias. Estão conscientes de que é necessário continuar a construir pontes entre os diversos setores para que a atual rede de apoio se alargue, preenchendo de facto as respostas necessárias à inclusão e realização destes jovens. No entanto, consideram que existe ainda uma escassez de recursos que, na opinião do presidente da Câmara Municipal e da Coordenadora do Centro de Saúde, advém de fatores alheios às vontades dos decisores, mas que se prendem com condições de fixação que atraiam novos habitantes, com novas qualificações, com capacitação para a criação de outras iniciativas, outras ideias, que ajudem a evoluir a comunidade local, sendo que a criação dessas condições é um dos objetivos do Município. No geral, todos sentem que é necessário desenvolver mais ações de sensibilização e de execução de medidas no caminho da construção de uma comunidade inclusiva.

Categoria C - Conceção de Comunidade Inclusiva

Nesta categoria objetivamos perceber as conceções dos participantes sobre o que é a diferença, o que é a inclusão, o que é uma comunidade inclusiva, em que medida a comunidade é ou não inclusiva e de que modo o é na perspetiva de quem presta um serviço. Tentamos também saber, na perspetiva dos participantes que desenvolvem a sua atividade profissional na comunidade, o que é necessário fazer acontecer para que a comunidade seja inclusiva. Para obtermos estas respostas criámos igualmente seis questões, que aqui designamos por subcategorias, das quais transcrevemos os resultados. Nesta categoria apresentamos os ideários dos participantes, os seus modos de pensar e de agir, nas questões relacionadas com o paradigma do constructo de uma sociedade inclusiva e constatamos o seguinte:

Subcategoria C.1 - O que é para si “ser diferente”?

“(...) Não lhe sei responder... todos somos diferentes, não tenho qualquer estigma em relação à diferença seja ela de qualquer forma. Somos todos diferentes, mas por vezes não sabemos lidar bem com a diferença e não aplicamos bem esses valores e essa riqueza da diferença, da melhor forma...” E5

“(...) “Ser Diferente” - Na minha intervenção enquanto profissional é tratar-se de uma pessoa com deficiência e incapacidade com dificuldade no acesso, manutenção e progressão no emprego, após a escolaridade obrigatória...” E4

“(...) É fugir ao parâmetro dominante de normalização ou estatisticamente predominante...” E6

“(...) Ter algum tipo de incapacidade/limitação a nível cognitivo ou motor...” E7

“(...) Todos, somos simultaneamente diferentes e iguais, pois somos diferentes em certos aspetos e iguais noutros. Ser diferente não é ser anormal, e ser igual não é o normal. Tudo depende daquilo com que nos comparamos. Normal é ser diferente e, simultaneamente, igual...” E2

“(...) Considero as pessoas todas iguais, alguns têm limitações, mas isso todos temos de uma forma ou de outra...” E1

“(...) Eu...aqui, o ser diferente torna-se o nosso normal, não é? O ser diferente para nós, penso que seja como para qualquer outra área de intervenção. Numa escola, todos são diferentes, todos têm as suas necessidades, no entanto, tal como o sistema está montado a maioria dos jovens consegue ter uma vida normal porque estão perfeitamente adaptados, são normais, esses jovens estão preparados para terem uma vida normal. No entanto existem os outros que têm de adaptar, mas também a comunidade tem de os aceitar, respeitar e adaptar-se a eles. Aqui nós trabalhamos para que cada um seja respeitado como é, que cada um possa participar em todas as atividades que a direção/instituição promove ou participa. Trabalhamos para que todos estejam incluídos. Por isso temos na nossa política (linhas orientadoras) a inclusão de todos, de acordo com as suas capacidades e assumimos as tomadas de decisão da instituição...E3

Pensamos que existe um conceito comum de que a diferença é vista com naturalidade, sem estigmas e com aceitação, como uma realidade da condição do ser humano. Dois participantes revelam que, apesar de saberem lidar bem com essa diferença, com a diversidade do ser humano e aceitá-la como uma mais valia, reconhecem que nem sempre a diferença é bem compreendida pelo outro, no que diz respeito à aceitação, bem

como na promoção da sua capacidade de adaptação ao mundo próximo e global, correndo o risco de por vezes se ser excluído. É certo que observamos uma dicotomia do participante pois, enquanto pessoa singular, tem as suas conceções e as suas perceções sobre o assunto em estudo. No entanto, enquanto pessoa coletiva, ao assumir o papel de líder de uma instituição, torna-se figura pública e assume responsabilidades de cidadania, políticas e morais perante os outros.

Subcategoria C.2 - O que é a inclusão?

“(...) Por vezes é aplicada de uma forma exagerada e podemos tratar este assunto sem discriminar. Sabemos que todos temos direitos e deveres, mas não podemos aplicar cegamente todos eles, sob pena de estarmos a exagerar ou até cairmos em alguma forma de discriminação social. Na nossa comunidade tentamos conviver com todos de uma forma saudável, tentamos integrar todos inclusive estrangeiros, e refugiados...” E5

“(...) É disponibilizar informação, é fazer avaliação e orientação para a qualificação e o emprego, traçar um plano de transição para a vida ativa realista e exequível co construído com o(a) próprio(a), o qual pode passar pelo desenvolvimento de competências, apoio de inserção laboral, através de mediação com as entidades empregadoras, adaptação de posto de trabalho e eliminação de barreiras arquitetónicas, acompanhar sempre que possível no pós-colocação...” E4

“(...) A inclusão é estarmos todos com as mesmas oportunidades, os mesmos direitos e com as mesmas obrigações...” E6

“(...) Agir, através de políticas e decisões, de forma a que os deficientes possam ver diminuídas as suas dificuldades perante o normativo existente...” E7

“(...) Tratar todos como iguais. Para isso temos de ter as condições necessárias para desenvolver as nossas vidas de acordo com os padrões da sociedade...” E2

“(...) Ajudar aqueles que têm dificuldades a ter as mesmas oportunidades...” E1

“(...) É trabalhar em prol do bem-estar, o lazer, a saúde de todos, para que cada um possa viver o mais feliz possível. É continuar a lutar para que estes jovens se sintam realizados...” E3

Podemos perceber que os participantes acreditam que a inclusão é possível no que diz respeito à aplicação dos direitos e deveres humanos. Contudo, para estes participantes, tais direitos não se podem aplicar todos cegamente, sob pena de se poder cair no exagero que possa levar a algum tipo de discriminação. Os participantes referiram que é necessário agir para construir a inclusão e essa ação passa por dar a conhecer informação, por fazer uma avaliação realista de cada situação, no sentido de encontrar uma orientação, almejando um sentido de vida adulta, exequível a cada jovem, que possa ser “diferente” dos seus pares. É o assegurar uma igualdade de oportunidades de acordo com as potencialidades individuais e respeitando a vontade de cada um. É construir um bem-estar comum através de políticas, decisões e ações práticas, que contribuem para a realização de todos, assegurando qualidade de vida aos mais fragilizados.

Subcategoria C.3 - O que é uma comunidade inclusiva?

“(...) É aquela que permite que todos os que dela fazem parte se sintam bem consigo e que oferece garantias de vida sustentável...” E5

“(...) É prestar informações e trabalhar em rede na comunidade, de modo a promover a igualdade de oportunidades no combate à discriminação para que todos os intervenientes possam otimizar o seu potencial...” E4

“(...) É exatamente uma comunidade onde estes direitos são todos assumidos por toda a população. Confesso que me perturba um pouco quando muitas vezes esta não inclusão começa na família. Nós sabemos que há muitas famílias que escondem os seus membros ditos não normais, não é, tudo começa aí, é o problema da aceitação, é tudo, o medo da rejeição. Quando nos aparece uma criança que se deteta algum problema, ai agora. Não sai de casa, porquê? A criança que saia, deixe-o brincar, ele vai cair, deixe-o cair, ele levanta-se, ou seja não esconder os seus membros, mas sim mostrá-los, dizer cá estou, faz parte de nós da comunidade. Devem aparecer não só na intervenção precoce, mas em tudo o que é estrutura concelhia, ao longo de toda a sua vida, onde há sempre um representante da Saúde...” E6

“(...) É uma comunidade que consegue olhar para estes jovens, da forma como eles são. Isto é uma opinião muito própria e que sempre a tive. Que se olhe para estes

jovens não da forma como que se olha para os outros. Não, estes jovens têm necessidades específicas e por isso, a comunidade tem de se adaptar, precisa de se adaptar para receber estes jovens, dando-lhes as respostas efetivas às suas necessidades, para que eles se sintam incluídos, acolhidos...” E3

“(...) É uma comunidade consciente de que as pessoas lidam de maneiras diferentes perante situações iguais. E que age adaptando-se perante essas diferenças e realidades...” E7

“(...) Aquela que não faz distinções e olha para todos de igual forma, apoiando os que têm dificuldades...E1

“(...) É uma comunidade onde todas as entidades, instituições, organizações, ou seja, pessoas, vivam em sociedade onde existam oportunidades e condições para TODOS...” E2

Novamente podemos constatar que todos os participantes são ricos nos valores humanistas, pois consideram novamente o respeito e a aceitação da diferença como um dever de qualquer cidadão responsável. Para todos uma comunidade inclusiva é aquela que não deixa para trás ou não ignora nenhum indivíduo, que atende á sua unicidade e especificidade, oferecendo-lhe garantias de vida sustentável. É uma comunidade que promove a igualdade de oportunidades. Tem a capacidade de se adaptar e organizar perante a diversidade do ser humano, apoiando as necessidades específicas de cada um, visando a otimização do seu potencial.

Subcategoria C.4 - A nível local pensa que a comunidade é em geral inclusiva?

“(...) Sim, o município tem dado o exemplo de iniciativas de inclusão, quer a jovens que vêm para cá por motivo de estudos, quer a empreendedores que tentam fixar-se, quer aos que são residentes e naturais, criando acordos com instituições de estudo superiores, para que alguns possam continuar o seu percurso sem necessitarem de sair para outras cidades, e por vezes já não voltam. Especificamente para estes jovens não há medidas, mas através das nossas parcerias com os diferentes serviços e empresas desconstruímos obstáculos e construímos pontes para a sua inserção local, através da realização de contratos de trabalho ou permitindo a sua participação no

programa de emprego aberto, em programas de formação profissional, admitindo-os nos diversos setores. Neste momento no Município temos cerca de 30 funcionários com algum tipo de incapacidade, e digo que me orgulho de todos eles pois todos desempenham as suas funções com brio e profissionalismo e trabalham para que todos possam atingir os objetivos individuais e os da própria administração local...”

E5

“(...) Sim. As entidades empregadoras têm aderido às medidas ativas de emprego, nomeadamente através de emprego apoiado em mercado aberto (46%), contrato emprego inscrição + (46%) e estágios inserção (8%), de acordo com o último relatório de execução...” E4

“(...) A comunidade está muito diferente do que estava há 30 anos, mas nitidamente, nitidamente, mas ainda falta algum caminho a percorrer. Até porque vejamos nos mais jovens terá que haver apoio às famílias de tal maneira que consigam realmente esses jovens sim, sair de casa, virem para fora, terem atividades. Nos mais adultos, que é aquilo que agora estamos talvez mais a falar, ainda não estou a ver essa capacidade de a comunidade dar formação, de proporcionar uma atividade que possam desempenhar para o seu autossustento, isso é que ainda não chegamos lá. Ainda há que trabalhar aí. O regime de voluntariado pode não ser para estes cidadãos compensatório temos que ver a situação onde estamos, isto é um meio rural, é uma cidade, mas um meio rural, não é, talvez com uma compensação nem que fosse mínima como um reforço positivo acho que seria muito bom. Depois há outra situação que são aqueles jovens com um grau de deficiência que seria de todo impossível fazerem qualquer coisa, é só o que me preocupa. Conheço bem, preocupa-me eu sou o eco muitas vezes das palavras, de algumas mães, alguns pais,” quando eu morrer o que é que vai ser do meu filho”. Temos aqui uma estrutura que é o CRIPS não tem resposta, só eles é que sabem quantos são e os pedidos que têm, são inúmeros. Os meninos que estão em casa aberta, daqui a uns anos os pais morrem todos e a maioria das mães pensa “enquanto eu poder sou eu, depois não sei”. Depois, estas pessoas/jovens não podem ser integradas em unidades de idosos. Não de todo, de todo, cada coisa onde é. Eu já vi realmente uma instituição dessas, com deficientes profundos porque realmente são portadoras de deficiência profunda, que não têm

qualquer hipótese de granjear o seu destino sob em termos de informação, etc. Estarem integrados é uma situação, outra é viverem num lar de idosos. É mau para os dois lados, não é só para os jovens que vão não é, é também para os próprios idosos verem os jovens naquela situação, causa uma angústia enorme. Vão para lá jovens, que depois também passam a idosos...” E6

“(...) Não...” E7

“(...) Penso que ainda temos um longo caminho a percorrer...” E2

“(...) Sim, temos evoluído nesse sentido...” E1

“(...) Sim, penso que seja, penso que seja. Não só pelo conhecimento dos jovens que estão em CACI, isso vê-se no modo como são conhecidos e acolhidos, como também a nível dos jovens da formação profissional. A nível das empresas já temos algumas empresas que acolhem estes jovens, também já há uma aceitação destes jovens, muitos já estão em contexto de trabalho e têm sucesso...” E3

Quase todos os participantes consideram a comunidade inclusiva, sendo o mais otimista o participante E5 que afirma o seguinte:

” (...) Sim, o município tem dado o exemplo de iniciativas de inclusão... especificamente para estes jovens não há medidas, mas através das nossas parcerias com os diferentes serviços e empresas desconstruímos obstáculos e construímos pontes para a sua inserção local, através da realização de contratos de trabalho ou permitindo a sua participação no programa de emprego aberto, em programas de formação profissional, admitindo-os nos diversos setores. ...”

Os participantes mais objetivos em mostrar que a comunidade é inclusiva foram aqueles que representam a instituição CRIPS e o Instituto de Formação Profissional I.P., pois têm maioritariamente taxas de sucesso de inclusão elevadas destes jovens. Todavia consideram que ainda há um caminho a percorrer para aqueles jovens, cuja a sua autonomia é reduzida. Já a coordenadora do Centro de Saúde da localidade, mostra-se um pouco reticente.

“(...) A comunidade está muito diferente do que estava há 30 anos, mas nitidamente, nitidamente, mas ainda falta algum caminho a percorrer. Nos mais adultos, que é

aquilo que agora estamos talvez mais a falar, ainda não estou a ver essa capacidade de a comunidade dar formação, de proporcionar uma atividade que possam desempenhar para o seu autossustento, isso é que ainda não chegamos lá. Ainda há que trabalhar aí...” E6

Subcategoria C.5 - O que é necessário fazer acontecer nesta comunidade, para se tornar inclusiva?

“(...) Penso que se pode fazer muito mais para se implementar essa estratégia nacional de inclusão, começando logo na educação destes jovens e de todos em geral, no entanto as Autarquias por vezes também se sentem limitadas quer sob o ponto de vista legal, quer sob o ponto de vista financeiro. É também importante melhorarmos e fazermos novas redes de articulação com a Segurança Social, para o desenvolvimento do Plano Estratégico Nacional...” E5

“(...) As empresas não terem receio em se candidatar aos apoios à contratação dos disponíveis pelo IEFP.IP...” E4

“(...) Não há, não há rede de estruturas. Essa rede de estruturas é muito precária, mas não é só aqui, vivemos é com a nossa realidade...” E6

“(...) Será necessário TODOS pensarmos diferente pois se continuarmos a fazer tudo igual, os resultados não serão diferentes...” E2

“(...) Muita coisa, mas não consigo enumerar ao certo...” E7

“(...) Devemos informar e desmistificar...” E1

“(...) Reconhecemos que isto não vai só da pessoa e das empresas quererem, mas tudo vai influenciar, seja a parte burocrática da empresa as despesas que as empresas podem ter, tudo pode influencia as empresas de terem ou não, um jovem com deficiência. Os apoios que estas podem receber vai também influenciar as diferentes respostas tanto a nível empresarial, como a nível dos serviços locais, para lhes alocarem estes jovens. Sabemos que o rendimento pobre destes jovens não será o mesmo, mas será de todo benéfico para a pessoa em si, que vai estar inserida na comunidade. Neste sentido é preciso continuar a dar ações de formação e de sensibilização, nos diversos setores, para dar a conhecer os apoios que podem ter, e

dar a conhecer mais ainda o trabalho prático destes jovens, porque muitos destes jovens têm evoluído tal como outro trabalhador...” E3

Todos os participantes consideram que é necessário evoluir e investir mais em todos os setores, desde a educação dos mais jovens até à desmistificação e sensibilização aos adultos. No setor empresarial é necessário, também, continuar a sensibilização e formação dos empresários, criar condições nas próprias empresas, instituições e serviços, garantir apoios financeiros e também divulgar os casos de jovens com sucesso a nível laboral, para que haja uma maior aceitação e inclusão da pessoa com deficiência. Nesta subcategoria, foi também nomeada a Segurança Social como um dos agentes promotores da implementação da Estratégia Nacional da Pessoa com Deficiência, reconhecendo tal entidade com competências para a implementação/melhoria e monitorização da rede de suporte social, com vista à inclusão social destes jovens cidadãos.

Subcategoria C6 - A nível local a comunidade está desperta para incluir os jovens com necessidades específicas, nas diversas áreas?

(...) Sim, como já referi as diferentes instituições e até algumas empresas estão recetivas a colaborarem com estes jovens admitindo-os em programas de emprego aberto, ou admitindo-as nos seus eventos sociais, culturais e de lazer, ou em estágios curriculares e profissionais...” E5

“(...) Sim, sendo a maior entidade empregadora o Município de Ponte de Sor...” E4

“(...), já foi respondido, atrás...” E6

“(...) A nível empresarial já há bastante abertura neste setor, para acolherem os jovens com necessidades específicas. No entanto a nível dos serviços, nos diferentes setores, ainda há um percurso a desenvolver, para sensibilização e até de formação, para poderem receber estes jovens...” E3

“(...) A nível do ensino sim, a nível da oferta de emprego não...” E7

“(...) Salvo algumas exceções, penso que na generalidade a comunidade ainda não está desperta para essa inclusão...” E2

“(...) Em parte, sim, estamos a fazer esse caminho...” E1

Nesta subcategoria depreendem-se duas opiniões antagónicas. A primeira opinião afirma que sim, a comunidade já está recetiva e desperta para a inclusão destes jovens na medida em que os admite nos diversos setores, sendo o da educação apontado em primeiro lugar, como promotor de desenvolvimento e aquisição de competências pessoais e sociais. A comunidade proporciona e dá formação profissional através das parcerias com o I.F.P. I. P. A instituição CRIPS com as suas valências formativas e assistenciais é uma entidade de referência com resultados excelentes. A ACIPS sensibiliza e apoia as empresas para a criação de estágios profissionais e postos de emprego. O Clube Desportivo juntamente com a Câmara Municipal e diversas associações recreativas promovem a participação em atividades de desporto e lazer cultura e lazer. A Câmara Municipal como entidade empregadora de excelência. A segunda opinião é contrária, pois os participantes consideram que a nível de emprego ainda não há muitas ofertas, salvo algumas exceções, considerando que a comunidade ainda não está muito desperta para a inclusão laboral.

Categoria D - Qualidade de Vida

Objetivo: Perceber as conceções dos entrevistados sobre a qualidade de vida dos jovens com necessidades específicas, à saída da escolaridade obrigatória e suas famílias.

Estabelecemos igualmente seis questões, que aqui se assumem como subcategorias, e obtivemos os resultados expostos, respetivamente de acordo com cada uma dessas subcategorias. Também com o objetivo de percebermos as conceções dos participantes sobre a qualidade de vida dos jovens com necessidades específicas e suas famílias nesta etapa do seu ciclo de vital, transição para a vida adulta, questionámos sobre o que pensam em relação aos recursos económicos destas famílias, no direito à participação em eventos ou em atividades sociais ou de lazer, se lhes é permitido viverem e fazerem o que as demais famílias pares, fazem na comunidade, se a comunidade é segura e oferece alguma comodidade e conforto nos seus espaços públicos ou privados a estes jovens e suas famílias, se as instituições e serviços respeitam e bem tratam estes jovens, se lhe é facultada informação e formação adequadas para que possam realizar os seus projetos de vida pessoais e profissionais. Tentamos perceber de que forma as diferentes instituições/entidades contribuem para que tal qualidade lhes seja assegurada. Assim podemos perceber o seguinte nas diferentes subcategorias.

Subcategoria D.1 - O que pensa sobre a qualidade de vida dos jovens com necessidades específicas e suas famílias, desta comunidade?

“(...) A Comunidade local tem várias respostas em termos de instituições que oferece uma boa qualidade de vida aos nossos jovens com necessidades, no entanto penso que é necessário à nossa sociedade ter maior iniciativa assim como as próprias famílias com jovens com necessidades específicas...” E2

“(...) Penso que tem uma qualidade bastante diminuída, na medida em que não é uma comunidade inclusiva, sequer com as pessoas sem deficiência...” E7

“(...) Depende das famílias do próprio jovem. Existem as que conseguem proporcionar uma vida com alguma qualidade aos seus membros, mas há outras que necessitam de fazer esforço financeiro, para assegurar tudo o que pode contribuir para o bem-estar físico e psicológico dos seus filhos...” E3

“(...) Penso que temos na nossa comunidade uma unidade de excelência CRIPS, que contribui para melhorar a qualidade de vida destes jovens capacitando-os ao nível da qualificação profissional e pessoal. Ao nível do ensino normal também existe apoio. No geral penso que a resposta é boa, podendo sempre ser melhorada, como em tudo...E1

“(...) Sim, penso que todos têm qualidade de vida...” E5

“(...) A comunidade possui um conjunto de recursos para a promoção de uma excelente qualidade de vida, no entanto a maioria dos jovens encontram-se sem hábitos e rotinas de trabalho e as famílias com baixas expectativas em relação ao futuro, existindo evidente risco de exclusão social, o que inevitavelmente interfere de forma negativa no bem-estar social...” E4

“(...) Focado em nós, é assim, todos nós queremos um ideal, é que o diagnóstico das necessidades seja o mais cedo possível. Que seja o mais cedo possível dada todas as respostas às suas necessidades e que essas respostas às necessidades não sejam só no ano letivo é que seja ao longo de todo o ano porque a criança com problemas não é só durante o ano letivo, mantém os mesmos problemas durante as férias, etc. Aquilo que nós sabemos que termina o ano letivo e terminam os apoios, e

porque não há uma estrutura fora, complementar, exatamente, exatamente é uma falha que eu oiço os pais queixarem-se, não é, porque a gente às vezes ouve isso, mas como um aparte e os pais queixam-se. Porque a criança precisa da terapia da fala, porque é que a terapia da fala interrompe no fim do ano letivo? Porque é que a terapia ocupacional para nas férias? Isso é andarmos a brincar, eu sou muito transmontana, sou muito branco/branco, preto/preto, ou seja, todas as intervenções devem ser adaptadas ao crescimento das necessidades da própria criança e ao longo da vida. Haverá uma altura em que a criança precisa de terapia da fala outras em que não precisa, percebe, não é taxativo, mas isto começa tudo mal de cima. Não há dinheiro, não pode ir de carro, etc. Acha normal uma criança de 6/7/8/10 anos uma hora para lá (Portalegre) para estar lá 10 minutos e volta novamente uma hora. Isto é andarmos a brincar todos e dizer que se faz, e não se faz nada. Isso sim é desperdício de recursos, isso sim é desperdício de recursos. Não pode ser, depois passa o momento ideal do treino. Então é o que eu digo, andamos todos a brincar. O problema não é só daqui começa logo de cima. Portanto, enquanto isto não for tudo desbloqueado e houver realmente programas sérios de intervenção, andamos todos a brincar e isso sim é um desperdício de recursos. Desbloquear os problemas que existem nas estruturas, nas estruturas que já existem principalmente a montante. Aqui têm o seu plano, mas depois de cima é só entaves, entaves, entaves e quem acaba

Aqui podemos observar que nem todos os participantes concordam entre si no que diz respeito à existência da qualidade de vida destes jovens e suas famílias. A grande maioria releva a existência de serviços e infraestruturas sociais que existem na comunidade que contribuem para a qualidade de vida e bem-estar social, tendo sido apontada a instituição CRIPS como uma instituição de excelência, assim como a instituição “escola”. No entanto, outros reconhecem que não existe qualidade de vida por inexistência de recursos financeiros das próprias famílias, ou por má gestão e articulação de recursos humanos a nível dos serviços locais ou distritais. Referiram ainda que a falta de bons hábitos de trabalho e rotinas sociais dos jovens, a baixa expectativa das famílias destes jovens em relação ao futuro são fatores que influenciam negativamente a qualidade de vida dos mesmos.

Subcategoria D.2 - Considera que os jovens e suas famílias têm recursos económicos, para participarem em atividades e eventos sociais na comunidade?

“(...) Do que tenho conhecimento, no geral as famílias têm dificuldades económicas, mas as instituições deverão ter essa atenção e organizar atividades onde também nesse aspeto a integração aconteça...” E2

“(...) Não. Apesar da Câmara Municipal e o CRIPS proporcionarem diversas atividades e eventos sociais na comunidade de forma gratuita...” E7

“(...) Muitas famílias têm dificuldades económicas e apenas conseguem proporcionar aos seus filhos, a frequência na nossa instituição, sendo esta a única atividade que têm, durante a sua vida adulta...” E3

“(...) Alguns sim outros não, outros não participam ainda por vergonha, não temos ainda uma sociedade uniforme na aceitação da diferença...” E1

“(...) Como já referi, o importante foi chegar a este patamar, porque houve um trabalho desenvolvido, de modo que temos que continuar a assegurá-lo, sendo que o mesmo contribui para a qualidade de vida das pessoas...” E5

“(...) Não...” E4

“(...) Não...” E6

A maioria dos participantes está de acordo em relação à falta de recursos económicos que estas famílias têm, porém, o participante que representa o Município considera que já se fez um percurso positivo nesse sentido e que é necessário continuar a desenvolver ações que promovam a qualidade de vida.

Subcategoria D.3 - A nível local os espaços públicos e privados, (as empresas), permitem a estes jovens e suas famílias fazer tudo o que os demais fazem?

“(...) Penso que sim, eventualmente surgirão alguns ajustes que terão de ser feitos para que os jovens sejam completamente integrados...” E2

“(...) Não há uma preocupação nesse sentido, pelo que a minha resposta terá de ser em sentido negativo. Para além das barreiras físicas, existem muitas outras barreiras que o impedem...” E7

“(...) De uma maneira geral sim, no entanto ainda é necessário fazer algumas adaptações, por exemplo melhorar as acessibilidades de alguns edifícios, e alocar técnicos para satisfazer alguns pedidos das famílias destes jovens. Alguns pais não têm com quem partilhar a guarda dos seus filhos, quando precisam de ir ao dentista, ou a uma consulta médica, fora da cidade...” E3

“(...) Posso responder pelas que conheço, essas tentam integrar e dar tarefas adequadas...E1

“(...) Sim, não tenho conhecimento de algum tipo de discriminação...” E5

“(...) Existe um baixo índice de barreiras arquitetónicas e bastante tecnologia de apoio...” E4

“(...) Não acredito, não posso falar da parte empresarial, mas não acredito. Até não tenho noção de quantos jovens portadores de deficiência estejam a cumprir alguma função, confesso que não sei...” E6

Quase todos os participantes referem que a comunidade garante a acessibilidade de todos os seus habitantes. Alguns apontam a necessidade de serem feitos algumas adaptações ou melhoramentos a nível das infraestruturas sociais, nomeadamente a colocação de meios humanos técnicos. De novo tanto a participante E7, como a E6, consideram que existem barreiras impeditivas que se situam não só a nível arquitetónico, mas também das mentalidades.

Subcategoria D.4 – A nível local considera a comunidade segura, de modo a que estes jovens e suas famílias se sintam cómodos quando saem a qualquer lugar?

“(...) Penso que sim. A nossa comunidade é em termos gerais segura...” E2

“(...) Sim, de uma forma geral, sim...” E7

“(...) Ainda vai sendo segura de dia. Nós temos jovens que se deslocam autonomamente na comunidade...” E3

“(...) Sim, no geral...” E1

“(...) Sim, a comunidade a nível de segurança é pacata e tranquila. Sabe que eu já ouvi relatos de exemplos de outras comunidades com programas orientados para a saúde, em que por vezes a pessoa está deprimida, doente, e o próprio médico de família receita/aconselha a participação e o envolvimento em atividades de cariz social ou cultural, para que não se feche mais ainda sobre si mesma. Penso que a nossa comunidade é segura também para essas pessoas e permite a participação das mesmas, nas diversas atividades da sua agenda cultural...” E5

“(...) Sim...” E4

“(...) Eu acho que sim, eu acho que aí podemos dizer que estamos bem. Poderá haver algumas barreiras arquitetónicas, mas pouco mais do que isto. É uma cidade que é para as pessoas deambularem à vontade. Barreiras relacionais há em toda a parte. Até porque a maioria das pessoas portadoras de deficiência são da terra, são conhecidas da terra, não é, e são respeitados...” E6

Os participantes reúnem consenso nesta questão pelo que consideram a comunidade segura em geral, pacata, tranquila e respeitadora das pessoas com deficiência.

Subcategoria D.5 - A nível local estes jovens e suas famílias são respeitados e bem tratados, pelos profissionais das diferentes instituições, serviços públicos ou particulares?

“(...) Nas instituições que conheço sim, são respeitados, bem tratados e até mimados, com o carinho que se deve ter com todos os seres humanos...” E2

“(...) Não sei...” E7

“(...) Sim de uma maneira geral, penso que sim, depende das problemáticas dos jovens. No entanto perante algumas problemáticas, os próprios jovens podem não se sentir respeitados...” E3

“(...) Sim...” E1

“(...) Sim. Não tenho conhecimento de algum tipo, de violência, de maus tratos de desrespeito. A comunidade por vezes até acarinha estas pessoas com alguma proteção...” E5

“(...) Sim. Existe uma rede de serviços com profissionais qualificados...” E4

“(...) Eu posso falar aqui do meu Centro de Saúde. Nós aqui fazemos RX a miúdos do CRIPS e lá arranjam artimanhas e demora, demora tempo, demora, mas lá fazemos os exames...” E6

Podemos dizer que, a maioria reconhece a existência de um atendimento acolhedor e respeitador, com o devido carinho e atenção a esta população juvenil, existindo até uma rede de serviços com profissionais qualificados. Não obstante, na opinião da participante E4, poderão existir alguns jovens que pelas suas problemáticas se possam sentir desrespeitados.

Subcategoria D.6 - Considera que a comunidade local permite a realização dos projetos de vida pessoais e profissionais destes jovens e suas famílias?

“(...) Sim, para os jovens com formação profissional. Temos casos de jovens, que se tornaram independentes e constituíram família, fixaram-se na comunidade e sentem-se realizados. Para os jovens que frequentam o CACI, ainda não, ainda há um percurso a desenvolver...” E3.

“(...) Isto depende muito do apoio que estas pessoas têm e da dedicação, mas a comunidade permite, contudo é necessário muito trabalho por parte de quem faz a integração...” E1.

(...) Considero que há um caminho percorrido nesse sentido, mas sei que existem alguns condicionalismos, nomeadamente de ordem financeira que condicionam a vontade política local, pois apenas dispomos de 2,5 milhões de euros para o investimento...” E5.

“(...) Sim; destacando-se o papel do Município como entidade empregadora de excelência...” E4.

“(...) É assim, se não permite é porque tem condicionalismos externos daquilo que já falámos, não é? Não é por má vontade própria, é interna da comunidade...”, “As empresas não terem receio em se candidatar aos apoios à contratação dos disponíveis pelo IEFP.IP.” E6.

“(...) Considero que as nossas instituições permitem a realização de projetos para a vida. Se serão os projetos pessoais de vida? Isso, já não tenho a certeza que assim seja...” E2.

“(...) Não consigo responder com conhecimento de causa, mas a sensação que tenho é que há um bom acompanhamento das instituições para o efeito, mas não da comunidade em geral...” E7.

Novamente todos os entrevistados concordam que a comunidade já oferece a possibilidade de realização pessoal à maioria dos jovens com necessidades específicas, nomeadamente o emprego e condições para uma vida independente. Reconhecem também, que ainda há algumas barreiras que devem ser desconstruídas, no sentido de se caminhar para uma verdadeira comunidade inclusiva. Alguns apontam que as barreiras são de ordem financeira, nomeadamente o Município, pois dispõe de um orçamento que considera parco no que diz respeito ao investimento. Uns consideram que para os jovens que frequentam o CACI (Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão) ainda é necessário continuar a investir socialmente, para que estes também encontrem respostas diferenciadas nos diversos setores. Outros consideram que é necessário continuar a investir tanto na capacitação dos jovens e suas famílias como nos vários setores através da sensibilização e formação. Finalmente existem os que consideram que é necessária uma mudança de mentalidades e atitudes da comunidade em geral.

3.2 Discussão dos Resultados

Neste ponto vamos fazer a discussão dos nossos resultados.

3.2.1. Discussão dos resultados das entrevistas às famílias

Categoria A, Caracterização Social das Famílias - Da análise dos resultados das entrevistas às famílias consideramos que, tal como nos diz Franco (2019), o primeiro apoio social destas famílias aconteceu no seio das próprias famílias e de uma forma informal sendo o mesmo prestado pelo conjugue ou pelos avós maternos.

Mais tarde, numa fase posterior, algumas famílias encontraram respostas às suas questões no apoio médico dos vários serviços de saúde, em serviços especializados, mas fora da comunidade obrigando a deslocações periódicas, com custos acrescidos e consequentemente levam a necessidade de a família alocar o apoio financeiro da segurança

social, em paralelo com os recursos financeiros familiares, obrigando a um ajuste contínuo das famílias.

Denota-se aqui que, ao papel de mãe, acresce uma atenção constante da mãe com o filho o que poderá contribuir para um desgaste contínuo, embora quatro mães tenham o apoio de retaguarda dos maridos e uma o apoio da avó materna. Por outro lado, e de acordo com Pereira (1996), as investigações em famílias com crianças com deficiência sugerem que famílias com maior número de filhos apresentam menos *stress* face à existência de um filho com deficiência o que neste estudo não se verifica, pois, a maioria destas famílias são consideradas nucleares.

Os resultados desta categoria mostram-nos igualmente que, apesar de estas famílias serem consideradas nucleares, apenas 4 têm uma rede de apoio social familiar que resulta da família alargada próxima, avós, irmãos e tios. Um outro facto a realçar é o denotar-se também alguma insatisfação em relação aos recursos financeiros, bem como na articulação com os horários de trabalho de algumas famílias.

Podemos considerar que estes apoios formais, institucionais ainda estão distantes das comunidades do interior pois situam-se nos grandes centros urbanos, Lisboa, Coimbra, Évora e estão presentes nestas famílias desde o nascimento dos seus filhos, até ao momento presente.

Porém, nem todas as famílias tiveram o mesmo acolhimento na comunidade local durante a primeira infância, na entrada para a creche/jardim de infância, por se tratarem de instituições particulares, o que mostra que para estas famílias nem sempre o suporte social disponível foi ao encontro das suas necessidades. Com esta evidência podemos constatar que, de acordo com a linha de pensamento de Crokenber (1981), citado por Ornelas (2008), em momentos difíceis do ciclo de vida das famílias o suporte social disponível contribui para a promoção da construção da relação criança/ mãe ou criança cuidador principal, bem como a ausência de oportunidades para o implementar, traz provavelmente consequências graves no desenvolvimento do indivíduo.

Por outro lado, podemos constatar que as pessoas dispõem de um maior ou menor valor, podendo prevalecer vantagem em algumas no que diz respeito ao acesso aos recursos, como é o caso de uma família que mudou de concelho para que o seu filho tivesse um apoio mais especializado durante a sua primeira infância. Sendo esta família nuclear, não possui apoio de retaguarda a nível familiar vivendo um período de crise, no que diz respeito à

aceitação/inclusão no seio familiar alargado, pelo que a mãe não pode manter a sua atividade profissional.

Assim, reafirmamos o que nos dizem Correia e Serrano (1998), os conceitos de apoio social e redes de apoio social permitem-nos uma maior compreensão sobre os indivíduos, as famílias e as comunidades, mais sobre o dia a dia das pessoas nas comunidades e também porque, sugerem formas alternativas de apoio, de forma a satisfazerem as necessidades das famílias. Neste sentido podemos dizer que todas as famílias deste estudo têm uma rede de suporte social que os apoia, embora nem todas com a mesma igualdade de serviços alocados na primeira infância dos seus filhos, permitindo-lhes encontrar algum equilíbrio ao longo dos seus ciclos vitais, observando-se por vezes alguns momentos de crise, alternados com momentos de tranquilidade e qualidade de vida dos seus membros.

Constatamos também e referindo Brandão e Craveirinha (2011), que tão válidos se consideram os apoios centrados nas relações intrafamiliares, quer estas sejam nucleares ou alargadas, como os resultantes das relações das famílias com o exterior, grupos de amigos, associações de pais ou os que se revestem de um carácter mais formal, institucionais apoios a nível da saúde, da educação e apoios financeiro subsídio de deficiência. As famílias valorizam os apoios recebidos.

Categoria B, Inventariar as Necessidades das Famílias - A maioria dos entrevistados considera que a nível local, a comunidade ainda não satisfaz todas as suas necessidades, nomeadamente no que diz respeito à existência de mais técnicos qualificados para o atendimento a estes jovens em idades mais avançadas para que os mesmos possam integrar e participar em mais atividades de lazer, desporto e cultura, pois quando procuram inscrever-se na natação, dança ou hidroginástica, não lhes é permitida a frequência alegando que não têm “professores”/ técnicos especializados.

Consideram também que faltam recursos físicos e humanos e outros serviços que ofereçam a guarda e acompanhamento dos seus filhos, sempre que as famílias necessitarem. Segundo Brandão e Craveirinha (2011), considerando a classificação de suporte social em três categorias distintas, suporte emocional, suporte instrumental e informacional, podemos dizer que a nível do suporte emocional algumas famílias referem a sua necessidade para melhorarem a qualidade relacional a nível familiar e a nível pessoal.

Reclamam ainda a necessidade de mais suporte instrumental a nível da oferta de vários serviços de saúde, serviços de promoção da autonomia pessoal e acompanhamento dos jovens e por último mais informação e capacitação das próprias famílias, bem como das diferentes instituições e serviços da comunidade para que se melhore a equidade e seja assegurado o direito à participação, contribuindo este para a sua qualidade de vida familiar e consequentemente, a dos jovens com necessidades específicas.

Já no que diz respeito ao suporte informacional, parece-nos que as famílias se consideram bem informadas, ainda que essa informação seja obtida fora da comunidade.

Categoria C, Comunidade Inclusiva - As famílias consideram que é necessário investir na educação dos mais jovens e das gerações futuras, como alicerce da construção de uma comunidade inclusiva. Nota-se a valorização da escola com a missão da educação para os valores de uma escola inclusiva, acreditando que esta tem responsabilidade pública para a promoção da inclusão social, ao assegurar a acessibilidade de todos e todas, a todos os serviços e bens, que a mesma oferece respostas adequadas e diferenciadas garantindo a participação plena nos diferentes contextos educativos de todos os alunos, sejam quais forem as suas características, onde toda a criança é respeitada e encorajada a aprender até ao limite das suas capacidades, Correia (2001).

Observa-se que as famílias concordam com a atual regulamentação legislativa dos princípios orientadores da educação/escola inclusiva (DGE, 2022), no entanto reclamam mais apoios especializados de forma a responderem aos desafios contemporâneos, nomeadamente nos últimos anos de escolaridade onde se prepara a transição para o mundo exterior à escola.

As famílias concordam que já há um percurso iniciado no que diz respeito à construção de uma cidadania ativa e democrática, de uma comunidade educativa pró-ativa em que a cada jovem, enquanto cidadão, são assegurados o direito de pertença a um grupo e a promoção de um ensino de qualidade.

Categoria D, Qualidade de Vida - Os participantes identificam também a necessidade de mais investimento das diferentes entidades, instituições, e serviços, com respostas diferenciadas a nível de recursos técnicos humanos como promotores da inclusão comunitária no sentido de assegurar qualidade de vida aos jovens e suas famílias. Reclamam o direito à participação gratuita nas diferentes atividades desportivas, de lazer, de cuidados

de saúde, de atividades de capacitação da autonomia pessoal, com vista à promoção social. Este facto remete-nos para o que no diz Colôa (2014), quando refere a promoção de atitudes positivas dos decisores institucionais e empregadores perante a deficiência, como agentes facilitadores da inclusão/integração em meio social dos jovens com deficiência, considerando que é necessário a disponibilização de profissionais qualificados, assistentes pessoais, tutores, consultores familiares ou individuais, para assegurar uma transição para a vida adulta, na entrada do mundo social próximo.

Neste sentido e tendo por base o relatório da Agência Europeia para as Necessidades Especiais e a Educação Inclusiva (2018), as famílias participantes identificam as três áreas, educação, emprego e vida na comunidade como promotoras da inclusão social. Indo ao encontro também do que nos diz Santos *et al*, (2022), que apesar da atual legislação, Decreto-lei n.º 54/2018, já incorporar conceitos e princípios da QDV, há que considerá-los ao nível do financiamento e certificação da qualidade dos apoios oferecidos, bem como dos resultados obtidos.

Apontam também a necessidade de uma desburocratização das diversas instituições/organismos, bem como uma efetiva articulação entre os diversos serviços públicos/privados da comunidade tendo em vista uma maior e melhor resposta às suas necessidades, como forma de promoção da sua qualidade de vida, pelo que pensamos estar na linha de pensamento com Santos *et al*, (2021), que nos referem o modelo de qualidade de vida, (QDV) onde os apoios devem ser enriquecidos em contexto educativo, sendo a sua palavra chave “capacitação” em oposição à palavra “limitação”, pelo que aos alunos com necessidades educativas abrangidos pelas medidas seletivas e adicionais devem ser alocados os apoios que cada um necessita, para uma efetiva capacitação, nas diferentes áreas.

3.2.2. Discussão dos resultados das entrevistas aos representantes das entidades

No que diz respeito aos resultados das entrevistas aos representantes das entidades E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, podemos constatar o seguinte:

Categoria B - Apoios prestados aos jovens com necessidades específicas à saída da escolaridade obrigatória e suas famílias.

As entidades têm consciência coletiva de que as famílias procuram formação específica para os seus filhos, a nível de competências pessoais e sociais com qualificação

profissional, para poderem ser incluídos em programas de emprego ou em programas ocupacionais onde se sintam realizados e gratificados economicamente. Sabem também que existem poucos recursos que asseguram a alternância de guarda, contribuindo para o equilíbrio e bem-estar das famílias.

Os participantes pensam que as políticas nacionais para a inclusão das pessoas com deficiência a nível concetual estão bem, são boas. Porém, reconhecem alguns constrangimentos na sua aplicação e estes relacionam-se não só com as questões financeiras, mas com questões de ordem de atribuição de competências, jurídicas, institucionais, legais e inclusive um aligeirar os aspetos burocráticos e também a falta de recursos humanos.

Pensamos que se evidencia a existência de uma rede de apoios na comunidade com algumas respostas diferenciadas a nível da promoção da capacitação pessoal/social, formação profissional, sensibilização ao setor empresarial, admissão em estágios profissionais, criação de postos de trabalho, mas que ainda não satisfazem todas as necessidades das famílias, nomeadamente a disponibilização de assistentes pessoais, tutores, consultores familiares ou outro técnicos especializados para a promoção da autonomia pessoal e ocupação de tempos livres em atividades ocupacionais ou de lazer e cultura nas diferentes estruturas que existem na comunidade.

Pensamos que podemos concordar com Rodrigues (2019), ao denotarmos a existência de múltiplos contextos inclusivos que se entrelaçam e coabitam num relacionamento positivo entre si, dando espaço à disseminação, influência e interação entre as diferentes estruturas sociais da comunidade local, numa lógica de rede.

Categoria C - Comunidade Inclusiva

As entidades participantes, consideram a diferença/deficiência com respeito e naturalidade. Afirmam que a mesma não deve ser encarada como um fator de exclusão social, mas sim com respeito e com dignidade. Enquanto líderes das instituições que representam no contexto comunitário específico, parece-nos que respeitam os direitos humanos, bem como os direitos das pessoas com deficiência.

Parece-nos revelar-se uma consciência coletiva de reconhecimento e de valorização de todos os cidadãos, independentemente da sua condição biopsicossocial.

Registamos também que a Instituição CRIPS, o Instituto de Emprego e Formação Profissional I.P., bem como a Câmara Municipal, a ACIPS, através das suas redes de parcerias, contribuem para a garantia da igualdade de oportunidades a todos os cidadãos.

Uma vez que a maior parte dos participantes colabora na promoção da inclusão social destes jovens, através da oferta dos seus serviços, parece denotar-se articulação entre si, com estratégias de formação e capacitação dos jovens, com criação de ofertas de emprego, bem como na realização de atividades de sensibilização à população empresarial, contribuindo para, em grupo, rumarem em direção da promoção e inclusão dos jovens com necessidades específicas e suas famílias.

Deste modo, pensamos poder considerar que, no que respeita à conceção de inclusão enquanto valor e ideal humanista, a adesão desta comunidade, na perspetiva dos participantes, à promoção de uma sociedade inclusiva é indiscutível pois observamos denotar-se estes ideais em todos os participantes, através das ações diretas que desenvolvem na comunidade.

Porém parece-nos que as entidades apelam a uma maior participação das famílias e jovens, nas várias ofertas disponíveis, considerando que nem todas as famílias pedem os apoios necessários à inclusão destes jovens, sugerindo alguma necessidade de se fazerem representar não individualmente, mas organizados em grupo, através de uma associação de pais ou clube.

Neste sentido podemos observar o que nos diz Vala e Monteiro (2000), na teoria das relações, que nesta comunidade estão subjacentes as relações sociais, que são diversos os benefícios decorrentes destas relações que se criam entre si com impacto nos outros. Contudo estes participantes afirmam que lhes estão subjacentes constrangimentos de natureza humana e financeira para responderem melhor às necessidades específicas destes jovens e suas famílias, nomeadamente a autarquia, que refere a falta de incentivos e atrativos laborais para a fixação de pessoas, pois como se sabe nas comunidades do interior há um crescente caminho de desertificação e de envelhecimento populacional.

Pensamos que podemos estar, de acordo com Rodrigues (2019), no que respeita à caracterização desta comunidade como uma estrutura complexa, onde o número de incertezas morais, políticas e organizacionais afetam as relações sociais em todos os domínios de qualquer comunidade.

Categoria D - Qualidade de vida

Nesta categoria os participantes assumem opiniões contraditórias, uma vez que nem todos consideram que a maioria dos jovens com deficiência e suas famílias tenha um padrão de qualidade de vida adequado às suas necessidades, pois identificam o fator económico, a nível dos rendimentos familiares baixo, como impeditivo à participação em atividades extra CRIPS, ou de cariz lúdico e desportivo, pelo que consideram este facto condicionante negativo ao seu bem-estar.

Na perspetiva de outros participantes, nomeadamente o Presidente da Câmara e o Presidente do Clube Desportivo, perante a oferta diversificada de atividades que existe na área desportiva e sociocultural da comunidade, bem como a nível dos apoios socioeconómicos de ação social do Município, de exclusão e de luta contra a pobreza e das respostas das diversas infraestruturas, consideram que a maior parte dos jovens com necessidades específicas e suas famílias têm uma boa qualidade de vida.

Já a coordenadora do Centro de Saúde e Presidente do CRIPS e a ACIPS referem que a nível local ainda é necessário investir mais no setor da saúde, como também na criação de mais serviços, mais respostas sociais direcionadas a estas famílias, pois ainda existem lacunas a nível de oferta de instituições, programas ocupacionais e de respostas adequadas na saúde.

Denota-se que as entidades participantes reconhecem e valorizam a existência dos suportes sociais na comunidade como promotores da qualidade de vida, pelo que consideramos que, tal como nos diz Guadalupe (2016), a manutenção da qualidade de vida não depende da idade da pessoa com deficiência, desde o diagnóstico e acompanhamento em criança, jovem e adulto, mas sim da condição da pessoa com deficiência e dos apoios/suportes sociais quer a nível dos microssistemas familiares, quer a nível do exossistema das estruturas comunitárias que estão organizadas politicamente (saúde, educação, emprego..), quer a nível do macrossistema dos ideais sociais, da construção da memória coletiva, valores culturais, filosofia e padrões económicos e de proteção social que esta pode ter.

Conclusões e Implicações

Tentámos verificar se, apesar dos vários pontos de vista dos participantes, as mesmas opiniões e os mesmos conceitos, são confirmadas entre si e de que forma estas se relacionam com os pressupostos teóricos.

Considerando que esta investigação qualitativa do tipo indutivo, assente na metodologia fenomenológica, se assume descritiva na caracterização do contexto onde a população alvo (participantes) está inserida, bem como na descrição/caraterização das instituições/serviços desta comunidade e na apresentação dos resultados, pensamos ter cumprido os objetivos propostos.

Encontrámos resposta à questão problemática, mas ficou por estudar a perspetiva destes jovens, enquanto utilizadores. Reconhecemos que para tal necessitaríamos de mais tempo, e de um outro enquadramento teórico, o que no momento não foi possível conciliar.

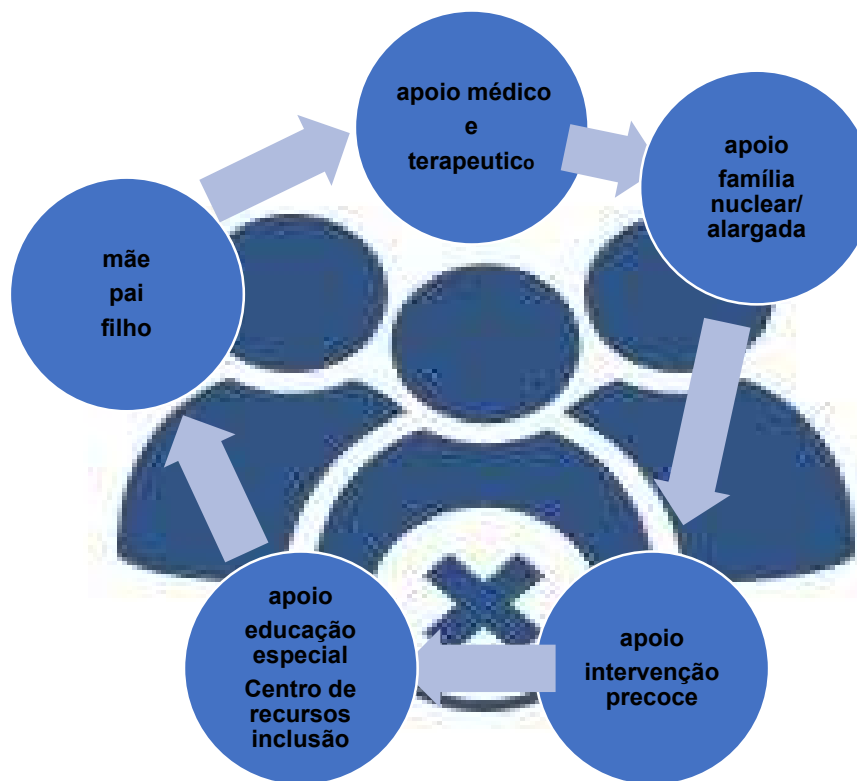
Tendo presente a problemática deste estudo podemos concluir:

Existe sim, uma rede de apoios sociais na comunidade que promove a inclusão da maioria dos jovens com necessidades específicas à saída da escolaridade obrigatória, no entanto:

- 1- As famílias que colaboraram neste estudo consideram-se elos fracos do sistema social na comunidade face à distância dos grandes centros, com recursos especializados para melhor atendimento aos seus filhos, recolha de informação e formação de competências parentais, nomeadamente a nível da saúde, logo na primeira infância, pelo que recorreram e ainda recorrem, ao apoio externo da comunidade. Não obstante, reconhecem que foram fundamentais os apoios a nível da Equipa de Intervenção Local Precoce, também o apoio encontrado nas instituições/serviços particulares, na creche/jardim de infância e o apoio de educação especial na escola.

Apresentamos a seguir um ecomapa ilustrativo dos apoios às famílias existentes na comunidade.

Figura 1 – Apoios às famílias no início seu ciclo vital.

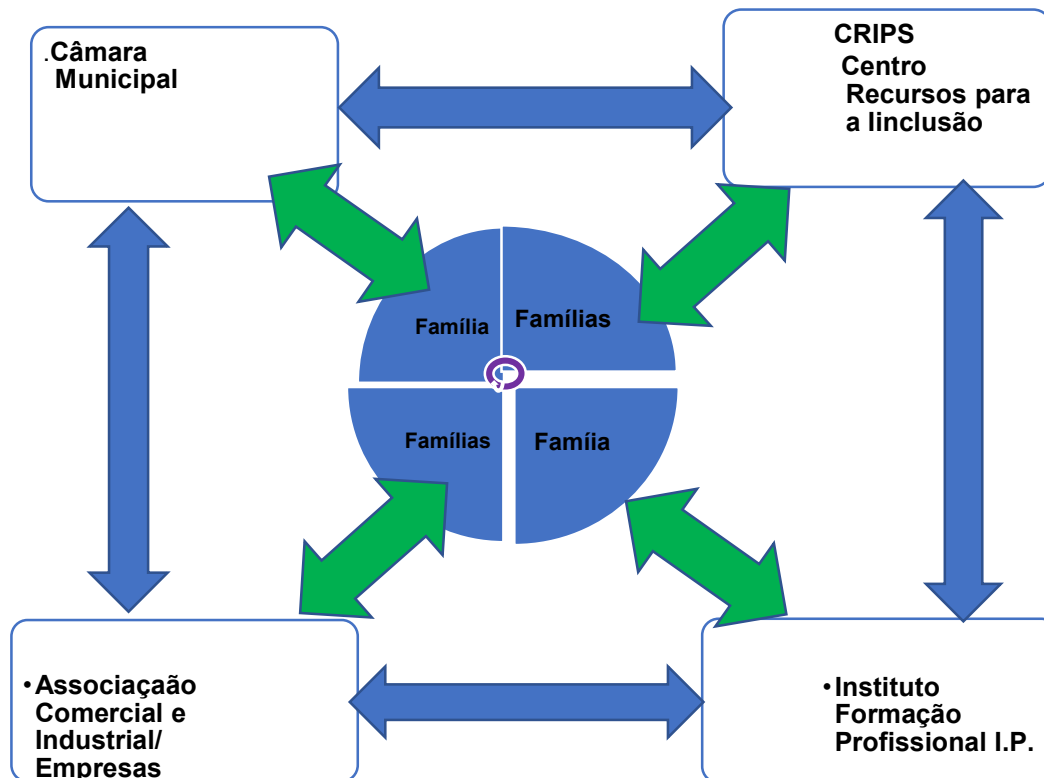


Nota: *Elaboração própria.*

2 - Consideramos que, embora as famílias apontem uma fraca rede de apoio social, nomeadamente nas ofertas de formação e ocupação dos jovens com necessidades específicas, reconhecemos que na comunidade em estudo, existe uma rede de serviços prestados ao apoio aos jovens/pessoas com deficiência à saída da escolaridade obrigatória, centrada em quatro entidades com parcerias entre si e os demais setores da sociedade, nomeadamente o empresarial.

Conforme podemos ilustrar neste esquema:

Figura 2: Rede de apoios sociais existentes na comunidade.



Nota: Elaboração própria

3 - Houve progressos a nível das mentalidades e da sensibilização das entidades para a promoção da inclusão das pessoas com deficiência no entanto, todos os participantes consideram que será proveitoso mais investimento na educação/sensibilização das crianças desde o jardim de infância até ao termo da “escola”, com vista a uma maior formação/educação pessoal e coletiva, a nível dos valores de uma escola inclusiva, assegurando a equidade, a igualdade, a justiça, a sustentabilidade e a qualidade social, das gerações futuras.

4 - As famílias responsabilizam o poder local para a criação de mais infraestruturas sociais direcionadas á formação, capacitação e ocupação dos jovens e pessoas com deficiência.

5 - As entidades estão conscientes da necessidade da existência de mais respostas, de mais sensibilização/desmitificação e formação nas empresas e serviços locais, como promotora de capacitação e criação de mais emprego ou de locais de ocupação destes jovens.

6 - As entidades afirmam que não dispõem de meios físicos, humanos, financeiros, jurídicos e legais, necessários para responderem mais adequadamente a este grupo populacional, no entanto disponibilizam as suas ofertas locais a todos os habitantes, incluindo os jovens com necessidades específicas e suas famílias.

7- Valorizamos o investimento feito, a nível da oferta da instituição CRIPS, com todas as suas parcerias em rede, que reconhecemos como uma mais valia para a comunidade local.

8 - Reconhecemos o fraco investimento a nível dos serviços de saúde públicos, na área das consultas de especialidade, consultas de desenvolvimento, psicologia, saúde mental, psicoterapia, neuro pediatria e outras, por forma a atender às necessidades das famílias, logo nos primeiros meses de vida, para um atendimento mais atempado e sistemático, facilitando a capacitação e gestão das dinâmicas familiares e respetivos recursos financeiros.

9 - Apontamos a necessidade de mais técnicos especializados nos diversos setores da sociedade, (educação, saúde, segurança social, lazer, desporto, ...) que possam apoiar e acompanhar os jovens com necessidades específicas e as suas famílias, assegurando a capacitação dos mesmos para a transição para a Vida Adulta, com vista a elevar os seus níveis de qualidade de vida.

10 - Ambicionamos mais recursos financeiros a nível familiar para que estas possam usufruir de mais atividades de lazer (férias em família, descanso do cuidador, programas ou colónias de férias, para os jovens) e culturais, contribuindo para o seu bem-estar e melhor qualidade de vida.

11 - Ambicionamos maior capacitação de todos os membros da família, através dos diversos organismos e seus apoios, com intervenção focada a nível dos pais, que lhes permita contribuir para uma maximização das suas competências parentais, como contributo para o equilíbrio na dinâmica familiar e individual dos membros que a constituem, com vista á promoção do desenvolvimento dos seus filhos. Sugerimos a frequência de ações de “escola de pais”, ou associação Pais em Rede.

Fazemos estas sugestões, em prol de uma maior qualidade de vida das famílias e por uma questão de justiça e equidade, pois estas merecem apoios específicos suficientes que lhes permitam enfrentar os seus desafios familiares, como todas as outras famílias. Desta forma, tal com nos dizem Moreira, Macedo e Dias (2013), reconhecemos a importância da formação parental, para a promoção do sucesso educativo e desenvolvimento global dos seus filhos.

Consideramos a necessidade de implementação de medidas e intervenções específicas a nível dos decisores locais, que promovam as competências emocionais, e a qualidade de vida destas famílias através de maior dinamismo das escolas de pais, ou de um maior e melhor atendimento a nível da saúde física e psíquica. Essa capacitação poderá ser feita através da criação/constituição de grupo de pais, já existentes, ou a criar, com dinâmicas de associativismo e respetiva representação social na comunidade, promovendo encontros formais ou informais, com objetivos de autoformação, capacitação emocional e socio-afetiva das famílias.

Para terminar, identificamos os pontos fortes e os pontos fracos quer a nível das famílias, quer a nível das entidades/instituições na comunidade num quadro resumo:

Figura 3 – Quadro resumo

Famílias na comunidade local		Entidades na comunidade local	
Pontos Fortes +	Pontos Fracos -	Pontos Fortes +	Pontos Fracos -
As famílias são resilientes perante a adversidade das suas vivências, ao longo dos seus ciclos de vida.	Recursos financeiros a nível familiar para usufruir de mais atividades de lazer e culturais, contribuindo para o seu bem-estar e melhor qualidade de vida.	As entidades reconhecem a escola como o maior bem da comunidade, na educação das crianças e jovens, assegurando os princípios da construção de uma sociedade inclusiva.	Necessidade de mais sensibilização, formação e capacitação empresarial, para a inclusão no mercado de trabalho.
As famílias são colaborantes nas suas dinâmicas, disponibilizam ao máximo, os seus recursos para atenderem ao desenvolvimento do projeto de vida dos seus filhos com necessidades especiais.	Organização das famílias e sua representação nos diferentes organismos sociais. Apontam a necessidade de mais técnicos especializados nos diversos setores da	A comunidade evoluiu no constructo da inclusão social a nível de uma consciência coletiva. A Câmara Municipal, para além dos inúmeros projetos de promoção da inclusão	Necessidade de mais serviços especializados nos diversos setores sociais. Necessidade de mais ofertas de ocupação, a nível dos jovens com necessidades especiais com menos capacitação.

<p>As famílias são os cuidadores de excelência dos seus filhos e compreendem as suas dificuldades pessoais.</p> <p>As famílias valorizam os progressos dos seus filhos.</p> <p>As famílias reconhecem a escola como o maior bem da comunidade, na educação dos mais novos, assegurando os princípios da construção de uma sociedade inclusiva.</p>	<p>sociedade, (educação, saúde, segurança social, lazer, desporto, ...) que saibam apoiar e acompanhar os jovens com necessidades específicas, assegurando a capacitação dos mesmos para a transição para a Vida Adulta, com mais qualidade.</p> <p>Apontam a necessidade de mais recursos físicos e humanos de formação e ocupação dos seus filhos.</p>	<p>social, é a maior entidade empregadora de jovens com necessidades específicas, sendo por isso uma entidade de excelência na promoção de igualdade de oportunidades destes jovens.</p> <p>A instituição CRIPS, é a resposta institucional de excelência, para a capacitação e formação profissional dos jovens com necessidades específicas e suas famílias, através da criação de parcerias em rede, nomeadamente com o I.F.P. I. P.</p> <p>As entidades estão conscientes da necessidade de mais respostas, no setor saúde, empresarial e serviços gerais.</p> <p>Apontam uma maior e melhor sensibilização e formação interna na comunidade, como promotora de capacitação coletiva, contribuindo para elevar a qualificação dos serviços já existentes.</p>	<p>Mais envolvimento e investimento dos decisores políticos nacionais e locais para implementação da estratégia nacional da pessoa com deficiência.</p> <p>Tornar mais atrativa a fixação de pessoas e empresas investindo na desertificação da comunidade.</p> <p>As entidades afirmam que não dispõem de meios físicos, humanos, financeiros, jurídicos e legais, necessários para responderem mais adequadamente a este grupo populacional.</p>
--	--	---	--

Nota: Elaboração própria

Finalizando este estudo, concluímos que: embora o quadro jurídico português tenha alargado o âmbito da educação inclusiva a todos os alunos, pensamos que o conceito de educação inclusiva vai muito para além de um conjunto de normas legais orientadoras, que ainda muitos agentes educativos entendem com a inclusão dos alunos com NEE.

Salientamos que para maior sucesso da escola inclusiva, será proveitoso a implementação de um assumir de trabalho colaborativo associado à flexibilidade curricular, considerando o equilíbrio entre conteúdos académicos e funcionalidade, dado que ambos se complementam e são relevantes na certificação e qualificação para a vida adulta. Estudos recentes, Santos et al (2022), mostram que os resultados nacionais apontam para menores índices de QdV, por parte das pessoas com DID a nível do macrossistema, apesar da atual legislação incorporar conceitos e princípios da QdV, há que considerá-los ao nível do financiamento e certificação.

O modelo QdV deve ser equacionado em contexto educativo, sendo a sua palavra chave” capacitar” em contraste com” limitação” alocando os apoios que cada um necessita, para atingir os seus objetivos.

Na comunidade, embora haja uma rede de suportes sociais que valorizamos, será benéfico um alargamento de mais recursos humanos qualificados, nos diversos suportes. Este alargamento por certo contribuirá para que se assegurem os direitos destes jovens, onde as práticas de trabalho colaborativo entre todos os intervenientes se aperfeiçoem e proporcionem mais oportunidades de planeamentos centrados nos jovens, com objetivos desejáveis a moldar envolvimentos inclusivos, para um maior empoderamento, maior empregabilidade e ocupação futura dos mesmos, visando uma maior qualidade de vida. Não menos importante, sugere-se um maior investimento de todos os parceiros na formação interna dos diversos agentes, para uma maior capacitação pessoal e profissional. A título de exemplo construímos um folheto informativo, que poderia ser distribuído às famílias e aos membros da comunidade de modo a uma maior compreensão desta problemática (anexo F).

Consideramos que contribuímos para a construção de uma comunidade inclusiva/colaborativa, mais equitativa e construtiva, pois assumimos o nosso papel de professores de educação especial como mentores de alunos, porque gostamos de ensinar e de aprender, (dar e receber) para que em conjunto cresçamos em todas as dimensões de “Ser” Pessoas, acreditando que desta forma ajudamos a fazer a diferença na comunidade.

Referências

- Agência Europeia para as Necessidades Especiais e a Educação Inclusiva (2006). Victoria Soriano (Edt). *Planos Individuais de Transição, Apoiar a Transição da Escola para o Emprego*. https://www.european-agency.org/sites/default/files/individual-transition-plans_itp_pt.pdf
- Agência Europeia para as Necessidades Especiais e a Educação Inclusiva (2018). *Evidências da relação entre educação inclusiva e inclusão social: Relatório Síntese Final*. (S. Symeonidou, ed.). Odense, Dinamarca. https://www.european-agency.org/sites/default/files/evidence_final_summary_pt.pdf
- Agência Europeia para as Necessidades Especiais e a Educação Inclusiva (2021). *Princípios-Chave – Apoio ao desenvolvimento e à implementação de políticas para a educação inclusiva*. (Donnelly, V. J. & Watkins, A. ed.). Odense, Dinamarca. https://www.european-agency.org/sites/default/files/Key Principles 2021_PT.pdf
- Brandão, T. & Craveirinha, F. (2011). Redes de Apoio Social em Famílias Multiculturais, acompanhadas no âmbito da Intervenção Precoce: Um estudo exploratório. *Análise Psicológica*, 2011, 1 (xxix) pp.27-45.
- Colôa, J. (2014). Transição para a vida pós-escolar: Necessita-se Livre Trânsito. Paper presented at the VI Seminário Educação Inclusiva. <https://pt.slideshare.net/jcoloa/transio-pra-a-vida-ps-escolar-autor-joaquim-cola>
- Colôa, J. (2015). Vida Pós-Escolar: O Desafio À Cidadania. I Encontro de Docentes de Educação Especial de Castelo Branco, 2015.
- Comité Português para a UNICEF, Edição revista (2019). *Convenção sobre os Direitos da Criança e Protocolos Facultativos*, Depósito Legal nº 462471/19 https://www.unicef.pt/media/2766/unicef_convencao_dos_direitos_da_crianca.pdf
- Conselho Nacional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (2021). *Recomendação o futuro do Ensino Profissional, (2021) “Perspetivar o futuro do Ensino Profissional”* adotada pelo Conselho Nacional de Educação em 15 de dezembro de 2021.

- Correia, L. & Serrano, A. (1988). *Envolvimento Parental em Intervenção Precoce – Das práticas centradas na criança às práticas centradas na família*. Porto Editora.
- Correia, M. (2001). *Educação inclusiva ou Educação Apropriada?* In Coleção Educação Especial. Coordenada por David Rodrigues. pp 122-140, Porto Editora, Lda.
- Correia, R. A., & Seabra-Santos, M. J. (2019). Qualidade de vida familiar na Deficiência Intelectual: Revisão Sistemática de Estudos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 34. <https://periodicos.unb.br/index.php/revistapt/article/view/23044>
- Diário da República, 1.º Série, N.º 129, 6 de julho de 2018. Decreto-lei n.º 54/ 2018 e Decreto-Lei n.º 55/2018.
- Diário da República, 1ª. Série, N.º 169, 31 de agosto de 2021. Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência.
- Diário da República, 1ª. Série, N.º 169, 31 de agosto de 2021. Resolução do Conselho de Ministros.
- Dias, M. O. (2011). Um olhar sobre a Família na perspetiva Sistémica. O Processo de comunicação no Sistema Familiar. *Gestão e Desenvolvimento* 19, pp.139-156. Viseu. Universidade Católica Portuguesa <http://z3950.cbr.ucp.pt/BibliotecaGestaoDesenv/GD19gestaodesenvolvimento p.139.pdf>.
- DGE, Direção Geral de Educação (2017). Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória. Projeto Autonomia e Flexibilidade. www.dge.mec.pt
- DGE, Direção Geral de Educação (2018). Para Uma Educação Inclusiva Manual de Apoio à Prática. ISBN 978-972-742-418-4
- DGE, Direção Geral de Educação (2022). Projeto Future of Education and Skills - OCDE, 2030. <https://www.dge.mec.pt/noticias/ocde-educacao-2030-workshop-what-are-student-agency-and-co-agency>
- Despacho n.º 6605-A/2021, de 6 de julho <https://www.dge.mec.pt/perfil-dos-alunos>

- European Agency for Special Needs and Inclusive Education, (2018). Evidências da Relação entre Educação Inclusiva e Inclusão Social. ISBN: 978-87-7110-766-1 (ed. eletrónica).
- Fagulha, T., Duarte, M. E., & Miranda, M. J. (2000). A “qualidade de vida”: Uma nova dimensão psicológica? *Psychologica*, 25, 5-17
- Franco. V. (2019). Desenvolvimento, Resiliência e Necessidades das Famílias com Crianças Deficientes. *Revista Ciência Psicológica*, n.º 8, 25, 81.
- Giné C. et al. (2019). Escala de Calidad de Vida Familiar con hijos/as menores de 18 años con discapacidad intelectual y/o en el desarrollo. Versión revisada 2019. CdVF-ER (18). Madrid: Plena inclusión.
- Gronita, J. (2008). *O anúncio da deficiência da criança e suas implicações familiares e psicológicas*. Lisboa: Instituto Nacional para a Reabilitação, 2008. ISBN 978-989-8051-09-7. pp107-126
- Guadalupe, S. (2016). *Intervenção em rede, Serviço Social, Sistémica e Redes de Suporte Social*. Imprensa Da Universidade de Coimbra, 2ª. Edição.
- INR (2019). Guia Prático: Os Direitos das Pessoas com Deficiência em Portugal. <https://www.inr.pt/documents/11309/215135/Guia+Pr%C3%A1tico+Os+Direitos+das+Pessoas+com+Defici%C3%A7%C3%A3o+em+Portugal/1658c169-18d9-4f9e-b40e-fd02b176f556>
- INR (2021). Estratégia Nacional para a Inclusão de Pessoas com Deficiência. <https://www.inr.pt/documents/11309/284924/ENIPD.pdf>
- INR (2023). Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. [nr.pt/documents/11309/44742/Convenção+sobre+os+Direitos+da+Pessoas+com+Deficiência/7601dc72-a4a6-4631-b9a2-b37b11fe571e](https://www.inr.pt/documents/11309/44742/Convenção+sobre+os+Direitos+da+Pessoas+com+Deficiência/7601dc72-a4a6-4631-b9a2-b37b11fe571e)
- Kyriazopoulou, M. & Weber, H. (editores) 2009. Desenvolvimento de um conjunto de indicadores para a educação inclusiva na Europa, Odense, Denmark: European Agency for Development in Special Needs Education. [european-agency.org/sites/default/files/development-of-a-set-of-indicators-for-inclusive-education-in-europe_indicators-PT.pdf](https://www.european-agency.org/sites/default/files/development-of-a-set-of-indicators-for-inclusive-education-in-europe_indicators-PT.pdf)

Lei n.º 116/2019, Diário da República n.º 176, 1.ª série, de 13 de setembro de 2019

Lessard, H, Michelle, et. al. (1994). *Investigação Qualitativa. Fundamentos e Práticas*, Editora Piaget.

Mendes, M. (2010). *Transição para a Vida Adulta dos Jovens com Deficiência Mental: Respostas educativas e organizações das escolas do 2.º e 3.º ciclo*. (Dissertação de Mestrado em Educação Especial), Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti, Porto.

Miles M.B. & Huberman A.M. (1984). *Qualitative Data Analysis: A Sourcebook of New Methods*. Newbury Park, CA: Sage.

Minayo & Costa, (2018). Fundamentos Teóricos de Técnicas de Investigação Qualitativa. *Revista Lusófona de Educação*,40, pp. 139-153.

Moreira, J. M., & Canaipa, R. (2007). A Escala de Provisões Sociais: Desenvolvimento e validação da versão portuguesa da “Social Provisions Scale”. *Revista Ibero-Americana de Diagnostico y Evaluacion Psicologica*, 24(2), 23-58.

Município de Ponte de Sor (2017). *Plano de Ação Local Cidade Amiga das Crianças. Capacitar as Crianças e os Jovens para os desafios do Sec. XXI*.

OCDE (2019). *Future of Education and Skills*. https://www.oecd.org/education/2030-project/teaching-and-learning/learning/learning-compass-2030/OECD_Learning_Compass_2030_Concept_Note_Series.pdf

Ornelas, J. (2008). Suporte Social. In J. Ornelas. *Psicologia Comunitária*. Fim de Século, pp 185-213.

Pais-Ribeiro, (2021). Suporte Social. I. Leal & J. Pais-Ribeiro. *Manual de Psicologia da Saúde*. Factor, pp 357-361

Pereira, M.L. (2000). (Org). *Transição Para a Vida Ativa*. In *A Inovação em Educação Especial*. Seção de Educação Especial da Sociedade Portuguesa de Ciências de Educação. pp 105-123.

- Pereira & Serrano, (2010). Intervenção Precoce em Portugal: Evidências e Consequências. *Inclusão*, N.º 10, pp 101-120.
- Pinto I., Macedo C., & Dias P, (2013). Qualidade De Vida De Famílias Com Necessidades Especiais, *Revista Iberoamericana de Educación*. N.º 63, pp. 181-198 (1022-6508) - OEI/CAEU.
- Portaria n.º 194/2021, Diário da República, 1.ª série N.º 182, 17 de setembro de 2021. pp. 14-38.
- Portaria n.º 223-A/2018, Diário da República, 1.ª série, N.º 149, 3 de agosto de 2018.
- Portaria n.º 226-A/2018, Diário da República n.º 151/2018, 1º Suplemento, Série I de 2018-08-07.
- Quivy, R. & Van Campenhoudt, L. (1992). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Gradiva.
- Resende, R. (2016). Técnica de Investigação Qualitativa: ETCI. *Journal of Sport Pedagogy & Research*, 2016, 2-1, pp 50-57.
- Rodrigues, D. (2001). *Educação e Diferença Valores e práticas para uma educação inclusiva*. Coleção Educação Especial, Porto Editora, Lda.
- Rodrigues, D. (2006). (org.), *Inclusão e Educação: doze olhares sobre a Educação Inclusiva*. Summus Editorial.
- Rodrigues, D. (2006). Dez ideias (mal) feitas sobre a Educação Inclusiva. *Educação Inclusiva*. Vol.10, n.º 1, p. 1.
- Rodrigues, D. (Org.). (2011). *Inclusão e Educação: doze olhares sobre a Educação Inclusiva*, Summus Editorial.
- Rodrigues, D. (2018). Ensaio Sobre Educação Inclusiva (ensaiando para estrear a peça...). *Pró-Inclusão*, ISBN 978-989-97306-2-5.
- Rodrigues, D. (2019). Fundamentalismo, Complexidade e Inclusão. *Educação Inclusiva* Vol.10, n.º 1, pp.8,12.

- Ruas, J. (2021). *Manual de Metodologias de Investigação (como fazer propostas de investigação, monografias dissertações e teses)*. Escolar Editora, ISBN 978-989-670-153-6.
- Santos, S. (Coord.) (2020). *Diversidade e Educação Inclusiva: Instrumentos validados*. (Coleção Forças de Mudança em Educação). Lisboa: Instituto de Educação, Universidade de Lisboa [ebook]. Cap.3
- Serra, A., Canavarro, C. Simões, M. & al. (2006), Estudos Psicométricos do Instrumento Avaliação da Qualidade de Vida da Organização Mundial de Saúde (WHOQOL-Bret) para Português de Portugal. *Psiquiatria Clínica*, 27, (1), pp. 41-49.
- UNESCO (2017). Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. <https://unescoportugal.mne.gov.pt/pt/noticias/unesco-e-a-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel>
- Vala, G. & Monteiro. M.B. (2000). *Psicologia Social. Orientações metodológicas na Psicologia social*. Edições da Fundação Calouste Gulbenkian ISBN-31-0845-3. pp 61-124.
- Verdugo, M. (2000) Calidad de Vida en las Familias con Hijos con Discapacidad Intelectual, Instituto Universitario de Integración en la Comunidad Facultad de Psicología, Universidad de Salamanca. <http://ardilladigital.com/DOCUMENTOS/CALIDAD%20DE%20VIDA/CALIDAD%20DE%20VIDA%20Y%20BUENA%20PRACTICA/Calidad%20de%20vida%20en%20las%20familias%20con%20hijos%20con%20discapacidad%20intelectual%20-%20Verdugo%20-%20articulo.pdf>

Anexos

Anexo A - Guião de Entrevista às Famílias

A presente Entrevista insere-se num projeto de investigação desenvolvido no âmbito do Mestrado em Educação Especial Da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, do Instituto Politécnico de Portalegre, e tem como principal objetivo fazer um levantamento a nível da cidade de uma comunidade local do Alto Alentejo, no Distrito de Portalegre, das respostas sociais existentes, para os jovens com necessidades específicas, à saída da escolaridade obrigatória.

Estas entrevistas são dirigidas a encarregados de educação/pais de jovens com necessidades específicas, de forma a analisar o contributo das mesmas, para a inclusão na comunidade, de jovens com Necessidades Específicas.

As informações destas entrevistas serão salvaguardadas pelo anonimato e carecem da declaração de consentimento das mesmas.

No contexto atual das sociedades modernas, vivemos em constante transformação a vários níveis, o que se reflete no quotidiano de todos os cidadãos. Caminhamos no sentido de buscarmos um entendimento consensual acerca de várias questões relacionadas com o conceito de Inclusão/integração, deficiência, associadas aos jovens com necessidades específicas que vivem na nossa comunidade, quando terminam a escolaridade obrigatória.

Agradecemos a colaboração e a disponibilidade de todos ao dar o seu contributo na participação das entrevistas solicitadas, para uma reflexão conjunta, acreditando que juntos podemos esclarecer algumas dúvidas e encontrar novos caminhos a percorrer, sobre algumas questões que se apresentam.

Dados Demográficos da Família

Objetivo: Caraterização social familiar)

A.1. Informação sobre os participantes. (Participantes A, B, C, D, E,)

Por favor escreva a resposta que se adequa ao seu caso.

1.	Grau de parentesco que tem com a pessoa com necessidades específicas.
2.	O seu agregado familiar é constituído por quantos membros?
3.	Qual a sua idade?
4.	Habilitação académica?
5.	Qual a sua profissão?
6.	Na sua família quem é o cuidador principal da pessoa com necessidades específicas?

A 2. Informação sobre a pessoa com necessidades específicas.

Por favor escreva a resposta que se adequa ao seu caso.

1.	Caracterize a problemática do seu familiar com necessidades específicas?
2.	Qual a idade do seu familiar?
3.	Qual o sexo do seu familiar?
4.	Qual a percentagem de incapacidade do seu familiar?
5.	Qual o nível de autonomia do seu familiar?
6.	Atualmente quais os serviços que são prestados ao seu familiar?

A.3. Informação da situação familiar atual no que diz respeito aos recursos físicos e materiais.

1.	Habita em casa própria e esta está adaptada às necessidades da sua família?
2.	Os rendimentos económicos são os suficientes para fazer face a todas as necessidades básicas?
3.	Os rendimentos da sua família permitem que o seu familiar com necessidades específicas usufrua de atividades sociais, extrafamiliares.?
4.	Os recursos disponíveis permitem-lhes usufruir de momentos de lazer, férias ou eventos culturais/divertimentos em família?
5.	Quando estão em situação de ausência de saúde, a quem recorrem para assegurar as necessidades básicas da sua família?
6.	Os horários de trabalho dos membros familiares estão ajustados às necessidades das vossas famílias?

Categoria B - Inventariar as necessidades das famílias.

Objetivo: Compreender as necessidades das famílias dos jovens com necessidades específicas à saída da escolaridade obrigatória.

1.	A nível local encontram respostas adequadas às necessidades das vossas famílias?
2.	Quando precisam de recolher informação onde se dirigem?
3.	Atualmente que apoio ou ajuda gostariam de ter?
4.	Em caso de necessidade de ajuda a quem recorrem ou onde se dirigem?
5.	Consideram que os vossos filhos são bem-sucedidos ou acolhidos na comunidade?
6.	O que ambicionam para as vossas famílias atualmente?

Categoria C - Conceção de Comunidade inclusiva

Objetivo: Perceção geral do grupo relativamente a resposta comunitária à problemática da deficiência.

1.	O que é para vós “ser diferente”?
2.	O que é a inclusão?
3.	O que pensam sobre uma comunidade inclusiva?
4.	A nível local pensam que a comunidade é em geral inclusiva?
5.	Consideram as respostas existentes na comunidade local, adequadas aos jovens com necessidades específicas, após a saída da escolaridade obrigatória?
6.	O que gostariam que viesse a acontecer na comunidade local?

Categoria D - Qualidade de Vida.

Objetivo: perceber as perspetivas das famílias no que diz respeito à sua qualidade de vida.

1.	A nível local a minha família pode fazer tudo o que as demais famílias fazem?
2.	A nível local a minha família sente-se segura e cómoda quando sai a qualquer lugar?
3.	A nível local a minha família é bem tratada pelos profissionais das diferentes instituições, serviços públicos ou particulares?
4.	O meu familiar com necessidades específicas, respeita os outros, quando sai à rua?
5.	A minha família valoriza as mudanças necessárias ao familiar com necessidades específicas, ao longo do tempo?
6.	Num futuro próximo, (daqui a 10 anos) o que perspetivam para os jovens com necessidades específicas a nível local.

Muito obrigada pela Vossa colaboração.

Anexo B - Entrevista aos representantes das entidades

Dados Demográficos do Participante Entidades

Objetivo: Caracterização social

A.1. Informação sobre os participantes. (Participantes: 1,2,3,4,5,6,7)

1.	Qual é o seu cargo?
2.	Há quanto tempo desempenha o seu cargo?
3.	Qual ou quais são as suas funções?
4.	Habilitação académica?
5.	Qual a sua idade?
6.	Sexo?

Inventariar as respostas dadas na comunidade.

Objetivo: Compreender os apoios prestados aos jovens com necessidades específicas à saída da escolaridade obrigatória e suas famílias.

1.	Atualmente que apoio ou ajuda presta a estes jovens e suas famílias?
2.	A nível local, o que lhe pedem os jovens com necessidades específicas ou as suas famílias, à saída da escolaridade obrigatória.
3.	A sua colaboração reveste-se a nível de informação ou de alguma ação prática.
4.	Tem conhecimento da Estratégia Nacional para a Inclusão da pessoa com Deficiência?
5.	Considera que os apoios existentes a nível local a estes jovens, são suficientes para serem bem-sucedidos, (incluídos) na comunidade?
6.	Num futuro próximo, (daqui a 10 anos) com base nos apoios/respostas prestados, o que perspectiva para os jovens com necessidades específicas a nível local.

Conceção de Comunidade inclusiva

Objetivo: Perceção geral do participante relativamente à problemática da deficiência dos jovens à saída da escolaridade obrigatória, e a resposta comunitária existente.

1.	O que é para si “ser diferente”?
2.	O que é a inclusão?
3.	O que é uma comunidade inclusiva?
4.	A nível local pensa que a comunidade é em geral inclusiva?
5.	O que é necessário fazer/ acontecer nesta comunidade, para se tornar inclusiva?
6.	A nível local a comunidade está desperta para incluir os jovens com necessidades específicas, nas diversas áreas?

Qualidade de Vida.

Objetivo: Contribuir para a qualidade de vida dos jovens com necessidades específicas, à saída da escolaridade obrigatória e suas famílias.

1.	O que pensa sobre a qualidade de vida dos jovens com necessidades específicas e suas famílias, desta comunidade.
2.	Considera que os jovens e suas famílias têm recursos económicos, para participarem em atividades e eventos sociais na comunidade.
3.	A nível local os espaços públicos e privados, as empresas, permitem a estes jovens e suas famílias fazer tudo o que os demais fazem?
4.	A nível local considera a comunidade segura, de modo a que estes jovens e suas famílias se sintam cómodos quando saem a qualquer lugar?
5.	A nível local estes jovens e suas famílias são respeitados e bem tratados, pelos profissionais das diferentes instituições, serviços públicos ou particulares?
6.	Considera que a comunidade local permite a realização dos projetos de vida pessoais e profissionais destes jovens e suas famílias.

Agradeço a sua disponibilidade e participação.

Muito Obrigado

Inês Espadinha

Anexo C - Declaração de Consentimento Informado

NOTA: A Declaração de Consentimento Informado a redigir, deve ser específica, verdadeira e esclarecedora do Estudo/Projeto de Investigação, devendo ser acrescentados dados considerados pertinentes ou eliminados os não aplicáveis. Compete ao Investigador(es) prestar aos Participantes do Estudo/Projeto as informações necessárias ao Consentimento livre e esclarecido. Sugere-se que seja anexo à Declaração de Consentimento Informado um folheto informativo e esclarecedor sobre o Estudo/Projeto para facultar aos Participantes.

AO PARTICIPANTE / REPRESENTANTE:

Por favor, leia com atenção todo o conteúdo deste documento.

Não hesite em solicitar mais informações se não estiver completamente esclarecido.

Caro Senhor(a)

No âmbito de Mestrado em Educação Especial Domínio Cognitivo Motor, Da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, do Instituto Politécnico de Portalegre, na unidade curricular Seminário, a investigadora Inês Maria Torres Espadinha pretende(m) realizar um Estudo/projeto de investigação com o tema “**Necessidades Específicas: Respostas Sociais Comunitárias à Saída da Escolaridade Obrigatória**”. cujo objetivo principal é fazer um estudo (levantamento) das respostas sociais existente na comunidade/cidade local, que contribuem para a inclusão dos jovens com necessidades específicas, ao terminarem a sua escolaridade obrigatória.

Este estudo visa a recolha nível local, de informação útil, com a possibilidade de estar disponível aos jovens com necessidades específicas e seus encarregados de educação.

A evolução dos conhecimentos científicos, nos mais diversos domínios, tem sido possível graças ao contributo da investigação, por isso reveste-se de elevada importância a sua colaboração através da sua participação, a qual agradecemos caso a mesma venha a acontecer.

Asseguramos que neste estudo/projeto serão mantidos o anonimato e a confidencialidade dos dados, pois os investigadores consagram como obrigação e dever o sigilo.

Declaração de participante:

- Declaro ter compreendido os objetivos, riscos e benefícios do estudo, explicados pelo investigador que assina este documento;
- Declaro ter-me sido dada oportunidade de fazer todas as perguntas sobre o assunto e para todas elas ter obtido resposta esclarecedora;
- Declaro ter-me sido assegurado que toda a informação obtida neste estudo será estritamente confidencial e que a minha identidade nunca será revelada.
- Declaro ter-me sido garantido que posso desistir de participar a qualquer momento;

Assim, depois de devidamente informado (a) e esclarecido(a) **autorizo a minha participação** neste estudo/projeto:

(localidade e data)

Nome:

Assinatura do Participante/ Representante (riscar o que não interessa)

BI/ CD n.º, data/ validade

Declaro que prestei a **informação adequada** e me certifiquei que a mesma foi **entendida**, ficando o **participante informado e esclarecido**:

Nome do investigador:

Inês Maria Torres Espadinha

Assinatura

Anexo D - Análise das Entrevistas às famílias

Parte I

Categoria A: Dados Demográficos da Família

(Objetivo: Caracterização social familiar)

Subcategoria A.1. Informação sobre os participantes. (Participantes A, B, C, D, E,)

Por favor diga ou escreva a resposta que se adequa ao seu caso.

1.	Qual o grau de parentesco que tem com a pessoa com necessidades específicas.	<i>Todos os participantes são: mães de pessoas jovens com necessidades específicas.</i>
2.	O seu agregado familiar é constituído por quantos membros?	<i>2 Participantes com três membros. (A, B e D) 2 Participantes com quatro membros. (C e E)</i>
3.	Qual a sua idade?	<i>As idades variam entre os 39 anos e os 64.</i>
4.	Habilitação académica?	<i>1 com 9.º ano de escolaridade. (D) 2 com 12.º ano de escolaridade. (C e E) 2 com Licenciatura. (A e B)</i>
5.	Qual a sua profissão?	<i>2 Assistentes Operacionais (D e E) 1 Professora Aposentada (A) 1 Formadora (B) 1 cabeleireira (atualmente sem atividade). (C)</i>
6.	Na sua família quem é o cuidador principal da pessoa com necessidades específicas?	<i>Todos os participantes são os cuidadores principais.</i>

Subcategoria A.2. Informação sobre a pessoa (Jovem) com necessidades específicas.

Por favor diga ou escreva a resposta que se adequa ao seu caso.

1.	Caracterize a problemática do seu familiar com necessidades específicas?	<i>E- Espinha Bífida</i> <i>C - Autismo</i> <i>D - Síndrome Dawn</i> <i>A - Deficiência Mental</i> <i>B - Síndrome de william</i>
2.	Qual a idade do seu familiar?	<i>E -15 anos</i> <i>D -16 anos</i> <i>C -17 anos</i> <i>B -18 anos</i> <i>A - 32 anos</i>
3.	Qual o sexo do seu familiar?	<i>3 do sexo feminino (A, D, E)</i> <i>2 do sexo masculino (B, C)</i>
4.	Qual a percentagem de incapacidade do seu familiar?	<i>1 não está determinada</i> <i>4 entre 70% a 85%.</i>
5.	Qual o nível de autonomia do seu familiar?	<i>2 - médio-baixo. (A, B, D)</i> <i>3 – Baixo. (C e E)</i>
6.	Atualmente quais os serviços de apoio que são prestados ao seu familiar?	<i>4 Serviços de Apoio de Educação Especial na escola. (B, D, C, E)</i> <i>1 Terapia da fala particular. (D)</i> <i>1 Terapia da fala e Apoio psicológico do CRI. (A)</i> <i>5 Serviços médicos e de saúde, consultas de especialidade.</i> <i>4 poio da Segurança Social, subsídio por deficiência. (A, C, D, E)</i>

Subcategoria A. 3. Informação da situação familiar atual no que diz respeito aos recursos físicos e materiais.

Questões diretas. Por favor diga ou escreva a resposta que mais se adequa à sua situação.

1.	Habita em casa própria e esta está adaptada às necessidades da sua família?	Todos os participantes responderam: <i>sim</i> . Dois, <i>referiram também que têm vindo a adaptar em função da idade dos filhos.</i> (C e E)
2.	Os rendimentos económicos são os suficientes para fazer face a todas as necessidades básicas?	Todos os participantes responderam: <i>Sim</i> 3 (C, D e E) <i>referiram também que não têm luxos.</i>
3.	Os rendimentos da sua família permitem que o seu familiar com necessidades específicas usufrua de atividades sociais, extrafamiliares.?	(A) <i>sim</i> (B, C, D, E) <i>não</i>
4.	Os recursos disponíveis permitem-lhes usufruir de momentos de lazer, férias ou eventos culturais/divertimentos em família?	1 <i>Apenas cinco dias de praia.</i> (A) 2 <i>Não</i> (C, E) 2 <i>Às vezes, (se for na localidade onde habitamos).</i> (B, D)
5.	Quando estão em situação de ausência de saúde, a quem recorrem para assegurar as necessidades básicas das vossas famílias?	<i>Ao marido,</i> (C) <i>Aos avós,</i> (E) <i>À filha mais velha, irmã,</i> (D) <i>Ao tio,</i> (B) <i>À Madrinha,</i> (A)
6.	Os horários de trabalho dos membros familiares estão ajustados às necessidades das vossas famílias?	3 <i>sim,</i> (A, D, E) 1 <i>não,</i> (C) 1 <i>sim, provisoriamente,</i> (B)

Parte II

Categoria B - Inventariar as necessidades das famílias.

Objetivo: Compreender as necessidades das famílias dos jovens com necessidades específicas à saída da escolaridade obrigatória.

1.	A nível local encontram respostas adequadas às necessidades das vossas famílias?	<p>Três participantes (A, B, D) responderam <i>que encontraram algumas respostas na comunidade a nível de frequência na creche, apoio da Intervenção precoce, apoio no Jardim de Infância e escola.</i></p> <p>Duas participantes referiram que <i>nos primeiros anos de vida, não encontraram respostas, sendo que um participante teve dificuldade de aceitação/integração na creche, uma vez que era uma instituição particular, e outra família, teve de mudar de concelho, para receber apoio na escola, teve de procurar informação na Internet “Associação Vencer Autismo”. (C e E)</i></p>
2.	Quando precisam de recolher informação onde se dirigem?	<p><i>Aos médicos especialistas, de Lisboa e Coimbra. (C)</i></p> <p><i>Na escola, aos professores titulares e de educação especial. (B; D)</i></p> <p><i>Aos médicos de família. (E)</i></p> <p><i>Centro de saúde. (A)</i></p> <p><i>Segurança Social na sede de Distrito</i> <i>Colegas de trabalho e amigos. (E)</i></p>
3.	Atualmente que apoio ou ajuda gostariam de ter?	<p><i>Apoio psicológico à família. (B)</i></p> <p><i>Apoio de mais técnicos na escola e no meio exterior para poderem participar noutras atividades (natação, dança, hidroginástica, música, artes decorativas, conhecimento do meio exterior, etc.) (A, D)</i></p> <p><i>Apoio financeiro (C)</i></p> <p><i>Apoio da Segurança Social (E)</i></p>
4.	Em caso de necessidade de ajuda a quem recorrem ou onde se dirigem?	<p><i>Ao marido (C)</i></p> <p><i>À família próxima (avós paternos). (E)</i></p> <p><i>Irmã, Avós, Tios e madrinha. (D, A, B)</i></p>

5.	Consideram que os vossos filhos são bem-sucedidos ou acolhidos na comunidade?	<p>3 participantes (A, C, E) responderam: <i>Não</i></p> <p>1 participante respondeu: <i>Sim</i> (B)</p> <p>1 participante respondeu: <i>tem vindo a melhorar.</i> (D)</p>
6.	O que ambicionam para as vossas famílias atualmente?	<p>1 participante respondeu: <i>voltar a trabalhar, mais atividades para o meu filho de modo a não ter tardes livres.</i> (C)</p> <p>1 participante respondeu: <i>que o meu marido trabalhe onde residimos.</i> (E)</p> <p>3 participantes (A, B e D) responderam: <i>Mais espaços complementares com atividades e horários mais flexíveis, noutros contextos, que proporcionem a autonomia dos filhos inclusive férias da família, para o jovem descansar da família e vice-versa</i></p>

Categoria C - Conceção de Comunidade inclusiva

Objetivo: Perceção geral do grupo relativamente a resposta comunitária à problemática da deficiência.

1.	O que é “ser diferente”?	Os 5 participantes responderam: <i>que todos somos diferentes física e mentalmente, somos seres únicos, há um padrão para medir essa diferença “padrão da normalidade” e essa diferença é agravada quando somos dependentes de terceiros a vários níveis.</i>
2.	O que é a inclusão?	<p>(A) participante respondeu: <i>é uma utopia que pode deixar de o ser, se a educação dos valores sociais tomar esse rumo.</i></p> <p>3 participantes responderam: <i>o respeito pelo outro e atenção às suas diferenças são a base para a inclusão</i> (C, D, E)</p> <p>(B) participante respondeu que <i>é preciso pensar fora do quadrado e aceitar a diferença de cada um, para haver inclusão.</i></p>
3.	O que pensam sobre uma comunidade inclusiva?	participantes (A, C, D, E) responderam: <i>é uma comunidade em que todas as pessoas que nela estão, sentem que são parte dela, sentem que a diferença é real, que existe, que a respeitam e aceitam. É um bem, pois a sociedade sem estas diferenças seria ainda</i>

		<p><i>mais egoísta, onde cada um se sente mais fechado em si e cria barreiras fechando o acesso aos outros.</i></p> <p><i>Participante (B) respondeu: é em primeiro lugar uma aventura de consciência coletiva e de cada um, na procura de uma realização pessoal, sem ser uma corrida atrás do sucesso, económico ou de outro género.</i></p>
4.	A nível local consideram a comunidade inclusiva?	<p><i>Participantes (C, D, E) responderam: que a nível de integração social já se nota uma evolução a nível local, pois já se vê nas ruas algumas diferenças na sinalética, nos equipamentos e espaços públicos, mas ainda é necessário evoluir a nível da mentalidade social e das estruturas de poder local e das instituições.</i></p> <p><i>Participantes (A, B) responderam: houve um avanço a nível geral, mas atualmente as pessoas ainda estão mais centradas em si, mais fechadas.</i></p>
5.	Consideram as respostas existentes na comunidade local, adequadas aos jovens com necessidades específicas, após a saída da escolaridade obrigatória?	<p><i>Participantes (A, B, D) responderam: que existem algumas respostas a nível local adequadas, mas a maioria centra-se a nível do CRIPS. Faltam mais espaços onde os jovens possam estar em atividade, públicos ou privados. Ainda é necessário evoluir a nível da mentalidade social e das estruturas de poder local e das instituições.</i></p> <p><i>Participantes (C, E) responderam também: que houve um avanço a nível geral nas mentalidades, mas as pessoas ainda não têm muita prática para receberem estes jovens, é preciso mais formação e informação.</i></p>
6.	O que gostariam que viesse a acontecer na comunidade local?	<p><i>Os 5 participantes responderam: O Município local deve criar e dar mais respostas. Deve também envolver outros parceiros e outras instituições de modo a que estas permitam a presença e a participação destes jovens em atividades diárias. Deve permitir entradas livres destes jovens em atividades de desporto e lazer. A nível geral as instituições devem desburocratizar e desbloquear as dificuldades, como por exemplo criar quadros de técnicos, para poderem acompanhar estes jovens em contexto das suas atividades nas instituições.</i></p>

Categoria D - Qualidade de Vida.

Objetivo: Inferir as perspetivas das famílias no que diz respeito á sua qualidade de vida.

1.	A nível local a minha família pode fazer tudo o que as demais famílias fazem?	3 participantes reponderam: <i>Não</i> (A, C, B) 2 participantes responderam: <i>Sim</i> (D, E)
2.	A nível local a minha família sente-se segura e cómoda quando sai a qualquer lugar?	3 participantes responderam: <i>Sim</i> (B, D, E) 1 participante respondeu: <i>Não</i> (C) 1 participante respondeu: <i>Nem sempre</i> (A)
3.	A nível local a minha família é bem tratada pelos profissionais das diferentes instituições, serviços públicos ou particulares?	4 participantes responderam: <i>Sim</i> (A, B, D, E) 1 participante respondeu: <i>Não</i> (C)
4.	O meu familiar com necessidades específicas, respeita os outros, quando sai à rua?	4 participantes responderam: <i>Sim</i> (A, B, D, E) 1 participante respondeu: <i>Não, o seu comportamento nem sempre é compreendido e aceite pelos outros e isso perturba-o.</i> (C)
5.	A minha família valoriza as mudanças necessárias ao familiar com necessidades específicas, ao longo do tempo?	As 5 participantes responderam: <i>Sim. Através de manifestações de afetos, de palavras de aprovação, de algumas ofertas de bens materiais.</i>
6.	Num futuro próximo, (daqui a 10 anos) o que perspetivam para os jovens com necessidades específicas a nível local.	1 participante respondeu: <i>Não prevejo nada para melhor, estou cética à mudança de atitude das entidades.</i> (A) 4 participantes responderam: <i>Preveem maior autonomia pessoal e relacional dos jovens, a possibilidade de terem uma ocupação ou emprego, a tempo parcial ou inteiro.</i> (B, D, C, E)

Anexo E Análise das Entrevistas aos Representantes das Entidades

Categoria A: Dados Demográficos do Participante

(Objetivo: Caracterização social)

Subcategoria A.1. Informação sobre os participantes. (Participantes: E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7)

1.	Qual é o seu cargo?	5 participantes são presidentes das entidades que representam (E2, E3, E5, E6 e E7). 1 Participante é o coordenador dos cursos de formação/capacitação do I. F. P. I. P. (E4) 1 Participante é secretária de direção, pelo que sempre que indigitada, representa a direção da ACIPS, (E1).
2.	Há quanto tempo desempenha o seu cargo?	Todos os participantes têm experiência dos cargos que exercem.
3.	Qual ou quais são as suas funções?	As funções são maioritariamente de representação, coordenação e gestão das diferentes instituições e associações.
4.	Habilitação académica?	Todos os participantes têm o grau académico de licenciatura, em diferentes áreas desde Gestão <i>Marketing</i> E2, Direito E1, Psicomotricidade E3, Psicologia Clínica E4, Engenharia Química E5., Medicina e Cirurgia E6, Direito/advocacia E7.
5.	Qual a sua idade?	A média de idades dos participantes é 48 anos.
6.	Sexo?	E1, E3, E4, E6 e E7, são do sexo Feminino. E2 e E5, são do sexo masculino.

Categoria B - Inventariar as respostas dadas na comunidade.

Objetivo: Compreender os apoios prestados aos jovens com necessidades específicas à saída da escolaridade obrigatória e suas famílias.

1.	Atualmente que apoio ou ajuda presta a estes jovens e suas famílias?	E1, Colabora com o CRIPS, na inclusão/integração dos jovens com necessidades específicas no mercado de trabalho, ou em estágios profissionais. E2, Apoia no seguimento escolar e na aquisição de equipamentos. E3, Apoia na formação profissional, é Centro de Atividades e Capacitação à Inclusão.
----	--	---

		<p>E4, Apoia as pessoas com deficiência e incapacidade inscritas no Serviço de Emprego e Formação Profissional da comunidade com idade ativa, após a escolaridade obrigatória.</p> <p>E5, Apoia os projetos educativos, apoia na Componente À Família, Atividades Extracurriculares, Férias Ativas, Apoio Técnico da Equipa Multidisciplinar (terapias e psicologia), Luta Contra a Pobreza e Ação/Inclusão Social, apoia projetos equilibrados de Associativismo de respostas culturais e desportivas.</p> <p>E6, Apoia toda a comunidade de acordo com as suas funções públicas ao nível da saúde.</p> <p>E7, O apoio é pontual e só quando solicitado por alguma família.</p>
2.	<p>A nível local, o que lhe pedem os jovens com necessidades específicas ou as suas famílias, à saída da escolaridade obrigatória.</p>	<p>E1 Colaboração na integração no mercado de trabalho.</p> <p>E2 Os jovens e as suas famílias não solicitam apoio.</p> <p>E3 Apoio para cursos de formação e qualificação profissional e apoio para a frequência no Centro de Atividades de Capacitação para a Inclusão, com objetivo de não só guarda destes jovens, mas também assegurar a alternância de cuidadores com a família.</p> <p>E4 Apoio no processo de transição para a vida ativa.</p> <p>E5 Apoio para emprego aberto, bolsas de estudo para prosseguimento de estudos, apoio na adaptação de acessibilidade, apoio aquisição de equipamentos mais específicos, apoio nos transportes, somos solicitados das mais variadas formas.</p> <p>E6 Apoio para encontrar alguma ocupação e apoio nas consultas de apoio á família.</p> <p>E7- Não tem conhecimento de algum pedido de apoio.</p>

3.	A sua colaboração reveste-se a nível de informação ou de alguma ação prática.	<p>E1 Informação às empresas.</p> <p>E2 Informação prática e apoio nas diversas modalidades desportivas.</p> <p>E3 Informação e apoio na capacitação e reabilitação físico-motora.</p> <p>E4 Informação e apoio psicológico.</p> <p>E5 Apoio prático nas diversas ajudas que presta às família, como já referimos anteriormente.</p> <p>E6 Não há um apoio específico, mas informamos e prestamos serviços a estes jovens e suas famílias no âmbito das nossas funções de médicos de família.</p> <p>E7 Quando solicitado prestamos apoio, mas até ao momento não houve nenhuma solicitação nesse sentido.</p>
4.	Tem conhecimento da Estratégia Nacional para a Inclusão da pessoa com Deficiência?	<p>E1 e E2, Sim</p> <p>E3 Sim, através dos parceiros, da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, as políticas são boas e estamos a tentar que sejam feitas ações de sensibilização à comunidade.</p> <p>E4 Sim, estamos em atualização permanente, enquanto instituição devidamente certificada pela Direção Geral do Emprego e das Relações do Trabalho.</p> <p>E5 Sim, no entanto há um caminho a percorrer no sentido do mesmo ser implementado.</p> <p>E6 Tenho reticências...essas políticas são bonitas no papel, mas depois ficam sempre a faltar recursos.</p> <p>E7 Não</p>
5.	Considera que os apoios existentes a nível local a estes jovens, são suficientes para serem bem-sucedidos, (incluídos) na comunidade?	<p>E1 Considero que seria necessário um aumento de recursos, o CRIPS já não consegue dar resposta suficiente.</p> <p>E2 Os apoios nunca são suficientes, mas julgo que temos ferramentas que ajudam esse trabalho.</p>

		<p>E3 Fazemos tudo o que nos é possível e já temos muitos jovens incluídos nas empresas, mas ainda falta incluir os jovens que estão em CACI.</p> <p>E4 Sim apresentamos uma taxa de certificação de 72, 41% e uma taxa de integração profissional de 90%.</p> <p>E5 Não são muitos os instrumentos que existem para dar respostas, mas fazemos a ponte entre as diferentes instituições.</p> <p>E6 Não, de todo, mas alguma coisa irá ser feita, não é?</p> <p>E7 Desconheço.</p>
6.	<p>Num futuro próximo, (daqui a 10 anos) com base nos apoios/respostas prestados, o que perspectiva para os jovens com necessidades específicas a nível local.</p>	<p>E1 Espero uma melhor adaptação e integração destes jovens e mais abertura das empresas, para a contratação destes jovens.</p> <p>E2 TODOS termos de ser muito mais abertos e ativos na procura, na ajuda e nas respostas a estes jovens.</p> <p>E3 Tentamos que estes jovens sejam o mais possível bem-sucedidos.</p> <p>E4 Uma maior percentagem na integração da pessoa com deficiência e incapacidade em emprego.</p> <p>E5 Ambiciono uma melhoria, mas faltam-nos as pessoas, a perda de habitantes tem vindo a aumentar, e os que cá estão, cada vez estão mais envelhecidos. Faltam-nos condições de fixação que atraiam novos habitantes, com novas qualificações e outras iniciativas. Também é importante aumentar os cuidados de saúde locais.</p> <p>E6 Não estou a ver a nível da inclusão grandes melhorias, faltam-nos pessoas jovens com outras ideias, a população está envelhecida e lutamos contra a desertificação.</p> <p>E7 Não tenho opinião sobre o assunto...</p>

Categoria C - Conceção de Comunidade inclusiva

Objetivo: Perceção geral do participante relativamente à problemática da deficiência dos jovens à saída da escolaridade obrigatória, e a resposta comunitária existente.

1.	O que é para si “ser diferente”?	<p>E1 Considero as pessoas todas iguais, alguns têm limitações, mas isso todos temos de uma forma ou de outra.</p> <p>E2 Ser diferente não é ser anormal e ser igual não é o normal. Tudo depende daquilo com que nos comparamos. Normal é ser diferente e simultaneamente igual...</p> <p>E3 Aqui o ser diferente é o normal. Aqui nós trabalhamos para que cada um seja respeitado como é, que cada um possa participar em todas as atividades que a instituição promove ou participa. Trabalhamos para que todos sejam incluídos, mas também a comunidade tem de os aceitar.</p> <p>E4 É tratar-se da melhor resposta de intervenção para as pessoas com deficiência e incapacidade com dificuldade de acesso, manutenção e progressão no emprego.</p> <p>E5 Não lhe sei responder...somos todos diferentes, mas por vezes não sabemos lidar bem com a diferença e não aplicamos bem esses valores e essa riqueza da diferença, da melhor forma...</p> <p>E6 É fugir ao padrão dominante da normalização ou estatisticamente predominante.</p> <p>E7 É ter algum tipo de incapacidade, limitação a nível cognitivo ou motor...</p>
2.	O que é a inclusão?	<p>E1 Ajudar aqueles que têm dificuldades a ter as mesmas oportunidades.</p> <p>E2 É tratar todos como iguais. Ter as condições necessárias para desenvolver a vida de acordo com os padrões da sociedade.</p> <p>E3 É trabalhar em prol do bem-estar, lazer, a saúde de todos, para que cada uma possa viver o mais feliz possível. É continuar a lutar para que estes jovens se sintam realizados.</p>

		<p>E4 É disponibilizar informação, é fazer avaliação e orientação para a qualificação e o emprego, traçar um plano de transição para a vida ativa, exequível co construído com o próprio(a).</p> <p>E5 ... por vezes é aplicada de uma forma exagerada e podemos tratar este assunto sem discriminar. Na nossa comunidade tentamos conviver com todos de uma forma saudável, tentamos integrar todos inclusive estrangeiros e refugiados...</p> <p>E6 É estarmos todos com as mesmas oportunidades, os mesmos e com as mesmas obrigações...</p> <p>E7 É agir, através de políticas e decisões, de forma a que todos os deficientes possam ver diminuídas as suas dificuldades, perante o normativo existente...</p>
3.	O que é uma comunidade inclusiva?	<p>E1 Aquela que não faz distinções e olha para todos de forma igual, apoiando os que têm dificuldades...</p> <p>E2 É uma comunidade onde todas as entidades, instituições, organizações, ou seja, pessoas, vivem em sociedade, com oportunidades e condições para TODOS.</p> <p>E3 É uma comunidade que consegue olhar para estes jovens, da forma como eles são, eles têm necessidades específicas e por isso a comunidade tem de se adaptar, precisa de se adaptar para receber estes jovens, dando-lhe respostas efetivas às suas necessidades, para que eles se sintam incluídos, acolhidos.</p> <p>E4 É prestar informações e trabalhar em rede na comunidade, de modo a promover a igualdade de oportunidades.</p> <p>E5 É aquela que permite a todos os que dela fazem parte se sintam bem consigo, e que oferece garantias de vida sustentável.</p> <p>E6 É exatamente uma comunidade onde todos estes direitos, são assumidos por toda a população</p> <p>E7 É uma comunidade consciente que de que as pessoas lidam de maneiras diferentes perante situações iguais, e que age adaptando-se perante essas diferenças e realidades.</p>

4.	A nível local pensa que a comunidade é em geral inclusiva?	<p>E1 Sim temos evoluído nesse sentido.</p> <p>E2 Penso que ainda temos um longo caminho a percorrer.</p> <p>E3 Sim penso que seja não só pelo conhecimento dos jovens que temos em CACI, isso vê-se pelo modo como são conhecidos e acolhidos, como também pela inclusão dos jovens com formação profissional, que são recebidos nas empresas.</p> <p>E4 Sim as entidades empregadoras têm aderido às medidas ativas de emprego.</p> <p>E5 Sim o município tem dado o exemplo ao desconstruirmos obstáculos e construirmos pontes para a sua inserção local através da realização de contratos de trabalho, ou permitindo a sua participação nos programas de emprego aberto, formação profissional, admitindo-os nos diversos setores. Atualmente temos cerca de 30 colaboradores com algum tipo de incapacidade.</p> <p>E6 A comunidade está muito diferente do que estava à 30 anos atrás, nitidamente, mas ainda falta algum caminho a percorrer.</p> <p>E7 Não.</p>
5.	O que é necessário fazer/ acontecer nesta comunidade, para se tornar inclusiva?	<p>E1 Devemos informar e desmistificar.</p> <p>E2 Será necessário TODOS pensarmos diferente.</p> <p>E3 É preciso continuar a dar ações de formação e de sensibilização, nos diversos setores, para divulgação dos apoios que podem ter e das suas capacidades de trabalho prático, porque estes jovens evoluem como qualquer outro trabalhador.</p> <p>E4 As empresas não devem ter receio de se candidatar aos apoios à contratação dos disponíveis, pelo I.E. F. P. I. P.</p> <p>E5 Pode fazer-se mais para se implementar a estratégia nacional de inclusão, começando logo na educação destes jovens e de todos no geral. É importante melhorar e fazer novas redes de articulação com a Segurança</p>

		<p>Social, para se desenvolver o Plano Estratégico Nacional de Inclusão.</p> <p>E6 A rede de estruturas é precária, pelo que é necessário melhorar ...</p> <p>E7 Muita coisa, mas não consigo enumerar...</p>
6.	<p>A nível local a comunidade está desperta para incluir os jovens com necessidades específicas, nas diversas áreas?</p>	<p>E1 Em parte sim, estamos a fazer esse caminho.</p> <p>E2 Salvo algumas exceções a comunidade na generalidade ainda não está desperta para essa inclusão.</p> <p>E3A nível empresarial já há bastante abertura, para acolherem os jovens com Necessidades Específicas, mas nos diferentes serviços ainda há um percurso a desenvolver de sensibilização e informação, para o acolhimento destes jovens.</p> <p>E4 Sim, o maior empregador é o Município local.</p> <p>E5 Sim, as diferentes instituições e empresas estão recetivas a admitirem estes jovens em programas de emprego aberto, ou nos seus programas culturais e de lazer, eventos sociais ou em estágios curriculares e profissionais.</p> <p>E6 Já foi respondido atrás...</p> <p>E7 A nível de ensino sim, a nível de oferta de emprego não.</p>

Categoria D - Qualidade de Vida.

Objetivo: Contribuir para a qualidade de vida dos jovens com necessidades específicas, à saída da escolaridade obrigatória e suas famílias.

1.	<p>O que pensa sobre a qualidade de vida dos jovens com necessidades específicas e suas famílias, desta comunidade.</p>	<p>E1 A resposta é boa, penso que temos uma unidade de excelência o CRIPS e o ensino normal (escola) também.</p> <p>E2 A comunidade oferece através das várias instituições uma boa qualidade de vidas a estes jovens, no entanto é necessária mais iniciativa da sociedade em geral e das próprias famílias.</p>
----	---	---

		<p>E3 Depende das famílias e dos seus rendimentos financeiros, há as que conseguem proporcionar uma vida com qualidade aos seus membros e há as que fazem um esforço financeiro para assegurar tudo o que possa contribuir para o seu bem-estar físico e psicológico.</p> <p>E4 A comunidade possui um conjunto de recursos para a promoção de uma excelente qualidade de vida, no entanto a maioria dos jovens e as suas famílias têm baixas expectativas em relação ao futuro elo que não investem em hábitos e rotinas de trabalho.</p> <p>E5 Sim, penso que todos têm qualidade de vida....</p> <p>E6 Há alguma falta de respostas atempadas, permanentes e persistentes de apoios às famílias a nível dos serviços, pelo que a sua qualidade de vida não é a desejável.</p> <p>E7 Penso que têm uma qualidade bastante diminuída.</p>
2.	<p>Considera que os jovens e suas famílias têm recursos económicos, para participarem em atividades e eventos sociais na comunidade.</p>	<p>E1 Alguns sim, outros não, outros não participam por vergonha, ainda não temos uma sociedade uniforme, na aceitação da diferença....</p> <p>E2 No geral as famílias têm dificuldades económicas, mas as instituições devem ter isso em conta e proporcionar a integração.</p> <p>E3 Muitas famílias têm dificuldades económicas e apenas conseguem proporcionar a frequência na nossa instituição.</p> <p>E4 Não.</p> <p>E5 Há trabalho desenvolvido nesse sentido, temos que continuar a assegurar-lo.</p> <p>E6 Não.</p> <p>E7 Não, apesar de a Câmara Municipal e o CRIPS proporcionarem diversas atividades e eventos sociais na comunidade de forma gratuita.</p>
3.	<p>A nível local os espaços públicos e privados, as empresas, permitem a estes</p>	<p>E1 As que conheço, tentam integrar e dar tarefas adequadas.</p>

	<p>jovens e suas famílias fazer tudo o que os demais fazem?</p>	<p>E2 Sim, eventualmente terão de ser feitos alguns ajustes, para a inclusão dos jovens.</p> <p>E3 Sim, mas ainda é necessário fazer algumas adaptações, melhoras as acessibilidades de alguns edifícios, alocar técnicos para satisfazer os pedidos das famílias.</p> <p>E4 Sim, existe um baixo índice de barreiras arquitetónicas e bastante tecnologia de apoio.</p> <p>E5 Sim.</p> <p>E6 Não acredito.</p> <p>E7 Não há uma preocupação nesse sentido.</p>
4.	<p>A nível local considera a comunidade segura, de modo a que estes jovens e suas famílias se sintam cómodos quando saem a qualquer lugar?</p>	<p>E1, E4, E6, E7, Sim.</p> <p>E2 Penso que sim.</p> <p>E3 Sim, ainda vai sendo segura.</p> <p>E5 Sim, a comunidade é pacata e tranquila.</p>
5.	<p>A nível local estes jovens e suas famílias são respeitados e bem tratados, pelos profissionais das diferentes instituições, serviços públicos ou particulares?</p>	<p>E1, E6, Sim.</p> <p>E2 Sim, são respeitados e até mimados, com carinho.</p> <p>E3 Sim, mas podem alguns jovens devido às suas problemáticas, não se sentir respeitados.</p> <p>E4 Sim, existe uma rede de serviços qualificados.</p> <p>E5 Sim, não tenho conhecimento de algum caso contrário.</p> <p>E7 Não sei.</p>
6.	<p>Considera que a comunidade local permite a realização dos projetos de vida pessoais e profissionais destes jovens e suas famílias.</p>	<p>E1 Isso depende muito do apoio e da dedicação que estas pessoas têm, mas a comunidade permite, contudo é preciso muito trabalho de quem faz a integração.</p> <p>E2 Sim as nossas instituições permitem a realização de projetos para a vida. Se serão os projetos de vida pessoais, isso já não tenho a certeza.</p>

	<p>E3 Sim, para os jovens da formação profissional. Para os jovens que frequentam o CACI, ainda não.</p> <p>E4 Sim, destacando-se o Município como entidade empregadora de excelência.</p> <p>E5 Há um caminho percorrido nesse sentido, mas existem condicionalismos financeiros que se impedem a vontade política, apenas dispomos de 2,5 milhões de euros para o investimento.</p> <p>E6 É assim, não permite porque existem condicionalismos diversos, financeiros, desertificação, alocação de recursos técnicos humanos e físicos, ...</p> <p>E7 Não consigo responder, mas a sensação que tenho é que há um bom das instituições para o efeito.</p>
--	--

Anexo F: Folheto Informativo

Bem-vindo a esta Cidade!



Aqui há um lugar para ti

Nesta cidade há um conjunto de ofertas de serviços que te podem ajudar a crescer em estreita colaboração com a tua família.

A Unidade Local de Saúde

A creche, o jardim de infância, a escola, a Equipa Local de Intervenção Precoce, Equipa

Multidisciplinar Apoio à Educação Inclusiva.

Centro de Recursos para a Inclusão

A Equipa Multidisciplinar Intervenção Social Educativa



Pronto para continuar a caminhar.

Rumo ao teu projeto de vida., investindo no dia após dia no teu crescimento pessoal, desfrutando de todos os espaços culturais, lúdicos, desportivos e recreativos e lugares que maravilhosos que temos para ti.,

Não desistas, procura aconselhamento junto de todos os que aqui estamos.



Não Estás Só.

Em parceria com os diversos técnicos dos vários serviços escolares (Equipa Multidisciplinar Apoio à Educação Inclusiva) e extraescolares, CRIPS/Instituto de Formação Profissional Instituto Público;
Associação Comercial e Industrial
Câmara Municipal
Santa Casa da Misericórdia
Associação Caminhar
Segurança Social
Encontrarás uma resposta social adequada a ti.

Bem-vindo a esta Cidade!

**Instituto Nacional para
Reabilitação** Morada: Avenida
Conde de Valbom 63 – 1069-178 – Lisboa.

**Guia Prático das Pessoas com
Deficiência - ANDO Portugal**
<https://www.andoportugal.org> › [recursos](#) ›
[guias-direitos](#)

Pais em Rede: Página Inicial
<https://paisemrede.pt>

Rua Garcia de Orta, 71C - Loja 19, 1200-
678 Lisboa.

ALTO ALENTEJO
Com ações nos distritos de Portalegre e
Évora
Coordenação: Francisco Andrade

Contato: 964515312
altoalentejo@paisemrede.pt

**Vencer Autismo | Todas as
pessoas são únicas**
<https://vencerautismo.org>

**Contactos - DIFERENÇAS |
Centro de Desenvolvimento
Infantil**
<https://diferencas.net> › ...

E-mail: geral@**diferencas**.net. Telefone: 21
837 16 99 / 21 839 42 22 (chamada para
rede fixa nacional)
... **Évora/Centro** Diferentemente Contacto:
968824751

**Associação de Paralisia
Cerebral de Évora - APCE**
<https://www.fea.pt> › [entidade](#) [bv](#)

Endereço: Avenida Diniz Miranda nº 23.
Código Postal: 7000-751. Localidade
:**Evora** Telefone: 266 757 380. Email:
geral@apce.org.pt

**CERCIORTALEGRE -
Federação Nacional de
Cooperativas ...**

<https://www.fenacerci.pt> › [placemarks](#) ›
[cerciportalegre](#)

12/07/2017 — Rua D. Olinda Sardinha,
Quinta da Lage Covões, 7300-050
Portalegre Tel: 245 300 730 / Fax: 245 300
731 **cerciportalegre@cerciportalegre.pt**

**Centro Distrital Segurança
Social Portalegre Contactos**
<https://ptcontactos.com> › [centro-distrital-
seguranca-soci...](#)

19/08/2022 — **Segurança
Social de Portalegre** – iGoGo ... Contactos
· Telefone: 245 339 800 · Fax : 245 330 254
· Morada : Praceta João Paulo II 7301-959 ..